



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UAE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AMANDA DIAS BRANDÃO**

**POPULAÇÃO E TERRITÓRIO:** migração brasileira de nordestinos para o município de  
Ipameri (GO) entre 1990 e 2018

**CATALÃO (GO)  
2019**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Amanda Dias Brandão

Título do trabalho: **POPULAÇÃO E TERRITÓRIO:** migração brasileira de nordestinos para o município de Ipameri (GO) entre 1990 e 2018

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Amanda Dias Brandão  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

Estelita Brandão  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 04 / 12 / 2019

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

**AMANDA DIAS BRANDÃO**

**POPULAÇÃO E TERRITÓRIO:** migração brasileira de nordestinos para o município de Ipameri (GO) entre 1990 e 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia e Ordenamento do Território

**Linha de Pesquisa:** Ordenamento do Território e Estudos Rurais

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Estevane de Paula Pontes Mendes

**CATALÃO (GO)**

**2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Brandão, Amanda Dias

População e território [manuscrito] : migração brasileira de nordestinos para o município de Ipameri (GO) entre 1990 e 2018 / Amanda Dias Brandão. - 2019.

104 f.: il.

Orientador: Prof. Estevane de Paula Pontes Mendes .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2019.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Migração. 2. Nordeste. 3. Ipameri (GO). 4. Desterritorialização. 5. Reterritorialização. I. Mendes, Estevane de Paula Pontes, orient. II. Título.

CDU 911.3



**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE**  
**Amanda Dias Brandão**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (30/10/2019), às 13h30 (treze horas e trinta minutos), na sala 27 do bloco A, Regional Catalão/UFPG, teve lugar a 168ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Amanda Dias Brandão**, matrícula nº 2017101552 CPF 052.157.761-64, sob o título **"POPULAÇÃO E TERRITÓRIO: migração brasileira de nordestinos para o município de Ipameri (GO) entre 1990 e 2018"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 028/2019 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPG, pelos Professores, Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (Orientadora) - CPF nº 497.478.601-63, Dra. Maria Imaculada Cavalcante (Membro Externo) - CPF nº 302.749.076-15 e Dr. Idelvone Mendes Ferreira (Membro Interno) - CPF nº 281.153.841-00. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 13 horas e 30 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

**Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes** – Ass. [Assinatura]

Aprovado (X) Reprovado ( )

**Profa. Dra. Maria Imaculada Cavalcante** – Ass. [Assinatura]

Aprovado (X) Reprovado ( )

**Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira** - Ass. [Assinatura]

Aprovado (X) Reprovado ( )

Obs: Atender às sugestões das recomendações.

**Presidente da Banca** – **Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes** - Ass. [Assinatura]

**Resultado final:** APROVADO (X) REPROVADO ( )

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPG.

Assinatura do Mestrando: Amanda Dias Lima Brandão

Secretária do PPGGC-RC/UFPG [Assinatura]

Priscila Querino de  
 Secretária do Programa de Pós-Graduação  
 em Geografia | PPGGC-RC/UFPG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFPG.

## AGRADECIMENTOS

Na etapa final deste trabalho, agradeço a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente na sua efetivação. Sei que devido à grandiosidade do número de pessoas que me auxiliaram no período da pós-graduação, desde o Processo Seletivo à Defesa Pública, é impossível mencionar todas nesta seção, mas agradeço:

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, e aos profissionais que trabalham nessa Unidade Acadêmica pela oportunidade de realizar minha formação profissional e, conseqüentemente, obter o título de Mestre em Geografia;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro nesta pesquisa;

À professora Estevane, minha orientadora, pela confiança e paciência e pelos ensinamentos nesta jornada da pós-graduação;

À Michele e à Marsani, agentes de saúde que me acompanharam nas visitas às casas dos migrantes nordestinos, pela disposição durante a pesquisa de campo;

Aos migrantes nordestinos, indivíduos desta pesquisa, pela receptividade e pelas contribuições empíricas;

Ao professor João Cleps e à professora Vera Lúcia pelas colaborações realizadas no Exame de Qualificação e, também, ao professor Idelvone e à professora Maria Imaculada pelas contribuições realizadas na Defesa Pública;

Aos meus colegas de turma pelas alegrias e tensões compartilhadas ao longo de dois anos;

À Maria Erlan e à Juniele pelo empréstimo de livros e pelas discussões acerca desta pesquisa;

À minha mãe Cleide, quem sempre acreditou e confiou em mim mais que eu mesma, pelo incentivo em meus estudos e aos meus avós Luzenita e Francisco pela acolhida em Catalão;

Aos meus amigos, irmãos de alma, pela energia e torcida emanada para o meu sucesso.

A todos deixo o meu sincero obrigada!

Essa vida da gente é um romance, dona. E o mundo é cheio de altos e baixos e a gente nunca sabe como é que vai acontecer. A gente passa cada dificuldade na vida da gente que nossa mãe do céu. (Informação verbal<sup>1</sup>).

---

<sup>1</sup> Roteiro de entrevista 4, realizado em 30 de jun. 2018.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender, por um viés territorial, a migração da população nordestina para o município de Ipameri (GO), no período estabelecido entre 1990-2018. Assim, para a efetivação desse objetivo, em uma abordagem qualitativa, a metodologia esteve pautada na pesquisa teórica, na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Portanto, enquanto fenômeno populacional, em uma análise geográfica, a migração suscita a desterritorialização do migrante do seu território de origem e, conseqüentemente, a sua reterritorialização em um novo território. Nessa perspectiva, na qualidade de área de expulsão, no Nordeste, fatores materiais e imateriais são responsáveis pela saída da população de sua Unidade da Federação (UF) de nascimento, igualmente, fatores materiais e imateriais provocam a chegada de nordestinos em Ipameri (GO), área de atração. À vista disso, o migrante nordestino residente em Ipameri (GO) experimenta uma multiterritorialidade, visto que, ao passar pela perda e reconstrução do seu território, o indivíduo configura sua identidade conforme as experiências culturais, econômicas e políticas do espaço onde viveu/vive.

**Palavras-chave:** Migração. Nordeste. Ipameri (GO). Desterritorialização. Reterritorialização. Multiterritorialidade.

## ABSTRACT

The present work seeks to comprehend by a territorial bias, the migration of northeastern population to the municipality of Ipameri (GO), in the period established between 1990-2018. Thus, to realize this objective, in a qualitative approach, the methodology was based on theoretical research, documentary research and field research. Therefore, as population phenomenon, in a geographical analysis, the migration raises the deterritorialization of migrants from their home territory and consequently, the reterritorialization in a new territory. To this end, in the area quality of expulsion, in the Northeast, material and imaterial factors are responsible by leaving the population of your birth Federation Unit (UF), equally, material and imaterial factors cause the arrival of the northeastern in Ipameri (GO), basin of attraction. In view of this, the northeastern migrant resident in Ipameri (GO) experiences a multiterritoriality, whereas, when the individual goes through the forfeit and reconstruction of territory, he configures his identity according to the cultural, economic and political experiences from the space where he lived/lives.

**Key words:** Migration. Northeast. Ipameri (GO). Deterritorialization. Reterritorialization. Multiterritoriality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|            |  |    |
|------------|--|----|
| Mapa 1     | – Delimitação do Semiárido brasileiro (2018) .....   | 52 |
| Gráfico 1  | – Origem dos migrantes entrevistados: municípios pertencentes ao Semiárido e municípios não pertencentes ao Semiárido (2018) ..... | 54 |
| Gráfico 2  | – Renda mensal familiar dos entrevistados na UF de origem (6 meses anteriores à migração) .....                                    | 55 |
| Gráfico 3  | – Ocupação e trabalho dos entrevistados na UF de origem (6 meses anteriores à migração) .....                                      | 56 |
| Mapa 2     | – Localização geográfica do município de Ipameri (GO) .....  | 59 |
| Gráfico 4  | – Ipameri: população censitária total; população censitária urbana e população censitária rural (1980, 1991, 2000, 2010) .....     | 61 |
| Gráfico 5  | – Região de Planejamento Sudeste Goiano: municípios maiores produtores de grãos (2017) .....                                       | 64 |
| Gráfico 6  | – Região de Planejamento Sudeste Goiano: municípios maiores produtores de leite (2017) .....                                       | 67 |
| Gráfico 7  | – Migrantes nordestinos entrevistados: UF de origem (2018) .....   | 72 |
| Gráfico 8  | – Nordeste: população residente fora da UF de nascimento – Goiás (2010) .....  | 73 |
| Gráfico 9  | – Tempo de residência dos migrantes entrevistados em Goiás e em Ipameri (2018) .....   | 74 |
| Gráfico 10 | – Faixa etária dos migrantes entrevistados e de seus cônjuges (2018) .....   | 75 |
| Gráfico 11 | – Estado civil dos migrantes entrevistados (2018) .....  | 76 |
| Gráfico 12 | – Estado de origem dos cônjuges dos migrantes entrevistados (2018) .....   | 77 |
| Gráfico 13 | – Nível de escolaridade dos migrantes entrevistados (2018) .....   | 77 |
| Gráfico 14 | – Trabalho e ocupação dos migrantes entrevistados (2018) .....   | 79 |
| Gráfico 15 | – Renda mensal familiar dos migrantes entrevistados (2018) .....   | 80 |
| Gráfico 16 | – Meios de transportes possuídos pelos migrantes entrevistados (2018) .....  | 81 |
| Gráfico 17 | – Bens de consumo e comunicação usufruídos pelos migrantes entrevistados (2018) .....  | 81 |
| Figura 1   | – Carta Imagem da localização geográfica dos bairros visitados na pesquisa de campo em Ipameri – Goiás (2018) .....                | 83 |

|         |   |    |
|---------|---|----|
| Foto 1  | – Fossa negra em condição de desmoronamento no Loteamento Silvio Lombardi .....                   | 84 |
| Foto 2  | – Fossa negra com erosão lateral no Loteamento Silvio Lombardi .....                              | 84 |
| Foto 3  | – Fossa negra com cobertura improvisada no Loteamento Silvio Lombardi .....                       | 84 |
| Foto 4  | – Fossa negra não utilizada e sem cobertura no Loteamento Silvio Lombardi .....                   | 84 |
| Foto 5  | – Vila Duque de Caxias (Rua 3) .....  | 85 |
| Foto 6  | – Conjunto Romeu de Carvalho (Rua 17) .....   | 85 |
| Foto 7  | – Vila Dona Nilza (Rua Guarani) .....   | 85 |
| Foto 8  | – Loteamento Silvio Lombardi (Rua Alaídes) .....  | 85 |
| Foto 9  | – Fogão a carvão improvisado na estrutura de antigo fogão a gás .....                             | 87 |
| Foto 10 | – Fogão a carvão improvisado por migrantes nordestinos .....                                      | 87 |
| Foto 11 | – Grãos de feijão plantados e colhidos por migrante nordestina no município de Ipameri (GO) ..... | 87 |
| Foto 12 | – Grãos de fava plantados e colhidos por migrante nordestina no município de Ipameri (GO) .....   | 87 |
| Foto 13 | – Rede de descanso trazida do Nordeste para Ipameri por migrantes nordestinos .....               | 88 |
| Foto 14 | – Rede de descanso trazida do Nordeste para Ipameri por migrantes nordestinos .....               | 88 |

## LISTA DE TABELAS

|          |  |    |
|----------|--|----|
| Tabela 1 | – Conjunto Romeu de Carvalho, Loteamento Silvio Lombardi, Vila Dona Nilza e Vila Duque de Caxias: migrantes nordestinos residentes, migrantes nordestinos residentes com o perfil desejado na pesquisa e migrantes nordestinos residentes e participantes da pesquisa (2018) ..... | 47 |
| Tabela 2 | – Área de residência dos entrevistados na UF de origem (6 meses anteriores a migração) (em %) .....  | 57 |
| Tabela 3 | – Município de Ipameri: área colhida dos principais produtos agrícolas (2017) .....  | 65 |
| Tabela 4 | – Ranking dos municípios goianos com maior área irrigada por pivôs (2016) .....  | 65 |
| Tabela 5 | – Município de Ipameri: utilização de terras na agropecuária (2017) .....  | 66 |
| Tabela 6 | – Município de Ipameri: produção de origem animal (2017) .....   | 67 |
| Tabela 7 | – Estado de Goiás: principais municípios exportadores (2016) .....   | 68 |
| Tabela 8 | – Pretensão dos entrevistados de continuar residindo em Ipameri (GO) (2018) .....  | 69 |
| Tabela 9 | – Função ocupada pelos migrantes entrevistados (2018) .....  | 79 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

|                 |                     |
|-----------------|---------------------|
| °C              | Graus Celsius       |
| H               | Hora                |
| Ha              | Hectare             |
| Km              | Quilômetro          |
| km <sup>2</sup> | Quilômetro quadrado |
| M               | Metro               |
| m <sup>2</sup>  | Metro quadrado      |
| Mm              | Milímetro           |
| Org.            | Organização         |

## LISTA DE SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| CEP        | Comitê de Ética em Pesquisa  |
| CEPAC      | Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado                                 |
| COACER     | Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda.                                  |
| EMATER/GO  | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás         |
| EMBRAPA    | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                |
| EMGOPA     | Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária                                    |
| GO         | Goiás  |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                            |
| IMB        | Instituto Mauro Borges   |
| INMET      | Instituto Nacional de Meteorologia   |
| MG         | Minas Gerais   |
| MI         | Ministério da Integração Nacional  |
| POLOCENTRO | Programa de Desenvolvimento dos Cerrados                                   |
| PRODECER   | Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados |
| SUDENE     | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste                            |
| TCLE       | Termo de Consentimento Livre Esclarecido                                   |
| UBS        | Unidade Básica de Saúde  |

## SUMÁRIO

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 15  |
| <b>2</b>   | <b>POPULAÇÃO HUMANA, MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO:</b> reflexões<br>teóricas .....   | 18  |
| <b>2.1</b> | <b>Pesquisa qualitativa:</b> a elaboração de um quadro teórico .....  | 19  |
| <b>2.2</b> | <b>População humana:</b> objeto de estudo da Geografia .....  | 21  |
| <b>2.3</b> | <b>Considerações sobre o fenômeno da migração</b> .....   | 29  |
| <b>2.4</b> | <b>O conceito de território para compreender o fenômeno da migração</b> .....   | 37  |
| <b>3</b>   | <b>MIGRAÇÃO:</b> fenômeno populacional de desterritorialização e de<br>reterritorialização .....  | 44  |
| <b>3.1</b> | <b>Abordagem qualitativa:</b> pesquisa documental e pesquisa de campo .....   | 45  |
| <b>3.2</b> | <b>Nordeste território da saída:</b> fatores da desterritorialização da população<br>nordestina .....   | 48  |
| <b>3.3</b> | <b>Ipameri território da chegada:</b> fatores da reterritorialização dos migrantes<br>nordestinos .....   | 58  |
| <b>4</b>   | <b>MIGRANTES NORDESTINOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE<br/>IPAMERI (GO)</b> .....  | 70  |
| <b>4.1</b> | <b>Perfil socioeconômico dos migrantes nordestinos residentes em Ipameri<br/>(GO)</b> .....   | 71  |
| <b>4.2</b> | <b>Territórios migrantes em Ipameri (GO):</b> Conjunto Romeu de Carvalho;<br>Loteamento Silvio Lombardi; Vila Dona Nilza e Vila Duque de Caxias ..... | 82  |
| <b>4.3</b> | <b>A multiterritorialidade dos nordestinos residentes em Ipameri (GO)</b> .....   | 86  |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 89  |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 92  |
|            | <b>APÊNDICE A</b> – Roteiro de entrevista .....   | 97  |
|            | <b>ANEXO A</b> – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa .....   | 101 |

## 1 INTRODUÇÃO

A migração, fenômeno populacional, pode ter origem em questões físico-naturais, políticas, econômicas e culturais. Diante da complexidade de elementos subjacentes ao fluxo de pessoas entre duas áreas, para além da simples quantificação de dados numéricos, a análise geográfica da migração busca desvendar os fatores sociais que impulsionam a saída de um grupo ou indivíduo do seu território.

Por um viés territorial, a migração é compreendida por meio do processo de des-re-territorialização, visto que o migrante experimenta a perda do seu território de origem e a reconstrução híbrida da sua identidade em outro território. Nessa perspectiva, na área de expulsão de migrantes são contextualizados fatores desterritorializantes enquanto na área de atração de migrantes são encontrados fatores reterritorializantes. Assim, na qualidade de indivíduo que sofre a des-re-territorialização, o migrante configura, a partir da sua vivência em múltiplos territórios, sua multiterritorialidade.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é compreender, por um viés territorial, a migração da população humana do Nordeste do Brasil para o município de Ipameri (GO), no período estabelecido entre 1990-2018. Na área da pesquisa em questão, as transformações decorrentes do alargamento da fronteira agrícola para o Centro-Oeste tornaram Ipameri (GO) em município de atração de migrantes originários de todas as regiões brasileiras. Nesse contexto, dados do Censo Demográfico realizado no ano 2000 constataram que o crescimento da população ipamerina na década de 1990 foi o quádruplo<sup>2</sup> do crescimento demográfico verificado no decênio anterior.

Assim, na década de 1990, a modernização da agricultura e a implementação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) acarretaram o início do fenômeno que continuou nos decênios posteriores: a migração de nordestinos<sup>3</sup> para o município de Ipameri (GO). À vista disso, procura-se identificar as causas dessa migração, as características socioeconômicas desses migrantes e a configuração da multiterritorialidade desses sujeitos.

Em busca de compreender a problemática e cumprir o objetivo estabelecidos, a metodologia esteve pautada na pesquisa teórica, na pesquisa documental e na pesquisa de

---

<sup>2</sup> Em Ipameri (GO), no período de 1980-1991 e de 1992-2000 o crescimento populacional desse município foi, respectivamente, 410 habitantes e 1.834 habitantes.

<sup>3</sup> Neste trabalho, o termo nordestino é utilizado para denominar os indivíduos naturais da região Nordeste do Brasil. Assim, tem o objetivo de designar uma população humana conforme sua área de nascimento e de origem e não de menosprezar ou provocar injúria a um grupo.

campo. No que diz respeito ao quadro teórico, esse foi elaborado com o propósito de discutir e relacionar o conceito de população e de migração ao conceito de território. Por sua vez, a análise documental foi realizada por meio dos dados sobre economia, população e condições climáticas do Nordeste brasileiro, disponíveis nos *sites* do Instituto Mauro Borges (IMB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento Regional e teve como finalidade caracterizar o município de Ipameri (GO) e a área denominada de Semiárido no Brasil. Ademais, a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de abril a julho de 2019, nos bairros onde havia maior quantidade de migrantes nordestinos residentes, e possuiu o objetivo de coletar informações empíricas por meio da realização de entrevistas com migrantes nordestinos que se retiraram dos estados de origem após completarem a maioridade civil – 18 anos.

A migração da população nordestina no Brasil, muitas vezes, é interpretada através de estigmas sociais. Assim, enquanto fenômeno em sucessão, esclarecer as causas da presença de migrantes nordestinos em Ipameri (GO) é fundamental para evitar atos de aversão e preconceito a esses indivíduos. À vista disso, o interesse em pesquisar essa temática se deu mediante a convivência com famílias nordestinas na área rural e na área urbana de Ipameri (GO).

No tocante à estruturação, este trabalho encontra-se subdividido em introdução, três seções primárias e considerações finais. Destarte em “População, migração e território: reflexões teóricas”, o quadro teórico elaborado tem o propósito de apresentar a pesquisa qualitativa e a importância da pesquisa teórica em uma investigação, a dinamicidade dos fenômenos populacionais, as perspectivas de análise da migração e a utilização do conceito de território para interpretar a mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço.

Por sua vez, em “Migração: fenômeno de desterritorialização e de reterritorialização”, são contextualizadas as causas que impulsionam a saída da população da região Nordeste e a chegada desses migrantes no município de Ipameri (GO). Ainda, estão esclarecidos os critérios utilizados na pesquisa documental e na pesquisa de campo.

Em “Migrantes nordestinos residentes no município de Ipameri (GO)”, as características socioeconômicas da amostragem da pesquisa são definidas, os bairros onde foi realizada a pesquisa de campo são apresentados e caracterizados e, por fim, foi realizada uma análise da configuração da multiterritorialidade dos migrantes nordestinos, de acordo com situações observadas na pesquisa empírica.

Assim, por meio da pesquisa teórica, da pesquisa documental e da pesquisa campo, as discussões estabelecidas são fundamentais para compreender, em uma perspectiva

integradora, a migração da população nordestina para o município de Ipameri (GO), no período estabelecido entre 1990-2018.

**2 POPULAÇÃO HUMANA, MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: reflexões teóricas**

## 2 POPULAÇÃO HUMANA, MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: reflexões teóricas

Cê tá num lugar que não tá bom pra você, você é obrigado a ficar nele? Você não é, né! Tem gente que diz: – Não, eu só saio daqui quando eu morrer. É besteira, eu não tenho disso. Eu não sou apegada a nada, graças a Deus! (Informação verbal<sup>4</sup>).

Conforme o objetivo geral que orienta esta pesquisa – compreender, por um viés territorial, a migração da população nordestina para o município de Ipameri (GO) – este capítulo apresenta reflexões sobre: a) a elaboração de um quadro teórico na pesquisa qualitativa; b) a dinamicidade dos fenômenos populacionais; c) a migração, componente da dinâmica demográfica, ocasionada por um conjunto de fatores estruturais e subjetivos e d) o território, conceito geográfico utilizado para interpretar a mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço.

Previamente, é possível reconhecer a inexequibilidade de realizar uma análise fragmentada dos fenômenos populacionais de uma área; de conceber, apenas, um elemento como determinante da migração e de analisar dada formação territorial e desconsiderar as relações materiais e ideais que a configura. Assim, por meio da elaboração de um quadro teórico, este capítulo objetiva elucidar a migração enquanto fenômeno populacional provocado por fatores estruturais e subjetivos e que pode ser interpretado pelo viés da des-territorialização e da multiterritorialidade. Portanto, em uma abordagem qualitativa, os conceitos de população, de migração e de território foram definidos como fundamentais para esta investigação.

### 2.1 Pesquisa qualitativa: a elaboração de um quadro teórico

Para compreender a essência do fenômeno da migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO), esta pesquisa é fundamentada na abordagem qualitativa. Destarte, esta subseção apresenta as características da pesquisa qualitativa, os conceitos e os autores explorados na elaboração do quadro teórico deste capítulo.

Com origem nos estudos da Antropologia e da Sociologia, a pesquisa qualitativa obteve, na segunda metade do século XX, destaque como metodologia empregue nas investigações das Ciências Sociais. Nesse contexto, ficou evidente que a orientação quantitativa não concebia a essência dos fenômenos humanos. Assim,

---

<sup>4</sup> Roteiro de entrevista 7, realizado em 1 de jul. 2018.

a pesquisa qualitativa, com pouco mais de um século de existência, consolidou-se como uma metodologia alternativa para as ciências sociais e humanas, que, em sua fase inicial de estruturação, seguiram o receituário das ciências naturais. Das ciências sociais e humanas, a pesquisa qualitativa passou a ser incorporada por diversas áreas do conhecimento, como administração de empresas, educação, saúde entre outras. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 23).

Em busca de compreender a essência dos fenômenos sociais, a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo estudo e pela análise do mundo empírico em seu ambiente natural, visto que dado acontecimento deve ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte. Portanto, os dados empíricos contribuem para a interpretação das relações estabelecidas no tempo e no espaço e auxiliam na descrição de um fenômeno (GODOY, 1995).

Com efeito, a interação entre sujeito e pesquisador promovida pela investigação empírica é fundamental para a elaboração de um quadro teórico. Destarte, a pesquisa qualitativa

[...] parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação, procurando compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

Conforme corrobora Godoy (1995) e de acordo com a problemática e os objetivos desta pesquisa, a abordagem qualitativa foi adequada para compreender a migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO). Por conseguinte, em busca de conceber a essência desse fenômeno, neste capítulo, a elaboração de um quadro teórico teve o propósito de definir os conceitos fundamentais para realizar uma análise geográfica do fenômeno da migração.

Portanto, com Zelinsky (1974), George (1975, 1981), Beaujeu-Garnier (1980) e Damiani (2011) a migração foi definida como elemento da dinâmica demográfica de uma área e, assim como as taxas de natalidade e de mortalidade, pode ser influenciada por fatores econômicos, políticos, naturais e culturais.

De acordo com Ravenstein (1889), Gaudemar (1977), Patarra e Cunha (1987), Singer (1987), Peliano (1990), Salim (1992), Vainer (2005), Becker (2006), Cunha (2011) e Mondardo (2012), foram realizadas reflexões sobre os fatores responsáveis pela migração e a complexidade desse fenômeno.

Para a discussão sobre o conceito de território, Raffenstein (1993), Santos (1998), Haesbaert (2006, 2007, 2009, 2014), Saquet (2007, 2009) e Souza (2009) contribuíram para a

compreensão das relações materiais e imateriais do processo de des-re-territorialização e da constituição da multiterritorialidade do migrante.

Com fundamento nos autores mencionados, a revisão teórica circunscreveu a migração como elemento da dinâmica demográfica de uma área, discursou sobre os múltiplos determinantes da mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço e sobre as perspectivas de análise desse fenômeno e vinculou a migração ao processo de des-re-territorialização e de multiterritorialidade. Essas reflexões são realizadas nas subseções seguintes.

## **2.2 População Humana:** objeto de estudo da Geografia

Estudos cujas temáticas são relativas às características demográficas de uma sociedade, à distribuição humana pelo espaço, ao crescimento vegetativo de um grupo e à dinâmica populacional estão reunidos na Geografia, em específico, no âmbito da análise dos fenômenos populacionais. De acordo com o objetivo da presente pesquisa, que reflete sobre a migração inter-regional de nordestinos para o município de Ipameri (GO), esta subseção tem o propósito de apresentar reflexões a respeito da análise geográfica da população e, também, da multiplicidade de elementos intervenientes na organização e reprodução dos grupos humanos no espaço.

A análise das questões relacionadas à população se destacou na Geografia Humana, após a década de 1950, e constituiu uma área de pesquisa denominada Geografia da população. Em um contexto histórico-social posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o crescimento demográfico global e as disparidades econômicas entre as nações estimularam discussões sobre os aspectos populacionais no espaço. Embora, com menor ênfase, as reflexões sobre esse tema estão presentes na análise geográfica desde a sua sistematização em ciência, no século XIX.

No ápice das discussões sobre a Geografia da população, várias obras foram publicadas com o desiderato de consubstanciar o seu objeto de estudo, como Zelinsky (1974), Beaujeu-Garnier (1980), George (1975, 1981) e Damiani (2011). Em vista do tema abordado pelos autores, essas produções literárias são clássicas para a investigação da população na Geografia e expõem questões inquietantes do tempo e do espaço nos quais foram produzidas.

Como consequência do acréscimo de quase dois milhões de indivíduos na população mundial, no período de 1950 a 1980, as obras de George (1975, 1981) e de Beaujeu-Garnier (1980) apresentam preocupações com a taxa de crescimento demográfico e discorrem acerca do povoamento do ecúmeno, das disparidades econômicas entre países, dos índices de

natalidade, de fecundidade e de mortalidade e das migrações nacionais e internacionais. Em contrapartida, Zelinsky (1974) investiga, por meio de significados e valores, as características econômicas e culturais dos grupos humanos no espaço. E, por um viés qualitativo, Damiani (2011)<sup>5</sup>, também, se dedica às teorias da dinâmica populacional.

Ao analisar os fenômenos populacionais em uma perspectiva geográfica, é necessário considerar o seu vasto campo de investigação, que justapõe aspectos culturais, econômicos e políticos. Diante da variedade de elementos que constituem o objeto de estudo da Geografia da população, Zelinsky (1974) propôs defini-la como

[...] a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que se seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos. ‘Lugar’, neste contexto, pode ser um território de qualquer extensão, desde alguns hectares até a superfície inteira da Terra. Em termos mais breves, o geógrafo da população estuda os aspectos espaciais da população no contexto da natureza global dos lugares. (ZELINSKY, 1974, p. 2, grifo do autor).

De acordo com Zelinsky (1974), os fenômenos populacionais são circunscritos a determinado contexto histórico-social, visto que envolvem fatores não demográficos, isto é, aspectos peculiares da organização social e do desenvolvimento de cada grupo humano. Destarte, análises realizadas nessa área de investigação vão além da simples quantificação do número de habitantes e das taxas demográficas de um município, estado ou país. Sob essa mesma perspectiva, Damiani (2011) reconhece que

não é a geografia da distribuição diferenciada da população no globo terrestre que aspiramos. A da primeira aproximação com o fenômeno humano, através das quantidades de população diversas. A que se vale da visualização de cores diferentes manchando cada país, ou cada lugar, para retratar num mapa, seu ‘lugar’ no universo das ‘diferentes’ quantidades de população. Observamos que esse quantitativismo leva à imagem superficial deste fenômeno social, para quem quer lhe captar, exatamente a essência qualitativa, as relações escondidas. (DAMIANI, 2011, p. 7, grifo da autora).

Com efeito, os dados demográficos tratados de forma holística permitem avaliar o nível de desenvolvimento e organização de dada unidade político-administrativa, porquanto refletem aspectos sociais. Conforme Beaujeu-Garnier (1980), os números são essenciais para o geógrafo que interpreta os fenômenos populacionais no espaço, mas deve-se dar atenção à fonte

---

<sup>5</sup> A primeira edição da obra “População e Geografia”, da autora Amélia Damiani, foi publicada no ano de 1992.

e ao período em que foi realizado o recenseamento, de modo a não se produzir um conhecimento reverso à realidade social analisada.

A dinamicidade dos fenômenos populacionais demanda que os recenseamentos feitos por órgãos institucionais sejam compilados por métodos eficientes, os quais permitem, sem erro, conhecer estatisticamente as características de um grupo humano. Em contexto mundial, há diversos modelos de censo demográfico com critérios próprios para significar os fatos e os fatores relativos à população. Dessa forma, para a Geografia, é problemática a comparação de habitantes de espaço e tempo distintos a partir de dados estatísticos, dado que nenhum ser humano é idêntico a qualquer um de seus semelhantes. Cada um tem vontade própria, é capaz de iniciativas e vive em condições que estão continuamente se modificando (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Haja vista que os grupos humanos atuam sobre o ambiente natural e constituem sociedades com características econômicas, políticas e culturais intrínsecas, portanto, não é possível estabelecer padrões nos estudos populacionais. Sob esse ponto de vista, os índices de densidade demográfica<sup>6</sup> evidenciam a distribuição irregular da população no espaço e resultam do encadeamento de fatores naturais, históricos e econômicos (ZELINSKY, 1974; BEAUJEU-GARNIER, 1980; GEORGE, 1981).

Com toda certeza, os aspectos naturais intervêm no desenvolvimento de um grupo humano. Por exemplo, as áreas árticas, antárticas, áridas e equatoriais apresentam condições climáticas desfavoráveis às atividades sociais. Igualmente, as regiões de montanhas com relevo íngreme, encostas escarpadas, gargantas estreitas, rochas estéreis e instáveis são adversas para a ocupação humana (BEAUJEU-GARNIER, 1980). Desse modo, o ambiente contribui para o povoamento desigual no espaço. Em geral, a altitude, a latitude, a disponibilidade hídrica, o relevo e a geologia dos solos constituem um conjunto dinâmico de agentes naturais que influenciam na distribuição populacional. Para Zelinsky (1974),

[...] o geógrafo que estuda a população deve reconhecer a existência de um meio ambiente efetivo. Sem dúvida, o meio físico atua direta ou indiretamente sobre os números e tipos de população – e, por seu turno, é por eles modificado. O problema real está em saber a extensão e como isso se dá. (ZELINSKY, 1974, p. 51).

Outrossim, não é possível explicar os aspectos populacionais no espaço sob uma análise determinista e, também, não se pode negar a influência do ambiente natural na

---

<sup>6</sup> Valor expresso pelo termo hab/km<sup>2</sup> que indica o número de habitantes por unidade de superfície (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

organização de uma sociedade. De fato, a capacidade humana de intervir e modificar o meio físico permite o povoamento de áreas inóspitas e, assim, são constituídas relações ímpares entre um grupo e as condições naturais do seu espaço geográfico.

Similarmente à atuação dos fenômenos naturais no nível de povoamento de uma região, a economia, também, é capaz de promover oscilações nos índices de densidade demográfica, uma vez que o crescimento econômico pode estar vinculado à formação de vazios ou aglomerados populacionais. Do mesmo modo, a ocupação profissional dos habitantes de uma área contribui para distribuição desses no espaço. Em busca de expressar essa relação, Zelinsky (1974) defende a máxima segundo a qual, nas sociedades industrializadas, as características econômicas exercem maior influência sobre os aspectos populacionais do que as características do ambiente natural.

Ainda na esteira de Zelinsky (1974), a economia é uma faceta da cultura, visto que varia de uma sociedade para outra e na mesma área ao longo do tempo. Sob este prisma, cada grupo humano tem um modo diferente de avaliar e utilizar seu ambiente natural e de estabelecer as transações econômicas no interior da comunidade. Além disso, o autor afirma que a influência dos fatores culturais na distribuição populacional está relacionada aos valores socialmente constituídos, como o número ideal de filhos por família, o papel social da mulher, os costumes conjugais, a idade ideal para o casamento e a aceitação ou a recusa do uso de métodos contraceptivos.

De acordo com Beaujeu-Garnier (1980), outro fator interveniente na distribuição populacional pelo espaço é constituído por meio da história de um grupo. Para a autora, os índices de densidade demográfica são resultantes de fatores naturais, políticos e econômicos que, no decurso do tempo, conduzem à dispersão da população. Sob este mesmo ponto de vista, George (1974) analisa os acontecimentos históricos para explicar a disparidade de povoamento entre os continentes; estudo que o autor denominou geografia histórica demográfica.

Em uma perspectiva geográfica, os fenômenos populacionais são analisados com base na integração dos fatores naturais, econômicos, culturais e históricos. Inclusive, esse conjunto de ações intervenientes atua universalmente sobre as relações humanas no espaço e, assim, permite diversas explicações para a dinâmica populacional de uma área. Mediante o exposto, Zelinsky (1974) assevera que

[...] a população de qualquer região é o produto do mútuo intercâmbio entre a sociedade e o meio físico e, também – em grau ainda maior à medida que os grupos humanos alcançam maior progresso social e material – das ações intragrupos e intergrupos dos residentes dessa área. As equações adequadas à ligação dos determinantes físico, social e econômico com os resultados

demográficos diferem radicalmente de lugar para lugar, em virtude das mudanças nas condições físicas e culturais, e, analogamente, mudam na mesma área com o correr do tempo [...] (ZELINSKY, 1974, p. 85).

Como menciona Zelinsky (1974), a população é um objeto de estudo que está em constante alteração e, em vista disso, as taxas de natalidade (e de fecundidade), de mortalidade e de migração são empregadas para quantificar a dinâmica humana. Além da simples contagem do número de pessoas, o geógrafo busca explicar os índices no interior da relação que estes têm com outros fenômenos sociais para, então, desvendar suas causas determinantes (DAMIANI, 2011).

Em primeiro lugar, o índice de mortalidade<sup>7</sup> representa importante fator para o crescimento natural<sup>8</sup> de uma área, pois indica a relação entre o número de óbitos e a população total no decorrer de um ano. Portanto, o declínio deste índice resulta em aumento do número total de habitantes. Com toda certeza, o óbito é uma fatalidade que atinge todas as faixas etárias, embora sua ocorrência simbolize algo comum ao organismo humano na velhice e no primeiro ano de vida dos recém-nascidos. Desse modo, a fim de evitar o contraste de idades extremas, a taxa de mortalidade infantil<sup>9</sup> revela o número de crianças com idade inferior a doze meses que perecem ao longo de um ano (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Ao analisar as taxas de mortalidade e de mortalidade infantil, elementos sociais são considerados, como os fatores socioeconômicos e sanitários e o progresso da medicina. De fato, desde meados do século XIX, há um esforço clínico em busca da redução dos índices de mortalidade mediante a assepsia do ambiente hospitalar, do controle de doenças infectocontagiosas e do progresso em pesquisas para o tratamento de doenças crônicas. Contudo, quando se considera a população mundial, é evidente que o alcance social dos benefícios derivados das descobertas médicas são assimetricamente usufruídos em virtude de serem acessíveis de acordo com o investimento público no setor de saúde e com as condições econômicas individuais de uma pessoa.

Semelhante à contribuição dos avanços médicos para a redução das taxas de mortalidade, a melhoria no atendimento de saneamento básico evita a proliferação de moléstias que podem levar a óbito. Indubitavelmente, o acesso a esse serviço público não está disponível

---

<sup>7</sup> Estimativa realizada anualmente mediante a divisão do número de óbitos pela população total de um espaço. O resultado é multiplicado por mil a fim de evitar excessos decimais (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

<sup>8</sup> Há crescimento natural quando, em determinado ano, a taxa de mortalidade é inferior a taxa de natalidade.

<sup>9</sup> Cálculo feito anualmente por meio da divisão do número de óbitos de crianças menores de doze meses pelo número de crianças vivas na mesma faixa etária. O resultado é multiplicado por mil a fim de evitar excessos decimais (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

de modo uniforme para toda a população. Sobre a relação entre as condições econômicas e o índice de mortalidade, Damiani (2011) exemplifica que

as condições de vida da periferia das grandes cidades revelam que seus moradores vivem seguramente um outro tempo histórico, em relação aos moradores abastados e bem servidos. O tempo histórico vivido por eles é o da falta de saneamento, dos esgotos expostos, da deterioração das condições médicas. Portanto, é preciso relativizar a generalização suposta das conquistas, ou reconhecer que os níveis de sua apropriação são bastante diversos. A mortalidade é *diferencial* e atinge especialmente os pobres. (DAMIANI, 2011, p. 33, grifo da autora).

Da mesma maneira que Damiani (2011), George (1975) defende a diferenciação socioeconômica existente nos índices de mortalidade. Para o autor, o acesso à vacinação, à educação para o cuidado da saúde e do corpo, às informações sobre doenças infectocontagiosas e aos médicos e hospitais especializados reduzem as taxas de mortalidade. Todavia, como esses serviços não estão disponíveis a todos os grupos humanos e, ainda, pode ser necessária a remuneração para acessá-los, o óbito e a expectativa de vida acabam por refletir questões socioeconômicas.

Ademais, Damiani (2011) destaca a deterioração da vida social como possível causa do acréscimo nos índices de mortalidade. De acordo com a autora, os suicídios são ocasionados por distúrbios psíquicos que podem ser decorrentes de uma sociedade coercitiva para a realização pessoal e profissional, enquanto os genocídios são reflexos da intolerância étnica, religiosa e de gênero. Acrescentam-se, ainda, como mortalidade explícita da deterioração da vida social, os assassinatos e extermínios comumente motivados pela violência.

Tal qual a taxa de mortalidade, o índice de natalidade e o de fecundidade quantificam um fenômeno natural da população que, também, é influenciado por elementos sociais. Atinente ao índice de natalidade<sup>10</sup>, este equivale à média de nascimentos em um dado ano e local. A fecundidade<sup>11</sup>, por seu turno, relaciona o número de crianças menores de cinco anos ao número de mulheres em idade reprodutiva (DAMIANI, 2011).

Entre os aspectos intervenientes no índice de natalidade, Beaujeu-Garnier (1980) distingue dois grupos, o dos elementos naturais e o dos controlados. Com base nesta divisão, a reprodução humana natural varia conforme a fecundidade étnica de um povo, conjuntamente à

---

<sup>10</sup> O método mais comumente empregado para determinar o índice de natalidade é estabelecido por meio da divisão do número de nascimentos em determinado ano pelo número da população total. O resultado é multiplicado por mil a fim de evitar excessos decimais (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

<sup>11</sup> Número médio de filhos que teria uma mulher de uma coorte hipotética (15 a 49 anos de idade) ao final do seu período reprodutivo. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2018.

sua composição populacional por idade e sexo, ao seu ambiente natural – sobretudo, as condições climáticas – à sua dieta nutritiva, à sua condição de higiene e saúde, aos seus costumes tradicionais e às suas prescrições religiosas.

Nesse sentido, são constatadas variações na taxa de fecundidade entre etnias distintas. Entretanto, não é possível explicar este fenômeno apenas com fundamentações fisiológicas, pois não existem comprovações científicas para sustentar tal afirmação. Por isso, nas análises sobre a natalidade e a fecundidade, outros aspectos são considerados, como as condições climáticas. A partir desse ponto de vista, estudos comprovam que em regiões com contrastes climáticos sazonais, a elevação da temperatura prestes ao verão acarreta, também, o aumento das relações sexuais, haja vista que, no decorrer do ano, o número de nascimentos é maior no outono e no inverno.

Em adição à influência étnica e climática nas taxas de natalidade, a dieta nutritiva e a saúde de um grupo estão estreitamente relacionadas à reprodução desse. Sem dúvidas, uma alimentação com base nas necessidades nutricionais do corpo humano garante ao organismo o seu funcionamento biológico adequado. Dessa forma, situações de subnutrição podem contribuir com altas taxas de fecundidade, bem como uma alimentação rica em proteínas pode levar à infertilidade. Respeitante às condições de saúde, as populações mais prolíficas, geralmente, possuem os piores serviços de atendimento médico. Contudo, descobertas sobre imunização e tratamento de doenças que causam esterilidade em homens e mulheres têm proporcionado aumento nos índices de natalidade (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Outro fator interveniente nas taxas de natalidade é explicado mediante a pirâmide etária de um grupo. Uma população majoritariamente adulta, seguramente, possui seu índice de fecundidade superior a uma população constituída, em maior número, por idosos. Do mesmo modo, a composição por sexo indica se a quantidade de homens e de mulheres é proporcional para manter uma reprodução contínua. Portanto, a estrutura de um grupo por idade e sexo é determinante para a sua taxa de natalidade.

Para finalizar, o efeito da devoção religiosa sobre as taxas de natalidade ocorre mediante doutrinas de oposição à maioria das formas de contracepção. Assim, alguns grupos religiosos possuem elevados índices de fecundidade. No que se refere aos costumes tradicionais, o conceito do matrimônio, o papel social das mulheres, a proibição das relações sexuais em certo período e a condição das viúvas são fatores fundamentais para se compreender as taxas de natalidade e de fecundidade.

Concernente ao que Beaujeu-Garnier (1980) denomina de interferência natural, é equivocado considerar a ação de um único elemento para explicar o crescimento ou a redução

no índice de natalidade, visto que o ritmo de reprodução varia mediante diversos fatores afins. Logo,

além dos fatores primevos que influenciam o índice de natalidade – o ambiente natural, formação biológica, costumes e tabus tradicionais – existe outro que é fundamental: a vontade humana. É aquilo que permite ao indivíduo fugir às leis elementares do instinto; e, às famílias, ajustarem o número de filhos a circunstâncias ou desejos. Tal ação é ditada por várias circunstâncias exteriores que podem atuar de diferentes maneiras. Assim, passa-se do que se pode denominar natalidade ‘natural’ para outra forma menos espontânea: o índice de natalidade ‘voluntária’ ou ‘controlada’. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 147, grifo da autora).

Conforme afirma Beaujeu-Garnier (1980), as relações humanas são socialmente condicionadas. Destarte, a expressão “natalidade controlada” é relativa às orientações sociais que influenciam o crescimento e a redução dos índices de natalidade. Ainda, de acordo com a autora, a escolha familiar pelo número de filhos não é livre, mas instituída em motivos morais, intelectuais, econômicos, sociais e políticos.

Por exemplo, o nível de instrução está estreitamente associado ao declínio das taxas de fecundidade, uma vez que a educação pode proporcionar conhecimento sobre os métodos contraceptivos, multiplicar as preocupações e responsabilidades e permitir ambições maiores que as obrigações maternas. Nessa perspectiva, a primazia pela realização individual emancipa homens e mulheres do compromisso imediato da constituição e da reprodução familiar, fato que resulta na redução das taxas de natalidade e fecundidade (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Assim como a procura por realização individual, a busca pelo bem-estar pode representar escolha oposta à maternidade, pois um filho é fonte de despesas na renda familiar. Por outro lado, Beaujeu-Garnier (1980) indica que os grupos com menores rendimentos, normalmente, são os mais prolíficos. Contudo, essa situação de vulnerabilidade econômica e de altos índices de fecundidade resulta da conjuntura dos vários fatores mencionados. Da mesma forma, diversos elementos configuram maior fecundidade nas áreas rurais em relação às áreas urbanas. Com efeito, o custo de vida citadino e o espaço reduzido das moradias podem coibir o aumento do número de integrantes das famílias.

Por fim, Beaujeu-Garnier (1980) aponta a ação política e a busca pelo controle da reprodução humana como fatores determinantes nas taxas de natalidade. Referente à intervenção das autoridades políticas, esta ocorre mediante ações que visam ao crescimento ou à redução do índice de fecundidade. Quanto ao controle da natalidade, o planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos permitem liberdade aos casais para a escolha do número de filhos.

Em síntese, por meio da revisão literária de Zelinsky (1974), de Beaujeu-Garnier (1980), de George (1975, 1981) e de Damiani (2011), constata-se que os elementos fundamentais para a análise qualitativa dos dados demográficos de um grupo são: a) o ambiente natural; b) os aspectos econômicos; c) os aspectos culturais e os aspectos políticos. Com isso, explica-se a afirmação da Geografia da população como a ciência que procura compreender os fenômenos populacionais no espaço mediante a inter-relação de fatores não demográficos.

Como consequência da dinâmica demográfica, é complicado estabelecer padrões no estudo da população. No entanto, é possível agrupar fenômenos semelhantes em uma análise integradora. Inclusive, o índice demográfico que apresenta maior complexidade para ser estabelecido é a migração, em virtude dos seus múltiplos significados e determinantes sociais. Segue, então, uma discussão teórica e conceitual sobre a temática da migração e do sujeito migrante.

### **2.3 Considerações sobre o fenômeno da migração**

Do mesmo modo que a taxa de mortalidade e a de natalidade, a migração é importante elemento da dinâmica demográfica<sup>12</sup> de uma área e, da mesma maneira, apresenta diversos condicionantes que podem ter origens nas intempéries naturais, nas questões econômicas e nos fatores religiosos e/ou políticos. Em consideração à análise desta pesquisa, esta subseção apresenta as concepções do paradigma neoclássico e neomarxista para o estudo da mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço e indica a orientação teórica empregue na interpretação da migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO). Aqui, ainda, são realizadas algumas considerações sobre o conceito de migrante.

A mobilidade é uma característica dos grupos humanos no espaço e pode ocorrer dentro de uma mesma unidade político-administrativa, a denominada de migração intra-regional; entre unidades político-administrativas distintas, a denominada de migração inter-regional; e/ou diariamente, a denominada de migração pendular<sup>13</sup>. Os dois primeiros tipos, o intra-regional e o inter-regional, acarretam na mudança de residência do migrante, fato que pode ocorrer ao longo de um tempo determinado ou permanentemente. Contudo, definir o migrante

---

<sup>12</sup> Mortalidade, natalidade e migração são as três variáveis capazes de modificar o tamanho, a estrutura e a distribuição populacional pelo espaço (GEORGE, 1981).

<sup>13</sup> Para os demógrafos, o deslocamento diário para trabalho ou estudo, conhecido como mobilidade pendular, não é considerado um tipo de migração pois não implica em mudança de residência (CUNHA, 2011).

como temporário ou permanente é exercício complexo, visto que a mutabilidade é inerente à migração.

Ao discursarem sobre a complexidade dos elementos subjacentes à mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço, Patarra e Cunha (1987) afirmam que é impensável apenas um conceito para explicitar o que é migração e migrante. Nessa perspectiva, os autores certificam a autonomia do pesquisador em estabelecer sua concepção de migração conforme a sua problemática e as suas proposições abordadas. Isso posto, nesta pesquisa são considerados migrantes nordestinos todos aqueles, provenientes da região Nordeste, que residem no município de Ipameri (GO). Ainda, durante a realização das entrevistas foram preferidos indivíduos que se retiraram dos seus estados de origem após completarem a maioridade civil. Essa restrição foi estabelecida no almejo de selecionar pessoas que optaram pela migração, uma vez que nessa faixa etária o jovem é emancipado e, conseqüentemente, na maioria dos casos, suas ações representam o seu direito de escolha.

Em virtude da multiplicidade dos elementos condicionantes da mobilidade de grupos humanos no espaço, diálogos interdisciplinares são estabelecidos a fim de compreender esse fenômeno. Assim, ao realizar uma revisão das teorias relacionadas à migração, Becker (2006) classifica dois paradigmas – o neoclássico e o neomarxista – fundamentados em pressupostos econômicos, sociológicos e filosóficos, para orientar as investigações dessa temática. Em vista disso, a dificuldade em conceituar o que é migração advém, também, da variedade de interpretações que podem ser realizadas de um único fluxo de pessoas.

Dentre os estudos sobre a migração, o trabalho do geógrafo Ravenstein (1885) foi o primeiro a abordar a mobilidade humana no espaço. No contexto da Revolução Industrial (século XVIII-XIX), o autor analisou o crescente fluxo de pessoas no Reino Unido. A partir de suas observações, Ravenstein (1855) defende as transformações econômicas e sociais decorrentes da industrialização como motivadoras da aglomeração de trabalhadores nas áreas próximas às fábricas. Portanto,

Embora se possa dizer que a migração ocorre em todas as partes do Reino Unido, quando comparamos uma parte do país com outra, existem diferenças vastas e impressionantes com referência à sua extensão e direção. Existem municípios que retêm quase toda a sua população nativa e até recebem migrantes de outros municípios; regiões das quais procedem amplas correntes de emigração, compensadas em certa medida pelas contracorrentes da imigração; e municípios que parecem atravessados por essas correntes migratórias [...] Esses são os extremos, e entre eles todas as gradações existem em confusão aparentemente inextricável. Vamos tentar trazer ordem para esse caos. Existem municípios que aumentam sua população não apenas pelo excesso de nascimentos em relação às mortes, mas, também, pela recepção e

absorção de migrantes de outros países. Regiões como essas, chamaremos de "regiões de absorção", enquanto as regiões às quais não elevam seu crescimento populacional, chamaremos de "regiões de dispersão". [...] (RAVENSTEIN, 1885, p. 184, grifo do autor, tradução nossa).

As leis da migração<sup>14</sup> de Ravenstein (1850) foram instituídas em um contexto histórico social caracterizado por crescente fluxo de pessoas, das áreas rurais para as áreas urbanizadas e industrializadas, em busca de trabalho. A partir dessa constatação, o paradigma neoclássico considera os fatores econômicos como principal elemento para a análise da migração e o salário como maior incentivo para os deslocamentos no espaço.

Nesse sentido, o termo “regiões de absorção” é usado para indicar as regiões com maior nível de industrialização, como áreas de absorção de migrantes a procura de emprego. Enquanto “regiões de dispersão” para denotar áreas rurais e urbanas não industrializadas e caracterizadas pela dispersão da população local e pela redução da densidade demográfica. Ainda segundo Ravenstein (1885), nas sociedades industrializadas ou em processo de industrialização são constatadas inúmeras outras razões para explicar a mobilidade humana, contudo a idealização por maiores salários encontra-se entre as principais causas da migração.

Ravenstein (1885), também, reconhece as imprecisões da sua análise e discorre sobre o quão difícil é mensurar a inconstância do fluxo de pessoas no espaço. Destarte, a insuficiência do recenseamento em quantificar dados sobre a migração exige ao geógrafo da população o uso de fontes secundárias em suas pesquisas. Com efeito, a contribuição desse autor para a compreensão da mobilidade humana está além dos pressupostos neoclássicos, uma vez que apresenta inúmeros elementos determinantes na dinâmica demográfica.

A metodologia de análise da migração no viés neoclássico é pautada na descrição, desassociada da conjuntura social, de dados quantitativos. Por isso, os trabalhos fundamentados nesse paradigma expressam um enfoque causal, isolado e pontual dos deslocamentos. Além do mais, concebem o migrante como indivíduo neutro e apolítico, pois consideram sua aspiração pessoal por melhor salário como única causa da sua mobilidade. Sobre essa perspectiva, em voga até a década de 1970, Becker (2006) argumenta que

[...] estudavam-se os movimentos migratórios especialmente através da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes. Do ponto de vista espacial, a análise estatística de fluxos (linhas) e de aglomerações (pontos) era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Tal concepção levava a um modelo

<sup>14</sup> Ravenstein (1885) estabelece sete direcionamentos para analisar a migração no Reino Unido, sendo: relação entre mobilidade e distância; tipos de migrantes; fatores de absorção e dispersão de pessoas; correntes e contracorrentes migratórias; centros urbanos e industriais como áreas de absorção de migrantes; maior dispersão de pessoas nas áreas rurais e maior mobilidade das mulheres em relação aos homens.

reduzitivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da ‘decisão pessoal’ e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas. (BECKER, 2006, p. 323, grifo da autora).

Como corrobora Becker (2006), admitir a aspiração pessoal como única motivadora da migração reduz uma escolha social em mera racionalização de oportunidades e ganhos salariais. Nesse sentido, a concepção dos fatores de repulsão e atração enquanto condicionantes da migração configuram, respectivamente, as situações responsáveis pela insatisfação no local de origem e os atributos dos locais mais distantes que os tornam atraentes. Em vista disso, na análise neoclássica, o migrante, ao procurar condições mais vantajosas, é retratado como uma espécie de empresário de si mesmo (VAINER, 2005).

Ademais, os teóricos neoclássicos consideram a migração um mecanismo de equilíbrio entre as disparidades regionais existentes no espaço. Esse discurso é fundamentado no prisma da mobilidade como elemento de ajuste das diferenças locacionais de custos e benefícios. Desse modo, qualquer localização que o mercado de trabalho apresente atributos melhores aos quais estão circunscritos nas regiões adjacentes, tem a probabilidade de receber correntes migratórias<sup>15</sup>. Segundo os neoclássicos, por meio das correntes migratórias as vantagens locacionais tendem a desaparecer no espaço e ocorre o denominado equilíbrio (VAINER, 2005; BECKER, 2006).

De modo geral, as análises neoclássicas da migração se caracterizam por assumir uma posição descritiva pautada em dados quantitativos e uma interpretação não contextualizada aos fatos histórico-sociais. Também, consideram o migrante como um indivíduo livre a fim de maiores rendimentos salariais e a migração como meio para minimizar as disparidades regionais. Esse modelo de estudo teve boa aceitação pelos teóricos da migração até a década de 1970, período no qual o pensamento neomarxista sugere a migração como estratégia para a perpetuação das desigualdades no espaço.

[...] com a ‘mobilidade’ do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento as exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade *forçada*. O discurso econômico serve de verniz para demonstrar quer, a inevitabilidade do fenômeno, quer a existência de vantagens individuais ou colectivas que teoricamente ele deve apresentar. O meu texto desmonta assim o discurso econômico e, portanto, as estratégias que ele funda. Isto é, eu ponho em jogo realmente a ‘mobilidade do trabalho’: o uso

---

<sup>15</sup> Segundo Ravenstein (1885), correntes migratórias são os fluxos de pessoas que chegam a determinada área/território. Em contrapartida, as contracorrentes migratórias qualificam os movimentos de retirada de indivíduos de determinada área/território.

capitalista das disponibilidades dos homens, da docilidade dos seus corpos. (GAUDEMAR, 1977, p. 17, grifo do autor).

Fundamentado nas teorias de Karl Marx, Rosa Luxemburgo e Lénine, Gaudemar (1997) procura romper com os pressupostos neoclássicos, na análise da migração, ao vincular os deslocamentos humanos à necessidade de mobilidade dos trabalhadores no modo de produção capitalista. Assim, esse autor substitui a representação do migrante como indivíduo em busca da maximização dos ganhos salariais por uma concepção de trabalhador forçado à migração pela estratégia do capital para a obtenção de lucros.

Ao analisar o fluxo de pessoas na França, Gaudemar (1977) estabelece três parâmetros para refletir sobre mobilidade forçada nas sociedades capitalistas. O primeiro fator, desse tipo de deslocamento, é apresentado mediante o processo de concentração industrial do espaço econômico, princípio responsável pelas altas taxas de densidade demográfica nas regiões industrializadas e causador da retração populacional nas áreas pouco ou nada industrializadas.

O segundo fator da mobilidade forçada é exemplificado pelos trabalhadores desempregados, quando o exército de mão de obra livre configura uma necessidade do capital para a sua otimização e rentabilidade, visto que o trabalhador inativo possui maior sujeição à migração e à ocupação de postos com baixo salário e alto nível de exploração. Ainda, os migrantes enquanto trabalhadores temporários, geralmente, não têm expressão própria para reivindicar seus direitos, não dispõem de vínculo empregatício e são indivíduos sem a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho, portanto as circunstâncias promovem maiores lucros ao capital com a força de trabalho móvel.

O terceiro fator da mobilidade forçada aponta as estratégias implantadas para impedir ou para possibilitar a flexibilidade profissional. Sob esse prisma, a mão de obra é instruída de acordo com a necessidade do aparelho econômico, assim a formação técnica dos trabalhadores atende aos objetivos dos seus empregadores. Paralelamente, o autor (GAUDEMAR, 1977) cita a organização dos postos de trabalho, por meio da rotação entre diversas atividades ou mediante a realização de tarefas repetitivas, como instrumento para garantir maiores lucros sobre a mão de obra operária, à vista disso é possível concluir que a mobilidade profissional está regida pelos interesses do capital.

Com a concepção de mobilidade forçada do paradigma neomarxista, as análises sobre a migração são contextualizadas em fatos históricos e sociais. Sob esse mesmo ponto de vista, Singer (1987) reitera a indispensabilidade em encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a determinado fluxo de pessoas a fim de interpretar os fatores de

expulsão das áreas onde originam os migrantes e os fatores de atração para as áreas nas quais esses se destinam.

Da mesma maneira que os teóricos neoclássicos, Singer (1987) reconhece as desigualdades regionais existentes entre as áreas de atração e as áreas de repulsão de migrantes como motivadoras da mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço. Contudo não acredita nas migrações como meio para reduzir os contrastes regionais, posto que as áreas com destaque econômico tendem a acumular, ao longo dos anos, os efeitos da difusão do progresso e do desenvolvimento. No paradigma neomarxista, o fenômeno da migração é resultado de um processo global de mudanças econômicas e políticas, além disso, expressa a crescente sujeição do trabalho ao capital (BECKER, 2006).

Em relação à categoria de análise, a perspectiva neomarxista assume a proposta do estudo da migração enquanto processo social. Nessa perspectiva, a busca pela compreensão dos fatores condicionantes da mobilidade de indivíduos ou de grupos no espaço é realizada por meio da investigação das causas estruturais que impelem determinados grupos a esse movimento. Por meio dessa metodologia, primeiramente são verificadas as regularidades econômicas, políticas e históricas presentes nas áreas de atração-repulsão de migrantes e, posteriormente, são levantadas individualmente os motivos pelos quais o informante resolveu a migrar.

[...] quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendidos o fluxo, as suas causas e fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser investigados isoladamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele. (SINGER, 1987, p. 52).

Na análise do fluxo de pessoas enquanto processo social, Singer (1987) justifica a necessidade de considerar primeiramente as causas estruturais da migração, pois, segundo o autor, o migrante pode ter uma compreensão equivocada da sociedade da qual faz parte. À vista disso, as verbalizações individuais, a respeito dos motivos dos deslocamentos no espaço, são subjetivas e insuficientes para expressar a complexidade de fatores imbricados e que resultam na mobilidade de uma classe social.

Quanto à categoria de análise da migração para a interpretação dos condicionantes sociais desse fenômeno é importante destacar a oposição existente entre a abordagem neoclássica e a neomarxista. Como explicitado anteriormente, enquanto a primeira opta por

uma abordagem fundamentada nas características individuais dos migrantes e nos seus condicionantes particulares para o deslocamento, a segunda propõe uma explicação dos processos estruturais que impelem determinado grupo ao movimento.

Dentre as concepções dos teóricos neomarxistas é unanimidade a importância da contextualização espaço-tempo de determinada corrente migratória. Por certo que a mobilidade é característica inerente dos grupos humanos e tem significados distintos entre as sociedades pré-históricas, as sociedades capitalistas em processo de industrialização, as sociedades capitalistas industrializadas e as sociedades socialistas, é preciso dimensionar os eventos envolvidos em qualquer fluxo de pessoas e estabelecer a análise de certa realidade insuficiente para investigar outro contexto.

Diante da complexidade teórica envolta no fenômeno da migração, Peliano (1990) corrobora com os demais autores neomarxistas ao discursar sobre a peculiaridade histórica estabelecida nas áreas de repulsão-atração de migrantes.

[...] impõe-se identificar os fatores que o engendraram antes de sua concretização a partir de um esforço de recuperação e remontagem das condições objetivas de produção que então vigoravam. Essa reconstituição, por seu turno, deve ser suficientemente ampla para cobrir os locais de origem e de destino do deslocamento, uma vez que ambos os locais tiveram em comum o fato de repartirem população entre si (e como toda distribuição depende do total a ser distribuído, deve-se ir ao total, nesse caso às condições de trabalho, para se verificar quais foram as leis da distribuição, nesse caso o espectro da distribuição das forças de trabalho, entre os locais do deslocamento de população) [...] (PELIANO, 1990, p. 112).

Conforme Peliano (1990), as correntes migratórias representam o deslocamento da força de trabalho no espaço territorial e são causadas por razões econômicas. Portanto, esse fenômeno não pode ser compreendido por si só, visto que é produzido por fatores exógenos. Por esse pressuposto, os diversos tipos de migração inter-regional evidenciam as disparidades de um país.

Dado a multiplicidade dos fatores intervenientes na configuração de uma corrente migratória e da interdisciplinaridade permitida para analisar as causas e as consequências desse fenômeno, Salim (1992) explica a complexidade para se conceituar o que é migrante e migração como resultado de um quadro conceitual, muitas vezes, contraditório. Esse autor observa, ainda, a discrepância de ideias nos discursos dos representantes de um mesmo paradigma teórico.

Contudo, a ausência de unanimidade teórica não se configura como um obstáculo nos estudos sobre migração, uma vez que a temática estabelece, de acordo com o espaço e o

tempo analisado, significado próprio. A partir dessa proposição, o conceito de migração nesta pesquisa é fundamentado na definição de Salim (1992). Segundo o autor

a migração, fenômeno complexo essencialmente social e com determinações múltiplas, apresenta interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta. Assim, diante da pluralidade das relações sociais ou dos diversos contextos sociais onde se verificam processos de mudança, a migração tende a assumir feições próprias diferenciadas e com implicações distintas para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam. (SALIM, 1992, p. 119).

Fundamentada nas proposições de Salim (1992), a migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO) é compreendida por meio da imbricação de fatores econômicos, políticos e culturais. Posto que a complexidade de elementos subjacentes ao fluxo de pessoas no espaço não é compreensível na sua totalidade por apenas um paradigma teórico.

Nessa perspectiva, em uma proposta integradora para a análise da migração, Mondardo (2012) apresenta a perspectiva de interpretação da migração por meio de aspectos subjetivos, estruturais e conjunturais. Assim,

não se pode, entretanto, negar as causas macroestruturais e as relações econômicas na mobilidade espacial da população; contudo, as causas econômicas não podem explicar satisfatoriamente em sua multidimensionalidade o processo migratório e as motivações dos sujeitos para migrar, pois não intervêm apenas decisões 'racionalis' que apontam equilibrar riscos e benefícios [...] (MONDARDO, 2012, p. 20, grifo do autor).

Nesta pesquisa, a análise fundamenta-se na proposta de integração dos elementos estruturais e subjetivos que provocam o fluxo de pessoas no espaço. Em vista disso, a migração não é abordada por um único paradigma teórico, também, não busca compreender o migrante enquanto mão de obra forçada ao deslocamento ou a migração, como opção racional determinada a partir da diferença salarial entre duas áreas.

Nesse sentido, são contextualizadas as causas econômicas e políticas que tornaram o município de Ipameri (GO) em área de atração de migrantes e, por outro lado, a região Nordeste em área de expulsão. Também, são considerados os anseios e os sonhos individuais suscitados com o deslocamento, bem como as redes e relações estabelecidas entre as áreas de origem e de destino. Por isso, a reflexão sobre migração expressa as relações sociais estabelecidas no espaço ou, em uma abordagem mais restrita, o processo de des-reterritorialização e a configuração da multiterritorialidade do migrante.

## 2.4 O conceito de território para compreender a migração

De acordo com as reflexões anteriores, as quais evidenciaram a migração como fenômeno populacional causado por fatores estruturais e subjetivos, esta subseção busca elucidar a relação entre migração e território. Desta forma, o conceito de território é usado para interpretar as relações sociais de poder, historicamente constituídas, que promovem a mobilidade de indivíduos ou grupos no espaço.

Conceber o território como conceito geográfico reflete sua atribuição de recurso para a interpretação da realidade social. Os conceitos têm a função de ofertar um conjunto sistematizado de conhecimento teórico para o entendimento de dado problema/questão. Nessa perspectiva, ao discutir a importância do uso dos conceitos de lugar, território, paisagem e região na análise geográfica, Haesbaert (2014) se vale de uma metáfora ao comparar os conceitos a “ferramentas” disponíveis ao trabalho intelectual de um pesquisador.

Enquanto instrumentos para compreender o mundo, os conceitos advêm de questões sociais surgentes em contextos histórico-geográficos específicos. Logo, estão em constante elaboração teórica e renovação. Consequentemente, o conceito de território é heterogêneo, possui múltiplas definições, está relacionado a outros conceitos geográficos e é concebido na imbricação entre o âmbito teórico e determinada realidade concreta (HAESBAERT, 2014).

Nesse sentido, quando aborda as relações de poder inerentes ao território, Raffestin (1993) afirma a formação do território a partir do espaço. Para o autor, as ações realizadas pelos atores sociais no espaço acarretam a produção territorial. Em vista disso,

[...] ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144, grifo do autor).

A concepção territorial de Raffestin (1993) apresenta as relações de poder como aspecto primordial para diferenciar o espaço do território. Da mesma maneira, Haesbaert (2014) reitera que a análise do território enfatiza as relações de poder existentes no espaço geográfico. Portanto, o território está articulado ao espaço e representa as múltiplas manifestações do poder político, econômico e cultural de uma sociedade.

Concernente à perspectiva de território vinculada às relações sociais de poder, primeiramente, foi sistematizada mediante a compreensão da hegemonia do poder político de determinada área. Em virtude desse vínculo entre o Estado e o conceito de território, a noção

de poder esteve associada à jurisprudência e à soberania política de dada superfície do espaço (SAQUET, 2007).

Além da interpretação das ações geopolíticas do Estado, Haesbaert (2007) ao discursar sobre a amplitude teórica em torno do território, sugere a divisão das distintas concepções deste conceito em dois grupos. Assim, define o binômio fundamentado no materialismo-idealismo e o binômio embasado no sentido espaço-tempo. A justificativa para essa separação é explicada por uma necessidade de evitar confusões entre vertentes filosóficas e pela indispensabilidade de esclarecer a noção de território empregada nas análises geográficas. Segundo o autor,

[...] muitos sequer deixam explícita a noção de território com que estão lidando, cabendo a nós deduzi-la. Daí a importância de esclarecermos, de início, as principais linhas teórico-conceituais em que a expressão é ou pode ser utilizada, sem em hipótese alguma pretender impor a conceituação à problemática, mas mostrando sempre a diferenciação e transformação dos conceitos em função das questões priorizadas. (HAESBAERT, 2007, p. 35-36).

Como propõe Haesbaert (2007), a noção de território possui múltiplas interpretações. Dessa forma, de acordo com os pressupostos, a problemática e os objetivos de uma investigação pautada na análise territorial, o pesquisador tem a sua disposição um conjunto de diferentes abordagens teóricas sobre o conceito de território. Portanto, as divergências entre as concepções materialistas, as concepções idealistas e as concepções baseadas na dimensão absoluta, relacional ou histórica do território agregam complexidade ao referido conceito geográfico.

No que se refere à perspectiva materialista, o território é compreendido mediante a sua dimensão concreta. Assim, as reflexões são sistematizadas consoante o que é efetivamente existente. Nesse contexto, Haesbaert (2007) ressalta a abordagem naturalista, a abordagem econômica e a abordagem política como possíveis interpretações fundamentadas na análise da realidade físico-material do território.

Quanto à percepção naturalista, o território social é vinculado aos estudos da etologia. Por esta ótica, é considerado área de sobrevivência e de acesso aos recursos naturais. Destarte, pode-se concluir que, à semelhança de algumas espécies animais, a sociedade tem necessidade biológica de dominar uma área do espaço. Contudo, ao discursar sobre a relação território-natureza, Haesbaert (2006) assevera que justificar como instinto e como condição genética a necessidade humana de usufruir de um território é proposição radical.

Com efeito, é essencial reconhecer os aspectos naturais do território, mas nunca comparar as ações da sociedade ao comportamento dos animais. Em contraposição, frequentemente, a dimensão natural é inexistente nas análises geográficas pautadas no conceito de território.

é comum, mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação sociedade-natureza na definição de espaço ou de território. Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade [...] (HAESBAERT, 2006, p. 47-48).

Desse modo, a crítica de Haesbaert (2006) está direcionada à análise fragmentada dos fenômenos sociais e, igualmente à perspectiva naturalista, a concepção econômica contempla o território por meio das relações sociais de produção e dos recursos técnicos presentes no espaço. Ao discorrer sobre essa perspectiva, Saquet (2009) afirma que a dimensão natural, a dimensão econômica e a dimensão política do território são distinguíveis, porém não são separáveis.

Por fim, entre as abordagens materialistas, a concepção do território mediante análise das ações políticas tem ampla difusão no âmbito da Geografia. Como mencionado anteriormente, o conceito de território está, tradicionalmente, associado ao Estado, visto que, a princípio, foi caracterizado pelo poder político de uma área do espaço. Destarte,

o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significado, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito de território [...] (SOUZA, 2009, p. 59, grifo do autor).

Quando discorda das interpretações sociais fragmentadas, Souza (2009) corrobora a percepção do território por meio da articulação das dimensões materiais e imateriais. A perspectiva imaterial, por sua vez, está relacionada ao idealismo e, nesse ângulo, o território é compreendido pela apropriação simbólica e cultural do espaço.

Em uma concepção parcial e fundamentada no idealismo, o conceito de território enfatiza os valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos conferidos pela sociedade ao espaço no qual habita (HAESBAERT, 2007). Ao significar o território, um grupo estabelece uma relação de identificação e de pertencimento. Nesse sentido, a territorialidade é empregada para explicar as questões subjetivas intrínsecas à configuração de um território.

Contrária ao entendimento fragmentado da sociedade, como ocorre nas concepções naturalistas, na concepção de base econômica, na concepção política e na perspectiva idealista, a perspectiva denominada de integradora tem o propósito de conceber as diferentes dimensões sociais e da sociedade com a natureza na constituição do território. Entretanto, para Haesbaert (2007), na contemporaneidade, dificilmente um espaço integra os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais de forma coesa. Assim, segundo o autor, refletir sobre o território por um viés integrador é partir da imbricação das múltiplas relações do poder material e do poder simbólico.

Com referência ao binômio espaço-tempo, Haesbaert (2007) apresenta as vertentes que discutem o território em sentido absoluto e em sentido relacional e expõe, também, as tendências que consideram ou desprezam a dimensão histórica e geográfica desse conceito. Diante da segmentação de concepções teóricas, o território em sentido absoluto é interpretado como substrato material dissociado de uma dinâmica temporal. Em contraposição, na perspectiva relacional, o território contempla as relações de poder constituídas historicamente por uma sociedade. Destarte,

podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disto, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou 'fronteira'. Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão em síntese e num sentido mais amplo temporalidade [...] (HAESBAERT, 2007, p. 82, grifo do autor).

De acordo com a asserção de Haesbaert (2007), a qual certifica a condição relacional das ações sociais, é possível concluir que a historicidade e a geograficidade são inerentes a uma dada configuração territorial, uma vez que, conforme o período histórico e o espaço geográfico, o território adquire características singulares. Portanto, o território é dinâmico, possui movimento e é moldado pelas relações de poder de uma sociedade.

Sobre o dinamismo e a historicidade do território, Santos (1988), ao discursar acerca da diferenciação entre o Estado Territorial e a transnacionalização da sociedade pós-moderna, assevera que a natureza é histórica e que apenas a condição do território de ser quadro de vida de um grupo é permanente. Na concepção do autor,

o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí.

De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 1988, p. 16).

Como corrobora Santos (1988), a ciência e a tecnologia da informação promovem fluidez ao espaço. Dessa maneira, na sociedade globalizada há territórios contíguos e, também, territórios articulados em redes. Por conseguinte, a configuração do espaço em território é constituída historicamente conforme são estabelecidas relações materiais e imateriais de poder. Nessa perspectiva, Haesbaert (2007), Saquet (2007, 2009) e Souza (2009) discordam de análises territoriais pautadas em concepções fragmentadas e que desconsideram a historicidade das ações sociais.

Em face da multiplicidade de definições para conceituar território, no presente trabalho, consoante a problemática e os objetivos definidos, território é compreendido a partir das considerações de Haesbaert (2007).

[...] fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço [...] Tendo como pano de fundo essa noção ‘híbrida’ (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 79, grifo do autor).

Outrossim, há diversas vertentes para explicar o processo de desterritorialização-reterritorialização. Neste trabalho, nomeadamente, a desterritorialização está entendida como a perda do território, por um grupo ou indivíduo, e pode ser causada por fatores de cunho econômico, político, cultural e natural ou pela imbricação de todos estes elementos. A reterritorialização, por seu turno, é produzida por um conjunto de condições materiais e imateriais e definida como a reestruturação da territorialidade de quem foi desterritorializado. A territorialidade está constituída nas múltiplas relações de poder de uma sociedade e, também, envolve as questões identitárias e simbólicas do indivíduo com seu território.

Diante do exposto, na presente pesquisa, a apreensão do conceito de território está relacionada à desterritorialização dos migrantes da região Nordeste do Brasil e, conseqüentemente, à reterritorialização destes indivíduos no município de Ipameri (GO). A desterritorialização promove a reterritorialização, visto que não há indivíduo ou grupo excluído

das relações de poder do espaço. Dessa forma, a territorialidade do migrante é híbrida, ou seja, constituída por elementos territoriais da região Nordeste e de Ipameri (GO).

Ao discutir a relação entre migração e território, Haesbaert (2007) reconhece a multiplicidade de perfis de migrante. Para o autor, a desterritorialização é um fenômeno que diverge conforme a classe socioeconômica e a cultura do indivíduo, uma vez que é necessário distinguir a desterritorialização dos grupos dominantes e a desterritorialização dos grupos dominados.

[...] torna-se arriscado tomar uma mesma qualificação, como a de ‘migrante’, para designar ao mesmo tempo o jovem desesperado que tenta viajar do Senegal para a França no trem de aterrisagem de um avião e o grande executivo da empresa transnacional que troca de residência dos Estados Unidos para o Japão, mantendo sua mobilidade quase cotidiana pela primeira classe das grandes companhias aéreas mundiais. (HAESBAERT, 2007, p. 250, grifo do autor).

Desse modo, com base nas leituras de artigos, teses e livros que analisam a migração por um viés territorial e consoante as especificidades do processo de des-re-territorialização dos migrantes nordestinos residentes em Ipameri (GO), esta pesquisa aborda a constituição da multiterritorialidade do migrante, visto que, ao passar pela perda e reconstrução do seu território, o indivíduo agrega em um mesmo conjunto suas experiências cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2007).

Desta feita, a migração possibilita a experimentação/reconstrução da multiterritorialização do indivíduo. Respeitante à multiterritorialidade, Haesbaert (2007) assevera que a condição híbrida do processo de des-re-territorialização resulta na formação da multiterritorialização.

multiterritorialidade (ou multiterritorialização, se de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, como nas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço. (HAESBAERT, 2007, p. 343-344, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o migrante nordestino constitui a sua multiterritorialidade no município de Ipameri (GO) mediante as relações (do poder simbólico e material) estabelecidas no processo de perda e reconstrução territorial promovida pela migração. Portanto, do mesmo modo que o território possui dimensões material e ideal, os derivados deste conceito – quais

sejam desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade – também, são apreendidos pela imbricação do material e do ideal.

Para finalizar as discussões teóricas deste capítulo, convém salientar a migração como fenômeno demográfico capaz de modificar o tamanho, a estrutura e a distribuição populacional pelo espaço. Conforme a revisão da literatura, a análise da migração está determinada pela ótica da Geografia Humana, em especial, no âmbito da Geografia da População. Todavia, enquanto processo estruturado socialmente, compreender a mobilidade espacial de grupos ou de indivíduos é possível somente em uma perspectiva que considere a imbricação de fatores subjetivos, políticos e econômicos.

Com efeito, qualquer índice relacionado à população resulta da articulação entre elementos culturais, econômicos e políticos. É evidente que a natureza, também, atua nas taxas de migração, de natalidade, de mortalidade e de densidade demográfica, mas não é possível explicar os aspectos populacionais de uma área apenas por meio de condições físico-naturais. Por esse ângulo, a relação sociedade-natureza está intrínseca aos fenômenos sociais. Destarte, a revisão literária de Zelinsky (1974), Beaujeu-Garnier (1980), George (1975, 1981) e Damiani (2011) permite compreender a multiplicidade de fatores intervenientes nos índices demográficos.

De acordo com as proposições de Ravenstein (1855), Patarra e Cunha (1987), Singer (1987), Peliano (1990), Salim (1992), Gaudemar (1997), Vainer (2005), Becker (2006) e Mondardo (2012), conclui-se que, para analisar a migração, é necessário abarcar os aspectos subjetivos e estruturais que motivam o fluxo de pessoas no espaço. As reflexões acerca dos conceitos de Raffenstein (1993), Santos (1998), Haesbaert (2007, 2009, 2014), Saquet (2007, 2009) e Souza (2009) contribuem com a percepção articulada do território, enquanto constituído por relações de poder material e ideal.

Fundamentado nessas discussões sobre população, migração e território, o próximo capítulo apresenta os fatores materiais e imateriais da desterritorialização e da reterritorialização dos nordestinos no município de Ipameri (GO).

**3 MIGRAÇÃO:** fenômeno populacional de desterritorialização e de reterritorialização

### 3 MIGRAÇÃO: fenômeno populacional de desterritorialização e de reterritorialização

Aqui, eu achei mais melhor. Assim, você observa a sua geladeira tem alguma coisa pra você comer. Lá, você abre a sua geladeira, meu amigo.... Lá, não é qualquer um que tem uma geladeira não. Aqui, eu tenho condição de beber uma cerveja, tomar uma coca, comer uma carne, bom demais! Eu só não tenho dinheiro, mas crédito, graças a Deus, aqui em Ipameri, eu tenho pra todo lado [...] Às vezes eu sinto saudade de lá, quando a gente vai comer a gente lembra também. A gente lembra de lá, como é que é as dificuldades. Lá, você vai num açougue, compra um quilinho de carne e passa dois, três dias comendo. Aqui, a gente cozinha um quilo de carne de uma vez. Quando eu vou comer aqui, eu fico pensando, será que o povo lá tá comendo carne. (Informação verbal<sup>16</sup>).

A fim de compreender, por um viés territorial, a migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO), é fundamental a contextualização das causas que impulsionam esse fenômeno. Nessa perspectiva, este capítulo tem o propósito de identificar os fatores de desterritorialização da população da região Nordeste e, conseqüentemente, a reterritorialização desses migrantes no município de Ipameri (GO).

Destarte, este capítulo é produto das atividades realizadas na fase da pesquisa teórica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo. Assim, em vista de consubstanciar as informações empíricas e os dados provenientes da análise documental, o quadro teórico foi elaborado com base em: Silva (1981); Furtado (1981, 1998); Yoshii (2000); Mendes (2005); Latrubesse e Carvalho (2006); Haesbaert (2007), Inocêncio (2010); Martins (2012); Alves (2014); Fusco e Ojima (2014), Oliveira et al. (2014) e Silva (2015). Para além desses autores, a fundamentação teórica da subseção seguinte, a qual esclarece as técnicas utilizadas na análise documental e na pesquisa de campo, foi desenvolvida de acordo com: Silva e Mendes (2013) e Pessoa e Ramires (2013).

#### 3.1 Abordagem qualitativa: pesquisa documental e pesquisa de campo

Para além da pesquisa teórica, realizada em todas as etapas do processo de investigação da migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO), a pesquisa documental e a pesquisa de campo foram fundamentais para a efetivação dos objetivos propostos *a priori*. Dessa forma, esta subseção tem finalidade de apresentar os critérios de seleção dos documentos e da amostragem da população em estudo, por sua vez, esses consubstanciaram o quadro teórico elaborado.

---

<sup>16</sup> Roteiro de entrevista 8, realizado em 1 de jul. 2018.

Em relação à pesquisa documental, essa é sistematizada a partir da análise de material – escrito, estatístico ou iconográfico – que, ainda, não recebeu tratamento analítico/científico. Assim, a técnica da análise documental auxilia a compreensão de determinado quadro teórico e das informações empíricas coletadas em campo, portanto tem qualidade de complementar e ceder confiabilidade a um estudo (SILVA; MENDES, 2013).

Nessa perspectiva, os documentos estatísticos que fazem parte desta pesquisa foram obtidos nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mauro Borges (IMB). Com informações sobre população e economia, os dados desses documentos foram organizados em tabelas e em gráficos e complementam a discussão teórica e as informações empíricas.

A respeito da análise dos documentos escritos, essa etapa foi realizada por meio dos arquivos disponibilizados no *site* do Ministério do Desenvolvimento Regional e na Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila Carvalho no município de Ipameri (GO). Assim, o conjunto de informação sobre os critérios estabelecidos na delimitação do Semiárido e sobre os municípios que integram essa área foi obtido no *site* do Ministério do Desenvolvimento Regional e a quantificação de migrantes nordestinos residentes nos Conjunto Romeu de Carvalho, no Loteamento Silvio Lombardi, na Vila Dona Nilza e na Vila Duque de Caxias foi estipulada mediante a ficha de cadastro individual dos moradores da área de atuação da UBS Vila Carvalho.

Sobre a pesquisa de campo, após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do projeto intitulado “Mobilidade populacional no território brasileiro: migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO) 1990-2018”, foi iniciada a etapa das visitas exploratórias à população nordestina com o perfil desejado na pesquisa. Primordialmente, essa etapa teve a finalidade de estabelecer contato inicial com os migrantes nordestinos e de informar sobre os objetivos, a justificativa, os benefícios e os possíveis fatores de riscos deste estudo.

No decorrer dos meses de abril e de maio de 2018, a etapa das visitas exploratórias foi efetivada em companhia das agentes de saúde dos bairros selecionados para a realização da pesquisa de campo. Por sua vez, a delimitação da área onde ocorreu a investigação empírica esteve pautada no critério de seleção dos bairros com maiores quantidades de nordestinos residentes. Assim, após definir quatro bairros adjacentes – Conjunto Romeu de Carvalho, Loteamento Silvio Lombardi, Vila Dona Nilza e Vila Duque de Caxias – como espaço para a coleta dos dados empíricos, transcorreu a quantificação dos migrantes com características necessárias para a inclusão na pesquisa.

À vista disso, nos bairros selecionados para a realização da pesquisa de campo, estiveram quantificados o total de 163 indivíduos oriundos da região Nordeste. Desse total, 56 apresentavam as características desejadas para inclusão nesta pesquisa e 38 efetivaram participação e concederam entrevistas (Tabela 1).

**Tabela 1** – Conjunto Romeu de Carvalho, Loteamento Silvio Lombardi, Vila Dona Nilza e Vila Duque de Caxias: migrantes nordestinos residentes, migrantes nordestinos residentes com o perfil desejado na pesquisa e migrantes nordestinos residentes e participantes da pesquisa (2018).

| Bairro                     | Unidade da Federação (UF) de origem dos migrantes | Migrantes residentes | Migrantes residentes com o perfil desejado na pesquisa | Migrantes residentes participantes da pesquisa |
|----------------------------|---|----------------------|--|--|
| Conjunto Romeu de Carvalho | Bahia   | 4                    | 2  | 2  |
|                            | Maranhão  | 2                    | 2  | 2  |
|                            | Pernambuco  | 3                    | 2  | 2  |
|                            | Piauí   | 6                    | 3  | 1  |
|                            | Rio Grande do Norte                               | 4                    | 1  | 1  |
| Loteamento Silvio Lombardi | Bahia   | 11                   | 3  | 1  |
|                            | Ceará   | 1                    | 0  | 0  |
|                            | Maranhão  | 73                   | 22   | 19   |
|                            | Paraíba   | 1                    | 0  | 0  |
|                            | Pernambuco  | 1                    | 0  | 0  |
|                            | Piauí   | 8                    | 3  | 1  |
| Vila Dona Nilza            | Rio Grande do Norte                               | 9                    | 5  | 2  |
|                            | Bahia   | 2                    | 1  | 0  |
|                            | Maranhão  | 10                   | 3  | 2  |
|                            | Paraíba   | 3                    | 0  | 0  |
| Vila Duque de Caxias       | Piauí   | 3                    | 1  | 0  |
|                            | Bahia   | 3                    | 2  | 1  |
|                            | Maranhão  | 14                   | 4  | 3  |
|                            | Paraíba   | 2                    | 2  | 1  |
| <b>Total</b>               | Piauí   | 3                    | 0  | 0  |
|                            |   | 163                  | 56   | 38   |

Fonte: Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2019)

Portanto, a etapa da pesquisa exploratória foi fundamental para a quantificação dos 56 nordestinos que migraram das suas Unidades da Federação (UF) de origem após completarem a maioridade civil – 18 anos. Ainda, nessa etapa, em uma lista, foram registrados os telefones para contato da população em estudo e entregues cópias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido<sup>17</sup> (TCLE).

Após a conclusão da etapa exploratória, transcorreu o agendamento das entrevistas com a amostragem da pesquisa. Assim, nos meses de junho e de julho de 2018, foram aplicados

<sup>17</sup> O TCLE é um documento no qual o pesquisador apresenta aos possíveis colaboradores de sua pesquisa: a) vínculo com o Comitê de Ética da instituição à qual se encontra ligado e o telefone de contato; b) título do projeto; c) pesquisador(es) responsável(is); d) pesquisadores participantes; e) descrição da pesquisa (justificativa, objetivos, procedimentos); f) indicação dos desconfortos ou possíveis riscos da pesquisa; g) descrição dos benefícios da participação na pesquisa; h) informação sobre o período de participação e término do processo da entrevista; e i) garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. (MENDES; PESSÔA, 2009, p. 523).

38 roteiros de entrevista semiestruturada<sup>18</sup>, essas entrevistas ocorreram nas residências dos migrantes e teve áudios gravados por um aparelho celular. Posteriormente, foi realizada a transcrição dos áudios em textos.

Com relação a amostragem, essa não foi definida em fundamentação matemática ou estatística e dependia, somente, do critério de selecionar migrantes nordestinos residentes em áreas adjacentes e com o perfil desejado para esta pesquisa (PESSÔA; RAMIRES, 2013). Assim, enquanto a população dos migrantes com mesmas características representava o total de 56 indivíduos, apenas 38 integraram a amostragem. Dessa forma, o tamanho da amostra não foi estabelecido *a priori* e o parâmetro empregue para interromper a realização de novas entrevistas foi a saturação das informações empíricas obtidas.

Destarte, da população total de 56 indivíduos com perfil adequado para inclusão na pesquisa, 18 migrantes não efetivaram a participação e não concederam entrevista. Esse fato é explicado pela mudança de duas famílias para a área rural do município de Ipameri (GO), pela condição de luto de uma família no mês de julho de 2018, pela indisponibilidade de horário para a realização do roteiro de entrevista de seis migrantes, pela decisão de três migrantes de não participar da pesquisa, pela repetição das informações obtidas por meio do roteiro de entrevista e pela relação de parentesco – irmão, ex-cônjuge – de seis migrantes com os entrevistados anteriores. Portanto, por razões distintas, 18 migrantes não foram incluídos na amostragem.

Com relação ao roteiro de entrevista, esse foi elaborado com o objetivo de: a) traçar o perfil do migrante nordestino residente no município de Ipameri (GO); b) identificar as causas da migração da população nordestina e c) os fatores que impulsionam a chegada dos nordestinos em Ipameri. Dessa forma, nas subseções seguintes, as informações empíricas consubstanciam os dados provenientes da pesquisa documental e o quadro teórico elaborado.

### **3.2 Nordeste território da saída: fatores da desterritorialização da população nordestina**

A fim de definir as causas da corrente migratória<sup>19</sup> de nordestinos para o município de Ipameri (GO), é indispensável uma análise dos determinantes materiais/estruturais e

---

<sup>18</sup> A entrevista do tipo semiestruturada se caracteriza por um roteiro com questões específicas e o entrevistado tem liberdade para discursar em seus próprios termos sobre cada indagação. No decorrer da entrevista, o pesquisador possui autonomia para adicionar novas questões que possam surgir do assunto tratado (SILVA; MENDES; 2013).

<sup>19</sup> O termo corrente migratória é utilizado conforme a definição de Ravenstein (1885).

imateriais/subjetivos desse fenômeno. Assim, esta subseção tem o propósito de apresentar os fatores que levam a migração da população nordestina.

Conforme reflexões, anteriores, de Singer (1987), Peliano (1990), Salim (1992), Gaudemar (1997) e Mondardo (2012), ficou estabelecida a interpretação da migração por meio de fatores estruturais e de fatores subjetivos. Portanto, enquanto processo social, a migração de nordestinos é compreensível pela formação histórica, geográfica, política e econômica da região Nordeste e, também, pelos relatos dos indivíduos inclusos nesse fenômeno.

Enquanto área de dispersão da população nordestina, o Nordeste é território da saída de migrantes que partem para outras regiões do Brasil. Nessa perspectiva, no termo de Haesbaert (2006, 2007, 2009, 2014), a migração promove a desterritorialização do indivíduo, visto que o migrante experimenta a perda do espaço onde estabelece suas relações sociais de poder. Assim, para o autor, a desterritorialização é consequência dos fatores – materiais e imateriais – que configuram as condições responsáveis pela saída da população do seu território de origem.

Com relação à interpretação dos fatores materiais e imateriais da desterritorialização (HAESBAERT, 2006, 2007, 2009, 2014) e dos fatores estruturais e subjetivos que impulsionam a migração (SINGER, 1987; MONDARDO, 2012), é possível afirmar equivalência quanto a definição de materiais/estruturais e de imateriais/subjetivos, assim, termos diferentes expressam mesmo significado em uma análise espacial. Portanto, como os fenômenos sociais integram aspectos econômicos, políticos e culturais e aspectos naturais do espaço onde acontecem, a abordagem integradora é adequada para associar as múltiplas particularidades que constituem uma sociedade e explicar as relações sucedidas no território.

De acordo com as definições de Haesbaert (2006, 2007, 2009, 2014), Singer (1987), e Mondardo (2012), fatores materiais/estruturais correspondem aos aspectos econômicos, políticos, históricos, e geográficos do território. Enquanto os fatores imateriais/subjetivos constituem as relações simbólicas e culturais de uma sociedade. Por conseguinte, provocada pelo fenômeno da migração, a des-re-territorialização integra fatores materiais/estruturais e fatores imateriais/subjetivos.

No que se refere à migração dos nordestinos, fatores materiais e imateriais são identificados para justificar a desterritorialização desses indivíduos das suas UF de origem. Por sua vez, o Nordeste brasileiro se caracteriza pela desigualdade socioeconômica no interior da própria região e em relação as demais regiões do país – Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul. À procura de realizar um panorama sobre o desenvolvimento do Nordeste, Alves (2014) afirma

que a estrutura econômica dessa região é historicamente e geograficamente associada à incidência da seca, porém a miséria e a desigualdade social são ocasionadas pela exclusão das massas de trabalhadores do processo produtivo, pela predominância da agricultura de base tradicional, pela informalidade nas relações de trabalho e pelas instabilidades em relação a renda real.

Conforme a Divisão Regional do Brasil<sup>20</sup> (1970), elaborada pelo IBGE, nove estados integram o Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Assim, ao analisar os fatores determinantes da migração da população nordestina, Oliveira et al. (2014), menciona realidades contrastantes nessa região. Para o autor,

o Nordeste que logrou desenvolver a atividade extrativa-mineral, a produção animal e diversificar as áreas irrigadas de soja, frutas e legumes (CANO, 1998), ainda padece com a atômica das unidades produtivas resultante da profunda concentração de terras, privilegia o pasto em detrimento da lavoura, carece de irrigação, de orientação técnica e de crédito. O Nordeste metropolitano que concentra a renda, população e contextos favoráveis de mercado de trabalho, convive com o interior de economia debilitada, movida à base de aposentadorias e programas sociais de transferência de renda. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 84).

Nesse cenário de contrastes sociais, a saída do território de origem representa possibilidade de melhores condições de vida para os migrantes nordestinos. Para além das causas econômicas e políticas citadas por Oliveira et al. (2014), as condições físico-naturais da área definida como Semiárido, também, são determinantes na migração da população nordestina. Portanto, a compreensão integrada dos fatores materiais da desterritorialização – política, economia e aspectos históricos e geográficos – permite explicar o fenômeno da migração de um grupo.

Nessa perspectiva, as condições climáticas do Semiárido, em conjunto com questões econômicas e políticas, configuram fator determinante na desterritorialização da população nordestina. Sobre a influência dos aspectos físicos-naturais na organização territorial de uma sociedade, Haesbaert (2007) reconhece que

mesmo discordando do termo ‘desterritorialização’, em sentido estrito, para caracterizar esses processos – pois, como acabamos de ver, seria absurdo considerar a existência de territórios ‘naturais’, desvinculados de relações

---

<sup>20</sup> A Divisão Regional do Brasil, define uma base territorial para fins de levantamento e de divulgação de dados estatísticos, contribui com a perspectiva de compreensão e de organização do território nacional e facilita a implantação e a gestão de políticas públicas e de investimentos pelo governo federal, estados e municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?>. Acesso em: 30 jun. 2019.

sociais – não podemos ignorar esse tipo de intervenção, pelo simples fato de que o homem, por mais que tenha desenvolvido seu aparato técnico de domínio das condições naturais, não conseguiu exercer efetivo controle de uma série de fenômenos ligados diretamente à dinâmica da natureza, ou mesmo, com sua ação provocou reações completamente imprevisíveis. (HAESBAERT, p. 2007, p. 53-54, grifo do autor).

Como corrobora Haesbaert (2007), é preciso reconhecer os aspectos físico-naturais de um território, mas não os dissociar dos elementos sociais. Igualmente, Zelinsky (1974), Beaujeu-Garnier (1980) e George (1981) defendem a influência do ambiente natural na organização de uma sociedade. Em relação ao Semiárido, os critérios técnicos e científicos<sup>21</sup> para a delimitação dos municípios que compõem essa área são: precipitação pluviométrica anual igual ou inferior a 800mm; Índice de Aridez de Thornthwaite<sup>22</sup> igual ou inferior a 0,50 e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%.

Devido às características físico-naturais semelhantes, os 1.262 municípios que compõem a delimitação do Semiárido (2018) estão a encargo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No total, esses municípios estão localizados nos estados da região Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – e no estado de Minas Gerais (Mapa 1), abarcam 1.128.697km<sup>2</sup> e cerca de 28 mil habitantes.

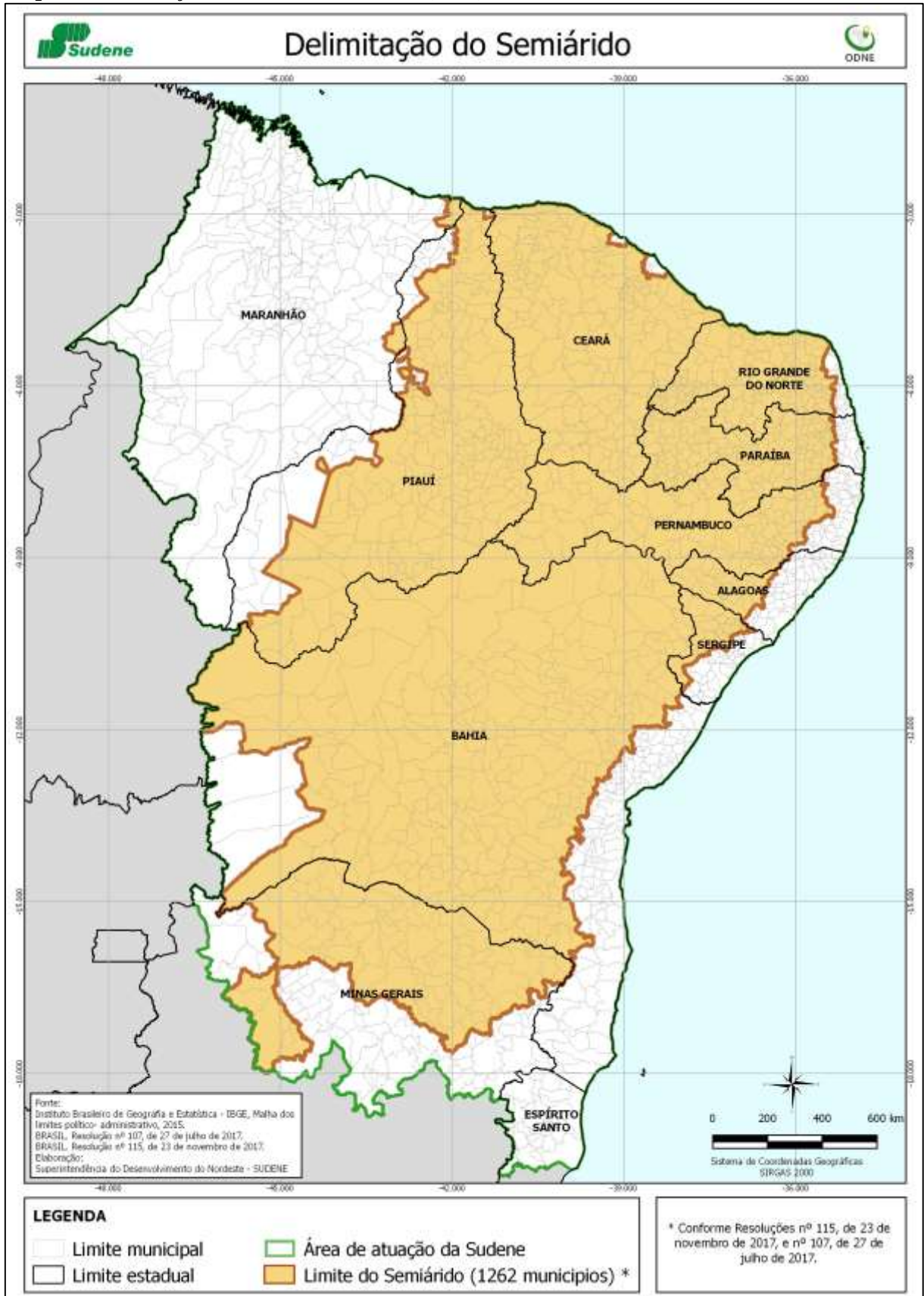
A fim de impulsionar o desenvolvimento do Semiárido, ações governamentais direcionadas ao setor social e econômico são implementadas nos municípios que integram essa área. Assim, a atuação governamental ocorre por meio de linhas de financiamento para a agropecuária, de crédito fundiário, de fomento para aquisição de alimentos e de água e de programas para incentivo da agricultura familiar (BRASIL, 2017).

---

<sup>21</sup> Resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE nº 107, de 27/07/2017 e nº 115, de 23/11/2017. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 18 abr. 2019.

<sup>22</sup> Para o cálculo do Índice de Aridez de Thornthwait utiliza-se como indicadores as precipitações e as temperaturas de uma localidade para calcular sua evapotranspiração potencial. Disponível em: [http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Item\\_1.6.6\\_-\\_Relat%C3%B3rio\\_final\\_do\\_GT\\_Delimita%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Semi%C3%A1rido.pdf](http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Item_1.6.6_-_Relat%C3%B3rio_final_do_GT_Delimita%C3%A7%C3%A3o_do_Semi%C3%A1rido.pdf). Acesso em: 30 jun. 2019.

Mapa 1 – Delimitação do Semiárido brasileiro (2018).



Fonte: Brasil (2018).

Em relação à economia do Semiárido, conforme o Ministério da Integração Nacional (MI), em comparação com as atividades industriais e o setor de serviços, as atividades agropecuárias prevalecem. Nesse cenário,

a constituição da economia do Semiárido se deu a partir das atividades consideradas tradicionais e centradas no campo, em atividades como a criação extensiva de aves, caprinos, ovinos, gado e de culturas de algodão e lavouras alimentares, com forte base local. Atualmente, atividades relacionadas a agroindústria e ao setor de transformação em maior escala estão presentes nos maiores centros regionais [...] O conjunto de atividades tradicionais instalou na região semiárida um quadro fundiário marcado por assimetrias na posse e no uso da terra ao qual se alia baixa qualidade dos solos, reduzida absorção de água e pequena presença de técnicas modernas de manejo hídrico e de cobertura vegetal. (BRASIL, 2017, p. 11).

Portanto, as condições físico-naturais, os aspectos econômicos e a efetivação de políticas públicas para parcela minoritária da população do Semiárido resultam na desterritorialização de migrantes nordestinos. À vista disso, o panorama dessa área retrata disparidades sociais entre zonas de latifúndios, com produção agropecuária destinada à exportação e ao mercado brasileiro e uso de recursos técnicos próprios da modernização da agricultura, e zonas de baixa produtividade das atividades agropecuárias e de ausência de informação técnica aos agricultores de base familiar (BRASIL, 2017).

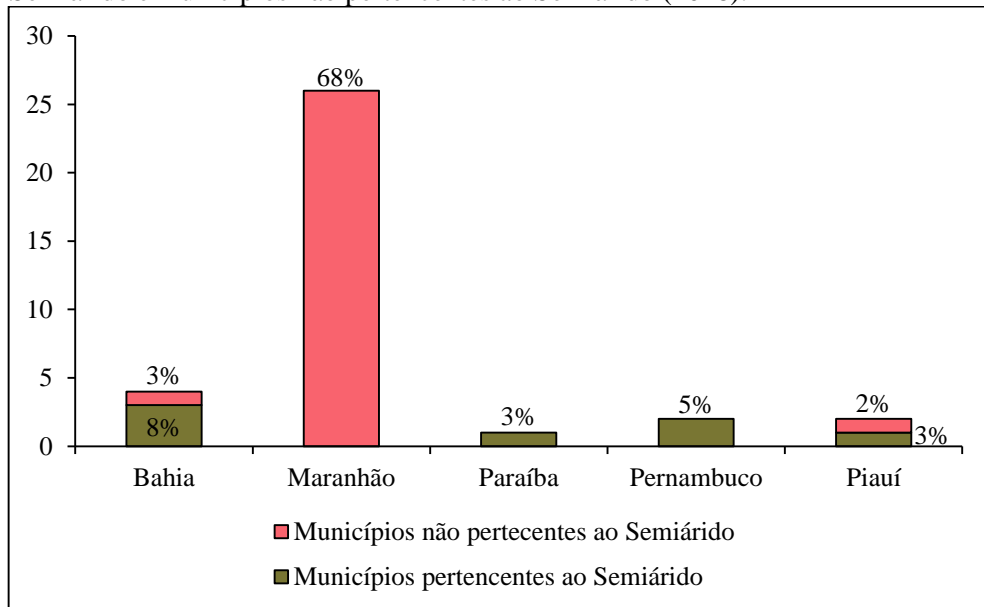
Diante dessa conjuntura, fatores materiais – condições físico-naturais, aspectos econômicos e implementação de políticas públicas – em conjunto com fatores imateriais – desejo de melhores condições de vida ou de encontrar familiares que já migraram para outras regiões – promovem a desterritorialização dos nordestinos de seus territórios de origem. Assim, a entrevistada do roteiro 13 relata as dificuldades enfrentadas no município de Alagoinha (PE) e a decisão de migrar de Pernambuco para Goiás, estado onde o filho e a irmã de seu esposo residiam.

Lá não tem água encanada. Quando nós morava lá, passou seis anos sem chover, por isso que nós veio morar aqui [...] Seis anos, minha fia, seis anos sem pingar um pinga de chuva. Daí o carro-pipa levava água, despejava no meio da rua, no chafariz, e nós carregava na cabeça e no carro de boi [...] Eu trabalhava muito na roça, carregava lavagem, carregava soro pra criar porco lá no sítio da gente, aí ele [esposo da entrevistada], também, comprou umas novilhas e levou pro sítio da gente, soltou lá, né. Aí, começou a faltar água, a barragem foi secando, lá nunca teve água em torneira, ninguém sabe o que é isso lá. Aí, ele [esposo da entrevistada] disse: – Amor vamo ficar aqui não, tá muito seco aqui. Aí, começou a seca, ninguém mais quis saber de vaca, e eu continuei, ainda, com minhas novilhas, plantando mandioca e ele [esposo da entrevistada] disse: – Amor, isso vai dá certo não, vamo vender essas garrota, vender esses porcos e essas galinhas que você tem aí e vamo sumir. Daí, foi tempo, a irmã dele [esposo da entrevistada] ligou pra lá, né, lá era só orelhão,

e falou com ele e disse: – Vavá, vem pra cá [Goiás], aqui é bom, aqui chove muito. Aí, ele [esposo da entrevistada] conversou comigo e nós começou a vender as garrota, eu comecei a juntar as coisas e nós saiu de lá sem nada, passei a chave na porta e trouxe uma mala só, que nem dois ciganos, sem destino. (Informação verbal<sup>23</sup>).

Por meio das informações do roteiro de entrevista 13, é perceptível o efeito das condições físico-naturais nas atividades econômicas do Semiárido. Igualmente à entrevistada, outras famílias ou indivíduos sozinhos deixaram o estado de origem para viver em outros territórios. Dentre os nordestinos residentes em Ipameri, 27% dos entrevistados migraram de municípios pertencentes ao Semiárido, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Origem dos migrantes entrevistados: municípios pertencentes ao Semiárido e municípios não pertencentes ao Semiárido (2018).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Com exceção de 27% dos entrevistados que migraram de municípios pertencentes ao Semiárido, 73% dos migrantes entrevistados não são provenientes da área delimitada como Semiárido. Para essa maioria, as causas determinantes da desterritorialização, também, são contextualizadas em fatores materiais e imateriais. Portanto, para além das condições físico-naturais, no Nordeste, a concentração fundiária e de renda, o índice de crescimento demográfico, o desemprego, a concentração de atividades industriais no litoral e o cultivo, predominante, de cana-de-açúcar e de gêneros para exportação suscitam a migração da população nordestina. Segundo Oliveira et al. (2014),

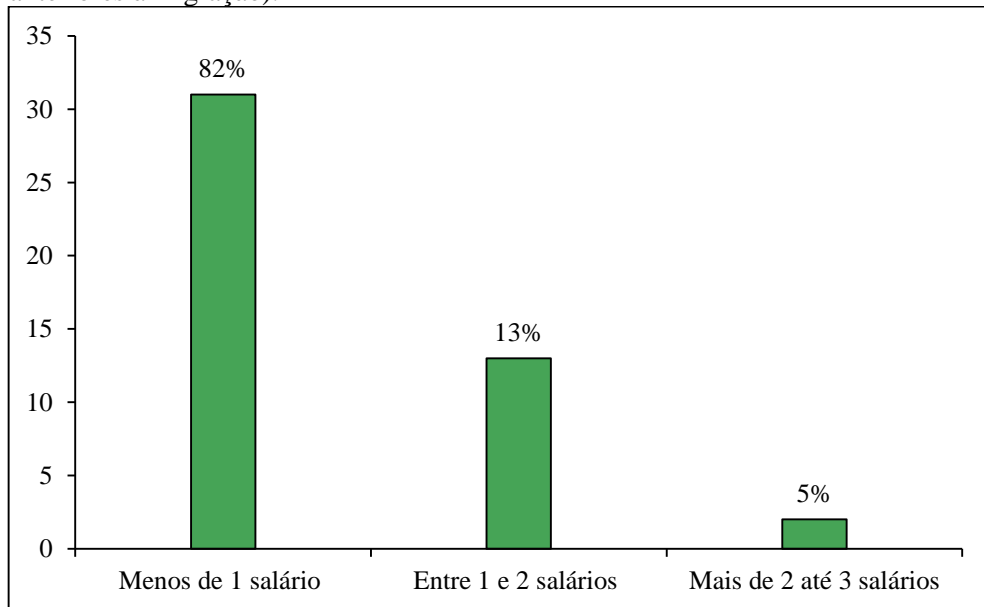
[...] o Nordeste das secas vai se transformando em uma região de grande potencial de desenvolvimento, aliado às melhorias na renda, educação e de

<sup>23</sup> Roteiro de entrevista 13, realizado em 03 jun. 2018.

crescimento no emprego. Entretanto, persistem o atraso do meio rural, sobretudo a concentração de terra e o predomínio dos pastos. No interior nordestino, a profunda heterogeneidade regional, seja econômica, ou mesmo de atenção das políticas públicas e investimentos privados, estão relacionados com a dinâmica migratória interna. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 83).

Nesse âmbito, as contradições sociais existentes no Nordeste promovem a desterritorialização dos nordestinos, visto que dos migrantes entrevistados, 82% afirmam que, na UF de origem, obtinham como renda mensal familiar – montante total dos rendimentos de uma família – menos de 1 salário (Gráfico 2). Assim, o fenômeno da migração inter-regional é consequência de fatores econômicos, políticos e físico-naturais.

**Gráfico 2** – Renda mensal familiar dos entrevistados na UF de origem (6 meses anteriores à migração).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

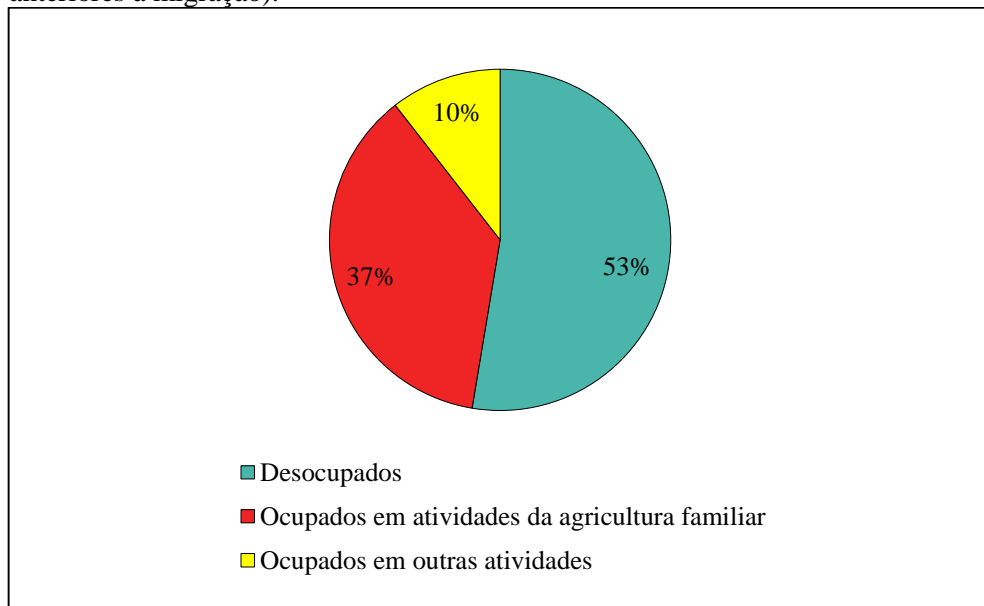
Por sua vez, dos migrantes entrevistados, 13% declaram como renda mensal familiar, dos 6 meses anteriores à migração, entre 1 e 2 salários e 5% declaram mais de 2 até 3 salários. Com efeito, enquanto famílias sobrevivem com 1 salário ou menos, um grupo minoritário de nordestinos ascendem a formas sofisticadas de condições de vida. Portanto, sobre a concentração de renda no Nordeste, em entrevista, Furtado (1998) corrobora que

o grande problema no Nordeste é social, não é econômico; é a falta de emprego para o povo. Emprego não é somente questão de renda; é também uma condição de sobrevivência da população. Tudo precisa estar relacionado. Quando fiz o Plano Diretor da SUDENE, tentei relacionar esses problemas. O lado político é o mais importante. Na verdade, abre espaço para outras coisas. Todo mundo bateu palmas para as medidas de apoio ao setor industrial, mas essas medidas, evidentemente eram condições necessárias, mas não suficientes para resolver o problema social. O Nordeste cresceu

economicamente, mas o seu drama social continua igual ou até pior. (FURTADO, 1998, p. 42).

Nesse sentido, para Furtado (1981), no Nordeste transparece com “brutal nitidez” as contradições do desenvolvimento do Brasil. Destarte, o autor afirma a necessidade de políticas governamentais de transferência de renda para essa região, em virtude das questões estruturais da concentração de renda, das condições físico-naturais da área do Semiárido e do desemprego. Nessa perspectiva, conforme o Gráfico 3, dos migrantes nordestinos entrevistados, 53% afirmam que, nos 6 meses anteriores à migração, se encontravam desocupados.

**Gráfico 3** – Ocupação e trabalho dos entrevistados na UF de origem (6 meses anteriores à migração).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Para além do índice dos nordestinos que se encontravam desocupados na UF de origem, nos 6 meses anteriores a migração, 37% dos entrevistados se dedicavam às atividades da agricultura familiar e 10% estavam ocupados em outras atividades – trabalhadores autônomos. Diante do desemprego, a migração configura alternativa de sobrevivência para algumas famílias nordestinas. Assim, o entrevistado do roteiro 4, natural do estado do Maranhão e do município de Codó, relata certa situação que passou junto ao filho.

Ah dona, é porque lá no Maranhão, como eu já tenho dito, era ruim da gente arrumar serviço, assim pra gente trabaíá, sabe! Pra ganhar um dinheiro, ruim, ruim, ruim mesmo... Lá teve uma época que eu arrumei R\$ 2.500,00 nos meus negócios de trabaí, não era enganando, não era roubando, não era matando ninguém não, era na minha luta. Cê acredita que eu comi esses R\$ 2.500,00 mais esse menino meu [filho que mora com o entrevistado], o Zé. Porque não tinha pra donde noís trabaíá, dona. Não tinha dizer assim, vamo trabaíá ali pra

fulano, pra noís ganhar um dinheiro. Não tinha, noís ficava só em casa comendo esses R\$ 2.500,00. Êta, meu deus! (Informação verbal<sup>24</sup>).

Igualmente ao relato do entrevistado do roteiro 4, a aflição causada pelo desemprego acarreta a migração de outras famílias nordestinas. Nesse sentido, ao contextualizar a migração de nordestinos pelo Brasil, Fusco e Ojima (2014) afirmam que a necessidade de inserção no mercado de trabalho representa uma das causas, principais, da migração da população da região Nordeste.

Ademais, a migração de nordestinos, também, é consequência da estrutura fundiária da região Nordeste. De acordo com Furtado (1981, p. 17), nessa região, simultaneamente, subsistem “[...] o latifúndio predatório e o minifúndio asfixiante que, conjugados, formam um sistema brutal de exploração do homem [...]” Em vista disso, o crescimento do número de integrantes das famílias que dispõem de único minifúndio<sup>25</sup> para atividades da agropecuária e a expansão das grandes propriedades<sup>26</sup> provocam a saída da área rural dos indivíduos que não possuem vínculo de trabalho com a terra. Em relação aos migrantes entrevistados, conforme a Tabela 2, nos 6 meses anteriores a migração, 60% tinham residência na área rural e 40% na área urbana.

**Tabela 2** – Área de residência dos entrevistados na UF de origem (6 meses anteriores a migração) em %.

| Área de residência | %          |
|--------------------|------------|
| Urbana             | 40         |
| Rural              | 60         |
| <b>Total</b>       | <b>100</b> |

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Portanto, a migração da população nordestina tem como causas fatores de origem política, econômica e físico-natural que se superpõem e configuram uma conjuntura social heterogênea. Igualmente, o medo da ausência de chuvas e do desemprego e o almejo de melhores condições de vida e de encontrar familiares que já migraram promovem a desterritorialização dos nordestinos. Assim, o fenômeno da migração é constituído por elementos materiais/estruturais e imateriais/ideais.

Mediante o exposto, a migração, enquanto fenômeno populacional, resulta das configurações históricas e geográficas de dada sociedade. Dessa forma, a desterritorialização e a reterritorialização são consequências da mobilidade física de indivíduos entre territórios

<sup>24</sup> Roteiro de entrevista 4, realizado em 30 jun. 2018.

<sup>25</sup> Minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>26</sup> Grande propriedade é o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 30 jun. 2019.

distintos e dos fatores de expulsão e de atração do território de saída e de chegada de migrantes. Por conseguinte, assim como no Nordeste, a reterritorialização dos migrantes nordestinos, no município de Ipameri (GO), ocorre devido a fatores de origem material e imaterial.

### **3.3 Ipameri território da chegada:** fatores da reterritorialização dos migrantes nordestinos

Para compreender os condicionantes de uma corrente migratória é fundamental a contextualização histórico-social dos fatores de desterritorialização e de reterritorialização de uma população entre duas áreas. Assim, esta subseção tem o propósito de apresentar o recorte espacial da pesquisa, o município de Ipameri (GO), e descrever a conjuntura de transformações econômicas e políticas responsáveis pelo início do fluxo de pessoas oriundas da região Nordeste nesse município.

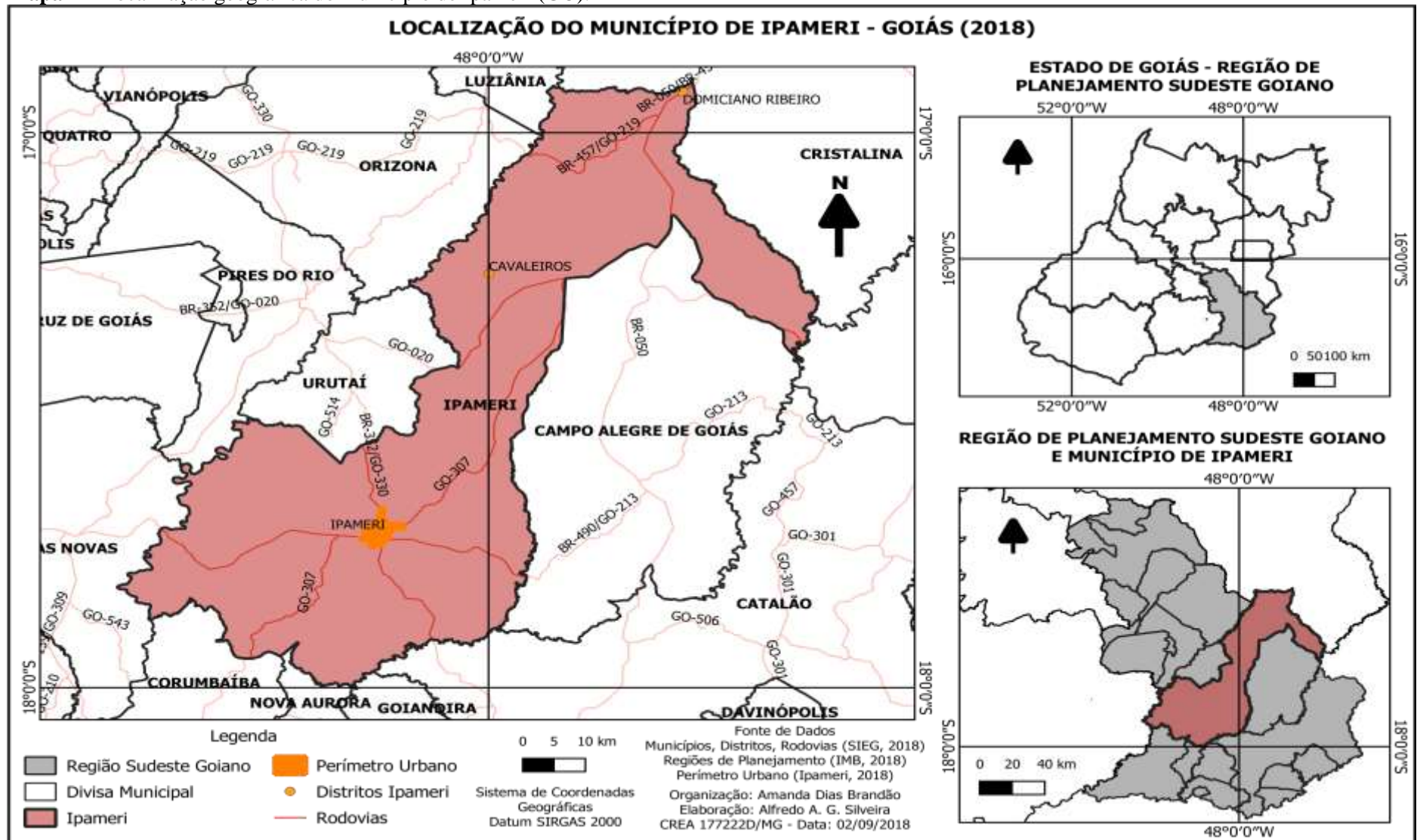
Localizada na Região de Planejamento Sudeste Goiano<sup>27</sup>, a sede municipal de Ipameri está a 200km da capital do estado, Goiânia (Mapa 2). Possuidor de 4.368km<sup>2</sup> de área, Ipameri tem como distritos Domiciano Ribeiro e Cavalheiro e limita-se com os municípios de Caldas Novas (GO), Campo Alegre de Goiás (GO), Catalão (GO), Cristalina (GO), Corumbáiba (GO), Goiandira (GO), Luziânia (GO), Nova Aurora (GO), Orizona (GO), Urutaí (GO) e Paracatu (MG).

A origem de Ipameri relaciona-se ao Ribeirão Vai-Vem, em cujas margens foram erguidas as primeiras moradias do povoado (1816) de denominação homônima ao do curso d'água. Da eminência do Arraial do Vai-Vem sucedeu a sua emancipação político-administrativa (1870) e, por se localizar entre os Rios Corumbá e Braço, passou a se chamar Entre Rios. Devido à existência de municípios homônimos em outros estados do Brasil, ficou instituída a alteração do nome para Ipameri – topônimo tupi-guarani que significa entre rios.

---

<sup>27</sup> A Região de Planejamento Sudeste Goiano, conhecida também como Estrada de Ferro, é formada por 12 municípios que têm em comum o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à capital do estado, Goiânia, sendo eles: Ananguera; Campo Alegre de Goiás; Catalão; Corumbáiba; Cristianópolis; Cumari; Davinópolis; Gameleira de Goiás; Goiandira; Ipameri; Leopoldo de Bulhões; Nova Aurora; Orizona; Ouvidor; Palmelo; Pires do Rio; Santa Cruz de Goiás; São Miguel do Passa Quatro; Silvânia; Três Ranchos; Urutaí e Vianópolis. Essa ocupa 7,39% do território do estado de Goiás, equivalente a 25.120,227km<sup>2</sup>. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Mapa 2 – Localização geográfica do município de Ipameri (GO).



**Fonte:** Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2018); Instituto Mauro Borges (IMB, 2018); Prefeitura Municipal de Ipameri (2018). Org.: Brandão, A. D; Silveira, A. G (2018).

Quanto aos aspectos físico-naturais, a vegetação original de Ipameri é característica do bioma Cerrado. Contudo, o aumento das atividades agropecuárias substituiu gradativamente a cobertura natural por pastagens e cultivos. O clima na região é sazonal, apresenta as maiores temperaturas e índices pluviométricos nos meses de outubro a abril e, por conseguinte, menores temperaturas e índices pluviométricos de maio a setembro. A média pluviométrica anual fica em torno de 1.265mm e a temperatura anual oscila entre 17°C e 32°C (INMET, 2018).

Em relação às características geomorfológicas, no município de Ipameri são verificadas variações entre 700m e 1.250m de altimetria. O relevo apresenta áreas de superfície aplainada e áreas de erosão recuante, fatos que explicam a presença de formas dissecadas. Respeitante aos tipos de solo, são encontrados em processo de formação e transformação Argissolos, Cambissolos, Neossolos e Latossolos (LATRUBESSE; CARVALHO, 2006).

A partir dessa sintética descrição dos aspectos físico-naturais de Ipameri, é conveniente relacionar a importância das características físico-naturais ao fluxo de pessoas oriundas das regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste do Brasil no município em estudo. É fato reconhecido que as transformações na base técnica da agricultura propiciaram – juntamente às condições do clima, do solo e do relevo – o cultivo de monoculturas para a exportação em áreas de Cerrado. Assim, com a frente pioneira da fronteira agrícola, Ipameri tornou-se área de atração de pessoas em busca de terras livres para a produção agrícola e de trabalho nas lavouras.

No que diz respeito à conceituação de fronteira agrícola, Silva (1981) afirma que no Brasil a ampliação da produção agropecuária ocorre por meio da incorporação de áreas disponíveis e que podem ser ocupadas. Nesse sentido, para o autor, fronteira não é uma região “vazia” do ponto de vista demográfico, mas é uma região onde o capital pode incorporar novas áreas ao processo produtivo. Portanto, no alargamento da fronteira agrícola para o estado de Goiás, as atividades agropecuárias de base tradicional estiveram agregadas à produção típica da modernização da agricultura.

Em um viés sociológico, Martins (2012) aborda a fronteira como lugar de encontro dos diferentes entre si. Segundo o autor, na fronteira ocorre a descoberta do outro e o desencontro de temporalidades históricas distintas, visto que o alargamento da fronteira por meio da frente de expansão e da frente pioneira provoca a sociabilidade de sujeitos de diferentes espaços.

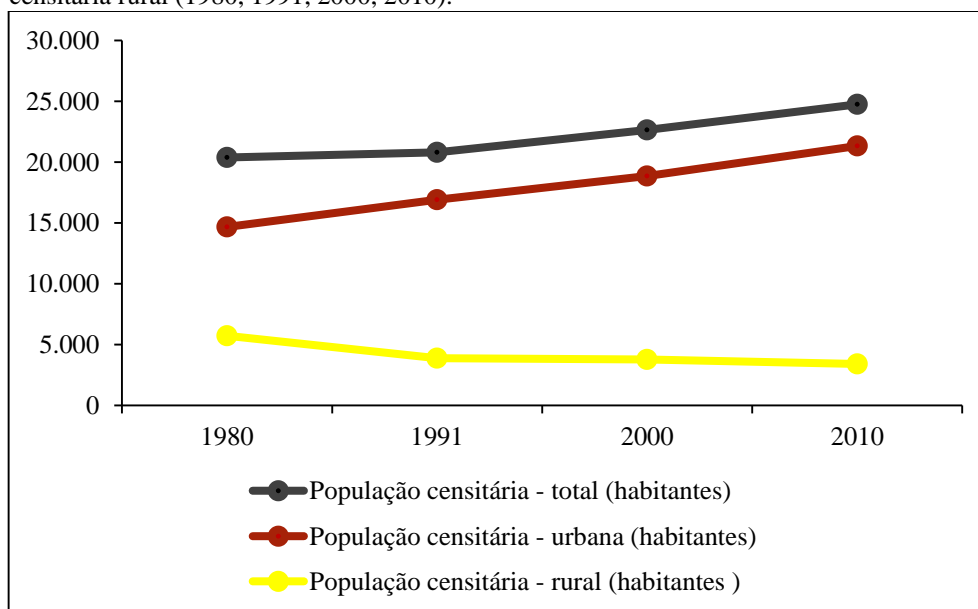
Diante das etapas do alargamento das áreas de fronteira agrícola no Brasil, Martins (2012) designa de frente de expansão o avanço demográfico para áreas ocupadas por indígenas e de frente pioneira o avanço do capital para áreas de inexpressiva produção econômica que foram, anteriormente, territórios da frente de expansão. Nessa perspectiva, a ampliação da

fronteira agrícola para o estado de Goiás e para o município de Ipameri ocorreu por meio da frente pioneira, uma vez que políticas públicas impulsionaram a modernização das atividades agropecuárias. Em vista disso,

a concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalmente mortas. (MARTINS, 2012, p. 161).

Assim, no final da década de 1980, a efetivação de programas para a ampliação da produção agropecuária configurou Ipameri (GO) como área da frente pioneira. Nesse município, conforme o Gráfico 4, o crescimento demográfico da década de 1990 foi superior ao crescimento demográfico do decênio anterior. Portanto, esse incremento populacional quantificado pelo Censo Demográfico do ano 2000 evidencia o encontro de migrantes de diferentes territórios em um mesmo espaço.

**Gráfico 4** – Ipameri: população censitária total; população censitária urbana e população censitária rural (1980, 1991, 2000, 2010).



Fonte: IMB (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Essa progressão no número de residentes em Ipameri é explicada pelas transformações ocorridas no contexto da frente pioneira da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado, iniciada em 1970. Apesar de terem sido considerados inapropriados para atividades agrícolas, a correção da acidez dos solos e o investimento em pesquisas e tecnologias

propiciaram o cultivo de espécies com alta rentabilidade no bioma Cerrado. Para efetivar esse processo de alargamento da produção agrícola, o Estado aderiu ao papel de provedor de infraestrutura, pesquisas científicas e programas e créditos agrícolas (MENDES, 2005).

Juntamente às políticas estatais, foram fatores preponderantes na concretização da frente pioneira da fronteira agrícola no estado de Goiás os aspectos do clima, do relevo e da hidrografia do bioma Cerrado, a disponibilidade de terras com preço inferior aos estados da região Sul e Sudeste do Brasil e o tamanho do alqueire goiano – 48.000m<sup>2</sup> – proporcionalmente superior à medida de outras regiões. Acrescenta-se, ainda, a crucial transferência da capital federal, Brasília, para o Planalto Central (1960), durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, uma vez que proporcionou a integração de Goiás a todas as regiões brasileiras por meio da construção de rodovias – condição indispensável ao escoamento da produção agrícola (MENDES, 2005; SILVA, 2015).

Diante disso, as ações direcionadas à frente pioneira da fronteira agrícola estiveram instituídas em dois principais projetos que incentivaram a disseminação da agricultura nos solos do Cerrado. O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), efetivado de 1975 a 1982 e implementado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, concedeu crédito subsidiado e isenção do imposto de renda sobre as atividades agrícolas aos produtores. Ademais, foram fixadas taxas de juros em níveis reduzidos e oportunizados longos períodos de carência aos devedores (MENDES, 2005).

Com objetivo inicial de incentivar a produção de alimentos, o POLOCENTRO financiou, também, lavouras comerciais e pastagens plantadas. Em totalidade, doze áreas do Cerrado foram contempladas com incentivos à produção agrícola. Nesse sentido, o Estado instituiu, no âmbito nacional e estadual, empresas para o desenvolvimento de pesquisas que auxiliassem no aumento da produtividade das atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Em Goiás, o trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), fundada em 1973, esteve vinculado à Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER/GO) (SILVA, 2015).

A proposta de integração das atividades realizadas pela EMBRAPA à EMGOPA e à EMATER/GO objetivou o aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias voltadas às particularidades e às potencialidades ambientais do estado de Goiás. Entre as instituições criadas para o desenvolvimento de pesquisas na área da agropecuária, destaca-se, também, o trabalho do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CEPAC), fundado em 1975 (SILVA, 2015). Com efeito, no estado de Goiás, todo investimento empreendido para a ampliação da

produção agropecuária propiciou o crescimento da população goiana por meio da atração de migrantes para essa área, bem como propiciou destaque nacional na produção goiana de grãos, de carne e de leite.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), instituído em 1978, foi o segundo projeto que ofereceu amparo aos produtores no processo do alargamento da fronteira agrícola. Este programa esteve efetivado na colaboração econômica entre o Brasil e o Japão – os japoneses financiaram a produção agropecuária em áreas do bioma Cerrado. Entre os produtos cultiváveis nas fazendas favorecidas pelo PRODECER estava a soja, de modo que a maior oferta do grão no mercado internacional acarretou a redução do seu preço. Conseqüentemente, os benefícios desse acordo foram profícuos aos dois países, visto que a soja e seus derivados são típicos da culinária japonesa e o Brasil ampliava, na década de 1970, as áreas destinadas à agricultura (INOCÊNCIO, 2010).

Os financiamentos do PRODECER tiveram procedências de instituições brasileiras e japonesas, públicas e privadas. Com o programa, houve investimento em infraestrutura para a otimização da atividade agrícola, oferecimento de subsídios na compra de combustíveis e calcários, realização de pesquisas sobre as condições físico-ambientais do Cerrado e concessão de empréstimos para a aquisição de máquinas e suplementos agrícolas (MENDES, 2005; INOCÊNCIO, 2010).

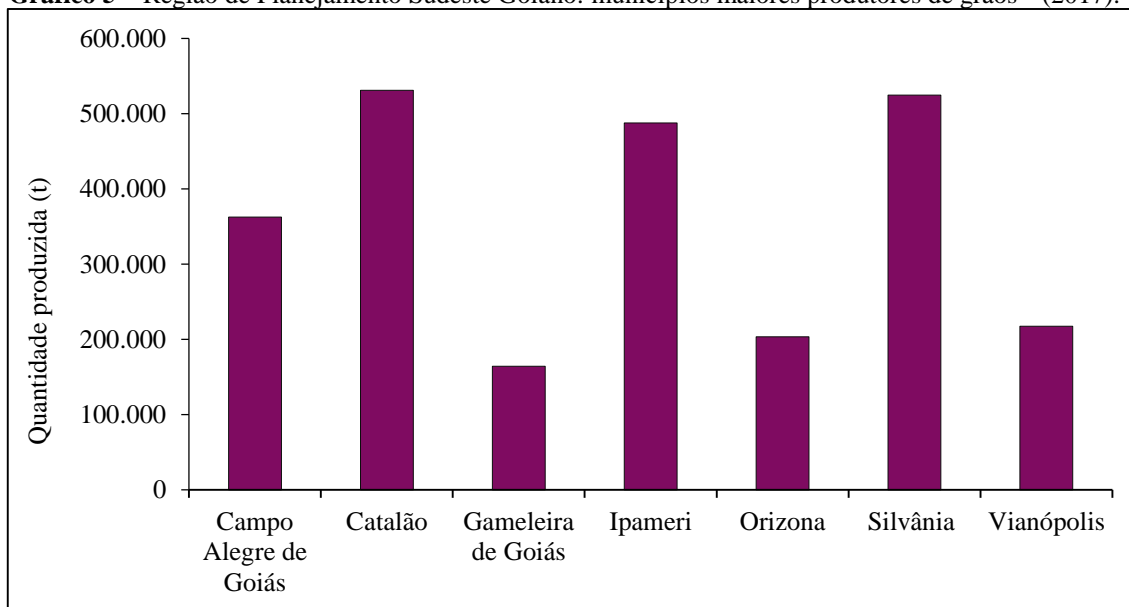
Inicialmente, como projeto experimental, o PRODECER foi implementado apenas em Minas Gerais. Nas décadas de 1980 e 1990, dado o êxito das fazendas-piloto de Coromandel (MG) e Iraí de Minas (MG), o Programa foi expandido para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Maranhão (INOCÊNCIO, 2010). A fim de facultar a prosperidade das atividades agropecuárias no Cerrado, o PRODECER amparou a diversidade de cultivos e a criação de gado de corte e de leite.

Em relação ao perfil do beneficiário do PRODECER, foram favorecidos produtores que demonstraram interesse no projeto e nos recursos financeiros disponíveis para aplicação em atividades agropecuárias. Com efeito, os municípios sedes do Programa transformaram-se em núcleos de atração de migrantes, notadamente da região Sul do Brasil, entusiasmados pelos créditos e subsídios oferecidos. Por sua vez, a ausência de instrução técnica, de interesse cooperativista e de fundos para investimento foi usada para restringir os agricultores naturais do Cerrado ao PRODECER (INOCÊNCIO, 2010).

A partir de 1985, Ipameri e Campo Alegre de Goiás estiveram integrados ao projeto de colonização do PRODECER. Nesses municípios, um total de 29 produtores participaram da

Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda. (COACER). Nesse contexto, Ipameri tornou-se município de destaque regional na produção agropecuária (Gráfico 5) e núcleo de atração de migrantes de todas as regiões do Brasil. Assim, chegaram a Ipameri produtores beneficiados pelo PRODECER e trabalhadores em busca de emprego (YOSHII, 2000).

**Gráfico 5** – Região de Planejamento Sudeste Goiano: municípios maiores produtores de grãos<sup>28</sup> (2017).



Fonte: IMB (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Com produção total de 487.758 toneladas de grãos, em 2017, Ipameri é retrato do êxito da frente pioneira da fronteira agrícola. Em conformidade ao objetivo comum do POLOCENTRO, do PRODECER, da EMBRAPA, da EMATER/GO, da EMGOPA e do CEPAC – efetivar a atividade agropecuária em áreas de Cerrado – a quantidade de grãos produzida nos municípios da região Sudeste Goiano revela o aumento das áreas cultivadas, bem como o melhoramento da produtividade agrícola por meio do uso de técnicas e tecnologias apropriadas à condição físico-natural do estado de Goiás e às necessidades de cada cultura.

De acordo com dados do IMB (2018), no município de Ipameri, em 2017, os produtos agrícolas com maiores extensões de área colhida foram, respectivamente, soja, cana-de-açúcar, milho, sorgo, feijão, tomate e girassol (Tabela 3). Ao comparar os hectares colhidos de girassol aos hectares colhidos dos outros tipos de grãos, o girassol teve quantidade inferior produzida. Contudo, em 2017, Ipameri foi o maior produtor de girassol no estado de Goiás.

<sup>28</sup> O IMB reúne na categoria grãos a produção de sorgo, soja, girassol, feijão, café e arroz.

**Tabela 3** – Município de Ipameri: área colhida dos produtos agrícolas (2017).

| Produtos agrícolas | Área colhida (ha) |
|--------------------|-------------------|
| Batata inglesa     | 180               |
| Café               | 509               |
| Cana-de-açúcar     | 3.000             |
| Feijão             | 3.000             |
| Girassol           | 2.641             |
| Mandioca           | 150               |
| Milho              | 22.000            |
| Soja               | 90.000            |
| Sorgo              | 8.000             |
| Tomate             | 72                |

Fonte: IMB (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Os dados da Tabela 3 retratam a efetivação da agricultura no Cerrado e o êxito dos investimentos estatais no projeto de ampliação das áreas destinadas à produção agropecuária. Portanto, o desenvolvimento de técnicas apropriadas para as condições físico-ambientais do estado de Goiás somado ao uso de tecnologias possibilitaram o cultivo de diversas culturas no município de Ipameri (GO).

A técnica da irrigação e a tecnologia dos pivôs propiciaram a produção agrícola no período de estiagem. Como o clima de Goiás é sazonal e apresenta, ao longo do ano, um período chuvoso e outro seco, a utilização de pivôs permite produzir três safras anualmente. Segundo o IMB, em 2016, Ipameri tinha 5.676,49 ha de área irrigada por 59 pivôs (Tabela 4).

**Tabela 4** – Ranking dos municípios goianos com maior área irrigada por pivôs (2016).

| Municípios            | Quantidade de Pivôs | Área total por Municípios (ha) | Média (ha)   | Ranking                       |                     |
|-----------------------|---------------------|--------------------------------|--------------|-------------------------------|---------------------|
|                       |                     |                                |              | Por área de ocupação de pivôs | Por número de pivôs |
| Cristalina            | 748                 | 58.684,98                      | 78,46        | 1º                            | 1º                  |
| Jussara               | 114                 | 12.677,50                      | 111,21       | 2º                            | 4º                  |
| Água Fria de Goiás    | 106                 | 8.443,65                       | 79,66        | 3º                            | 6º                  |
| Paraúna               | 131                 | 8.435,03                       | 64,39        | 4º                            | 3º                  |
| Morrinhos             | 157                 | 7.979,68                       | 50,83        | 5º                            | 2º                  |
| Luziânia              | 106                 | 7.757,51                       | 73,18        | 6º                            | 7º                  |
| Rio Verde             | 79                  | 7.489,36                       | 94,80        | 7º                            | 9º                  |
| Campo Alegre de Goiás | 110                 | 7.404,65                       | 67,31        | 8º                            | 5º                  |
| <b>Ipameri</b>        | <b>59</b>           | <b>5.676,49</b>                | <b>96,21</b> | <b>9º</b>                     | <b>15º</b>          |
| Catalão               | 68                  | 5.490,66                       | 80,75        | 10º                           | 11º                 |
| Itaberaí              | 95                  | 4.916,89                       | 51,76        | 11º                           | 8º                  |
| Cabeceiras            | 61                  | 4.664,57                       | 76,47        | 12º                           | 14º                 |
| Goiatuba              | 63                  | 4.482,19                       | 71,15        | 13º                           | 13º                 |
| Vicentinópolis        | 71                  | 3.671,18                       | 51,71        | 14º                           | 10º                 |
| Palmeiras de Goiás    | 66                  | 3.400,94                       | 51,53        | 15º                           | 12º                 |
| Silvânia              | 47                  | 3.280,93                       | 69,81        | 16º                           | 16º                 |
| Santa Fé de Goiás     | 25                  | 2.984,14                       | 119,37       | 17º                           | 28º                 |
| Pontalina             | 47                  | 2.854,59                       | 60,74        | 18º                           | 17º                 |
| Bom Jesus de Goiás    | 34                  | 2.798,84                       | 82,32        | 19º                           | 20º                 |
| Turvelândia           | 27                  | 2.737,60                       | 101,39       | 20º                           | 24º                 |
| Formosa               | 34                  | 2.558,38                       | 75,25        | 21º                           | 21º                 |

|                       |     |           |        |     |     |
|-----------------------|-----|-----------|--------|-----|-----|
| Santa Helena de Goiás | 24  | 2.251,65  | 93,82  | 22° | 29° |
| Acreúna               | 28  | 2.234,98  | 79,82  | 23° | 23° |
| Niquelândia           | 22  | 2.198,38  | 99,93  | 24° | 32° |
| Britânia              | 21  | 2.120,24  | 100,96 | 25° | 33° |
| Demais municípios     | 983 | 65.677,54 | -      | -   | -   |

Fonte: IMB (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018)

Conforme a Tabela 4, Ipameri ocupa a 9º posição no *ranking* dos municípios goianos com maior área agrícola irrigada e a 15º posição dos municípios com maior número de pivôs. Em virtude do custo elevado do equipamento, da instalação e da manutenção dos pivôs, esta tecnologia demanda investimento e, portanto, está acessível a uma minoria de produtores. As fazendas que utilizam a técnica da irrigação estão localizadas nas adjacências dos distritos de Cavalheiro e Domiciano Ribeiro, em uma área beneficiada pelo PRODECER e comumente conhecida pela população ipamerina como “Chapada”.

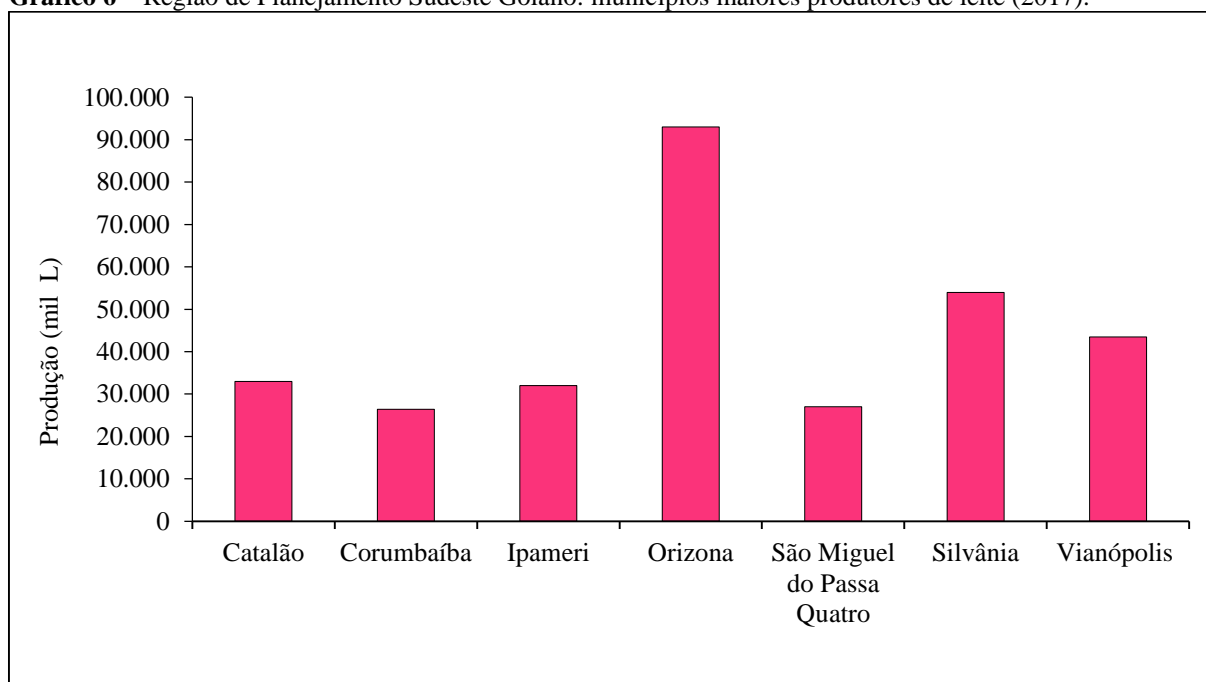
Em razão da expansão da produção agrícola no município de Ipameri, a vegetação natural do Cerrado é convertida em lavouras permanentes e temporárias e em áreas de pastagens (Tabela 5).

**Tabela 5** – Município de Ipameri: utilização de terras na agropecuária (2017).

| Utilização de terras        | Área (ha)   |
|-----------------------------|-------------|
| Lavoura permanente          | 1.416,731   |
| Lavoura temporária          | 87.169,599  |
| Área para cultivo de flores | 1,301       |
| Pastagens naturais          | 36.552,176  |
| Pastagens plantadas         | 108.072,671 |
| Matas naturais              | 71.437,310  |
| Matas plantadas             | 9.592,974   |
| Sistemas agroflorestais     | 7.918,057   |

Fonte: IMB (2018); IBGE (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

De acordo com a Tabela 5, a pecuária é a atividade com maior utilização de terras em Ipameri. Ao total, as pastagens plantadas ocupam 108.072,671 ha. No ano de 2017, o efetivo do rebanho bovino do município foi de 221.300 cabeças, das quais 22.000 eram vacas em período de lactação e ordenhadas diariamente. Em vista disso, a produção anual de leite, em Ipameri, está entre as maiores da Região de Planejamento Sudeste Goiano (Gráfico 6).

**Gráfico 6** – Região de Planejamento Sudeste Goiano: municípios maiores produtores de leite (2017).

Fonte: IMB (2018). Org.: Brandão. A. D. (2018).

Em 2017, com o total de 32.000 mil litros, Ipameri ocupou a quarta posição no *ranking* dos municípios da Região de Planejamento Sudeste Goiano com maior produção de leite. Assim, a produção agropecuária desse município é destaque regional e, para o êxito desse setor, são estimados 1.223 postos de trabalho distribuídos nas atividades de pecuária, agricultura e silvicultura (IMB, 2018).

Assim, com base na Tabela 6, o leite representa o produto de origem animal com maior produção em Ipameri (GO). No município, há laticínios que fazem a pasteurização do produto *in natura* e o seu beneficiamento em bebida láctea, queijo, requeijão e manteiga. Apesar da ausência de dados sobre a produção de carne bovina em Ipameri, o gado é criado, também, para o abate.

**Tabela 6** – Município de Ipameri: produção de origem animal (2017).

| Produção de origem animal                  | 2017   |
|--|--------|
| Leite (mil L)                              | 32.000 |
| Mel de abelhas – Quantidade produzida (kg) | 6.000  |
| Ovos de galinha (mil dz)                   | 7.000  |

Fonte: IMB (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Parte da produção agropecuária ipamerina é exportada. No estado de Goiás, 64 municípios exportam algum tipo de produto e, segundo dados do IBM (2018), Ipameri foi, em 2016, responsável por 0,58% das exportações goianas, ocupando a trigésima primeira colocação no *ranking* dos principais municípios exportadores do estado (Tabela 7).

**Tabela 7** – Estado de Goiás: principais municípios exportadores (2016).

| <b>Ranking</b> | <b>Municípios</b>  | <b>US\$FOB</b>    | <b>Part.%</b> |
|----------------|--------------------|-------------------|---------------|
| 1°             | Rio Verde          | 600.173.591       | 10,12         |
| 2°             | Alto Horizonte     | 374.406.635       | 6,31          |
| 3°             | Itumbiara          | 335.061.953       | 5,65          |
| 4°             | Barro Alto         | 285.238.216       | 4,81          |
| 5°             | Palmeiras de Goiás | 228.213.282       | 3,85          |
| 10°            | Mozarlândia        | 162.479.915       | 2,74          |
| 15°            | Pilar de Goiás     | 104.619.307       | 1,76          |
| 20°            | Bom Jesus de Goiás | 75.472.118        | 1,27          |
| 25°            | Itaberaí           | 64.176.271        | 1,08          |
| 30°            | Minacu             | 46.937.786        | 0,79          |
| <b>31°</b>     | <b>Ipameri</b>     | <b>34.198.327</b> | <b>0,58</b>   |
| 35°            | Chapadão do Céu    | 27.653.656        | 0,47          |
| 38°            | Hidrolândia        | 14.801.613        | 0,25          |

Fonte: IMB, (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

De acordo com a Tabela 7, o valor referente às exportações do município de Ipameri foi de US\$ 34.198.327,00. Em totalidade, as exportações goianas somaram a arrecadação de US\$ 5.930.086.819,00 (IMB, 2018). Quanto aos destinos dos produtos goianos, estes são comercializados com 83 países que estão localizados no continente Africano, no continente Americano, no continente Asiático e no continente Europeu. Vale salientar que, em 2016, os maiores parceiros comerciais do estado de Goiás foram, respectivamente, China, Holanda e Índia.

Diante do exposto sobre a efetivação da produção agropecuária em áreas do bioma Cerrado, é importante ressaltar as condições físico-naturais que permitiram a efetivação da atividade agropecuária em Ipameri, bem como os incentivos estatais. Dessa forma, na última década do século XX e na primeira do século XXI, a migração de pessoas oriundas de todas as regiões brasileiras para esse município teve como fatores de atração as oportunidades de emprego e de investimento no setor agropecuário.

Nesse contexto, Ipameri figurou como área de atração de migrantes à procura de terras disponíveis para a agricultura ou de trabalho nas lavouras. O fluxo de nordestinos para esse município encetou com a chegada dos primeiros trabalhadores migrantes, conhecidos por boias-frias. Assim, a entrevistada do roteiro 7, natural do estado Maranhão, relata o processo migratório experimentado pelo seu filho, quem foi o primeiro migrante da sua família.

Primeiro ele veio pra tabaiá, né! Ele veio e passou 1 mês, 30 dias. Ele veio pra tabaiá mais esse menino, o Dirceu, você conhece? [...] O Dirceu foi lá no Maranhão e buscou um ônibus cheio de gente. Aí, danou-se! Trouxe gente demais, lá tinha um tanto de maranhense doido por emprego. Esse negócio do boia-fria que o Dirceu fazia e que acabou, os goianos, eles falam que os

culpados foram os maranhenses, mas não foi o maranhense, foi porque botaram máquina. (Informação verbal<sup>29</sup>).

Em decorrência das oportunidades de emprego, o deslocamento de nordestinos para o município de Ipameri (GO) iniciou na década de 1990 com a chegada dos migrantes temporários que saíam de seus estados de origem em busca de emprego nas áreas de lavoura. Assim, na qualidade de boias-frias, em Ipameri, esses trabalhadores se deslocavam diariamente de ônibus para o labor no campo e recebiam de acordo com o trabalho realizado durante uma semana.

Dentre os entrevistados, alguns relatam que migraram para Ipameri (GO) com propósito de trabalhar, acumular dinheiro e retornar ao Nordeste, entretanto, muitos, só voltaram na região de origem para buscar a família ou visitar parentes e amigos. Outros entrevistados percorreram o trecho Nordeste-Goiás ao longo de anos, tentaram e não conseguiram residir fora da UF de nascimento e experimentaram a migração para outras regiões do Brasil, mas após diferentes trajetórias estão novamente em Ipameri.

Diante das trajetórias percorridas pelos migrantes nordestinos, 89% dos entrevistados afirmam ter a pretensão de continuar a residir em Ipameri (GO) e, logo, 11% pretendem futuramente deixar de residir nesse município (Tabela 8).

**Tabela 8** – Pretensão dos entrevistados de continuar residindo em Ipameri (GO) (2018).

| <b>Pretensão dos entrevistados</b>  | <b>%</b>   |
|-------------------------------------|------------|
| Continuar a residir em Ipameri (GO) | 89         |
| Deixar de residir em Ipameri (GO)   | 11         |
| <b>Total</b>                        | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa de Campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

As razões dadas pelos migrantes para justificar o desejo de continuar a residir ou não em Ipameri (GO) possuem múltiplas causas, contudo, por um viés territorial, é possível afirmar que quando são encontradas dificuldades no processo de reterritorialização surge nesses indivíduos aspiração de retornar ao território de origem ou migrar para outros estados.

Portanto, assim como a desterritorialização do Nordeste, a reterritorialização em Ipameri (GO) é impulsionada pelos fatores denominados por Haesbaert (2006, 2007, 2009, 2014) de materiais e imateriais. Nessa perspectiva, as condições físico-naturais, os aspectos econômicos, a implementação de políticas públicas e o almejo de melhorar as condições de vida ou de encontrar familiares que migraram do território de origem são causas usadas para justificar a saída da população da região Nordeste e a chegada desses migrantes em Ipameri (GO), no período 1990-2018.

<sup>29</sup> Roteiro de entrevista 4, realizado em 30 de jun. 2018.

**4 MIGRANTES NORDESTINOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IPAMERI (GO)**

## **4 MIGRANTES NORDESTINOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IPAMERI (GO)**

Aqui, com toda ruindade, é muito mió que no Maranhão, muito mesmo. (Informação verbal<sup>30</sup>).

Este capítulo tem como objetivos: a) definir as características socioeconômicas dos migrantes nordestinos residentes no município de Ipameri (GO), b) apresentar os bairros onde foi realizada a pesquisa de campo e c) analisar a configuração da multiterritorialidade dos migrantes nordestinos. Assim, para realizar esses propósitos, os dados empíricos obtidos por meio dos roteiros de entrevista foram analisados em conjunto com dados do Censo Demográfico de 2010 e a partir de proposições teóricas sobre migração – Baeninger (2011) – e multiterritorialidade – Haesbaert (2006, 2007, 2012).

### **4.1 Perfil socioeconômico dos migrantes nordestinos residentes em Ipameri (GO)**

Quem são os migrantes nordestinos residentes no município de Ipameri (GO)? A resposta desse questionamento busca determinar o perfil socioeconômico do universo da pesquisa. Destarte, a pretensão desta subseção não é de generalizar e de agrupar os nordestinos com base em única representação, mas caracterizar o migrante conforme sua Unidade da Federação (UF) de origem, seu tempo de residência em Goiás e em Ipameri, sua faixa etária, seu estado civil, seu nível de escolaridade, sua ocupação e trabalho, sua renda mensal familiar e seus bens de consumo e transporte.

Nessa perspectiva, o roteiro de entrevista semiestruturada foi elaborado com o objetivo de oferecer direcionamento nas questões que possibilitassem, posteriormente, descrever o perfil do migrante nordestino residente no município de Ipameri (GO). Assim, fez uso desse roteiro durante a realização das 38 entrevistas. Desse total, 17 entrevistas foram realizadas com homens e 21 entrevistas foram realizadas com mulheres, a preponderância de pessoas do sexo feminino é explicada pela maior facilidade de encontrar algumas mulheres durante o período do dia nas suas casas, visto que alguns homens trabalham na área rural e se deslocam diariamente para o trabalho a partir das 5h e retornam após as 18h.

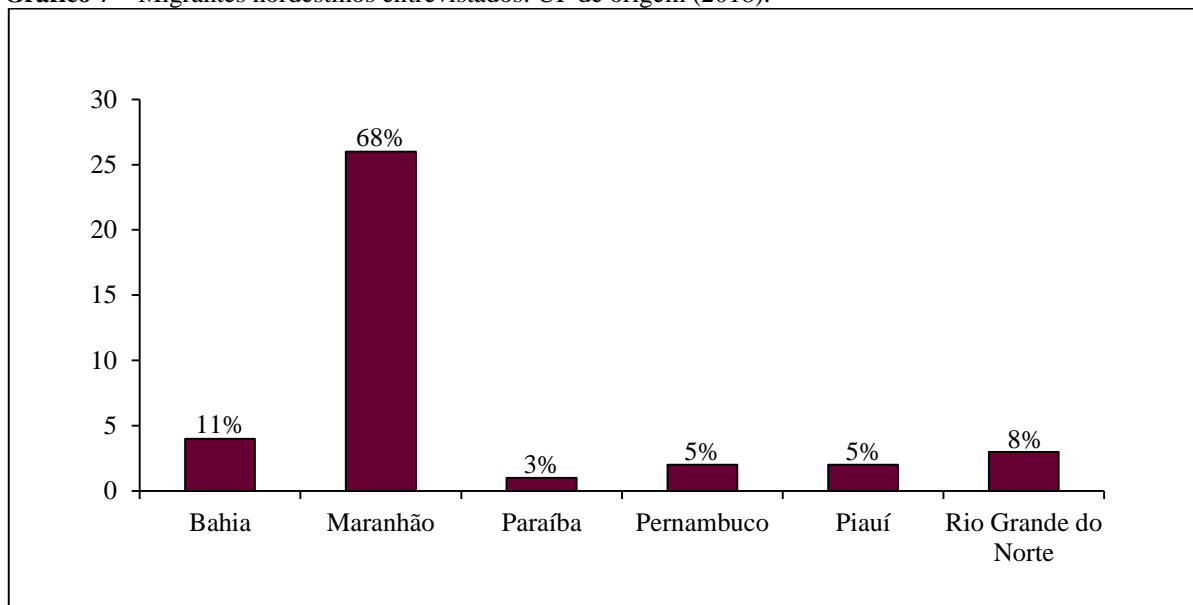
Quanto a origem dos migrantes nordestinos residentes em Ipameri – especialmente os moradores da Vila Dona Nilza, Vila Duque de Caxias, Conjunto Romeu de Carvalho e Loteamento Silvio Lombardi – 68% tem como UF de nascimento o estado do Maranhão, 11%

---

<sup>30</sup> Roteiro de entrevista 4, realizado em 30 de jun. 2018.

são advindos da Bahia, 8% são naturais do Rio Grande do Norte, 5% são provenientes de Pernambuco, 5% são oriundos do Piauí e 3% são procedentes da Paraíba (Gráfico 7).

**Gráfico 7** – Migrantes nordestinos entrevistados: UF de origem (2018).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

De acordo com o Gráfico 7, a maior porcentagem de migrantes nordestinos a residir nos bairros onde foi realizada a pesquisa de campo são maranhenses e essa constatação está concernente aos dados publicados no Censo Demográfico de 2010. Segundo o IBGE (2010), na contagem da população residente por lugar de nascimento, Goiás é o terceiro<sup>31</sup> estado brasileiro com maior população migrante proveniente do Maranhão, com o total de 161.712 pessoas.

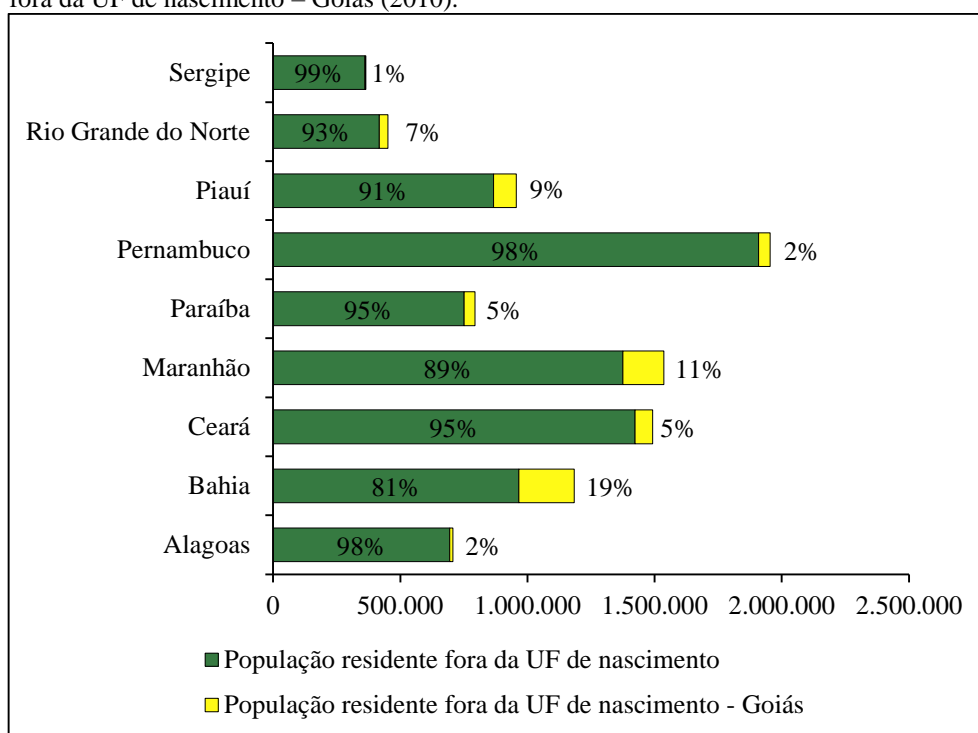
Ao realizar um panorama das migrações inter-regionais no Brasil, no decorrer da última década do século XX e primeira década do século XXI, Baeninger (2011) menciona Goiás como área de atração de migrantes originários de todos os estados brasileiros. Esse fenômeno é designado pela autora como processo de redistribuição da população nacional e reflete a expansão da frente pioneira da fronteira agrícola para o Centro-Oeste. Em Ipameri, a preponderância de maranhenses, entre os migrantes nordestinos, está diretamente relacionada às transformações da base técnica e tecnológica da agricultura, visto que, na década de 1990, o aumento da mão de obra necessária para o trabalho nas lavouras permitiu uma empresa sediada nesse município buscar e transportar trabalhadores no eixo Maranhão-Ipameri.

<sup>31</sup> Nesse *ranking*, está em primeira posição o Estado do Pará, com o total de 463.697 migrantes maranhenses, e em segunda posição o Estado de São Paulo, com o total de 163.447 migrantes maranhenses.

Em âmbito nacional, o Maranhão é a segunda UF com maior procedência de população migrante, ao total 1.537.034 maranhenses residem fora do estado de nascimento. Por sua vez, o estado de Pernambuco possui o maior contingente de oriundos – 1.954.597 indivíduos – a morar nas outras 26 UF nacionais. Da mesma forma, dentre as regiões brasileiras, o Nordeste tem a taxa mais elevada de saída da população de seus estados de origem. No Censo Demográfico de 2010, está quantificado que 9.439.673 nordestinos vivem em estado distinto do nascimento. Desse total, 767.063 migrantes residem em Goiás, assim, 7% da população goiana é composta por oriundos da região Nordeste.

Ao analisar o Gráfico 8, é notável a preponderância de baianos e maranhenses e a minoria de sergipanos e alagoanos dentre os migrantes de origem nordestina. Portanto, na amostragem selecionada para a realização da entrevista semiestruturada o predomínio de migrantes procedentes do Maranhão e a ausência de migrantes oriundos de Alagoas, do Ceará e de Sergipe pode ser explicada pelo número total dos migrantes que residem em Goiás.

**Gráfico 8** – Nordeste: população residente fora da UF de nascimento e população residente fora da UF de nascimento – Goiás (2010).



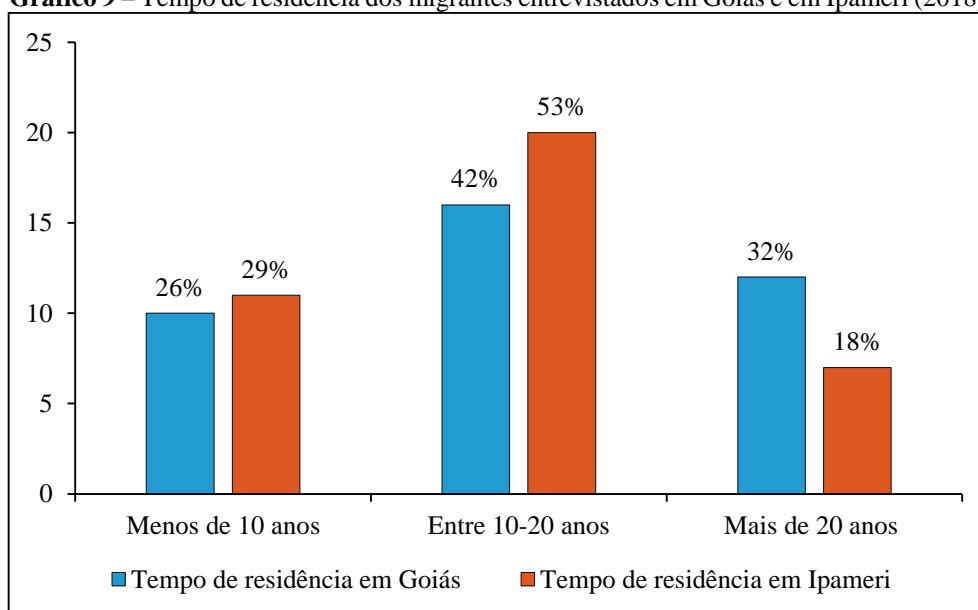
Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Destarte, como 5% de cearenses, 2% de alagoanos e 1% de sergipanos vivem em Goiás, a presença desses migrantes no município de Ipameri é irrisória. Em contraste, 19% de baianos, 11% de maranhenses, 9% de potiguares e 7% de piauienses residem em Goiás, assim, a amostragem desses migrantes na pesquisa de campo é maior. Ao total, o Censo Demográfico

de 2010 mensurou 1.533 nordestinos em Ipameri, contudo não foram especificados os seus estados de origem.

Quanto ao tempo de residência dos migrantes nordestinos no estado de Goiás, 42% estão entre 10-20 anos, 32% estão há mais de 20 anos e 26% estão há menos de 10 anos. Dado que alguns migrantes residiram em outros municípios goianos, em Ipameri, 53% estão entre 10-20 anos, 29% estão há menos de 10 anos e 18% estão há mais de 20 anos. Conforme indicado no Gráfico 9, a maior porcentagem de migrantes chegou em Goiás e em Ipameri após a década de 1990 e do processo de expansão da fronteira agrícola.

**Gráfico 9** – Tempo de residência dos migrantes entrevistados em Goiás e em Ipameri (2018).



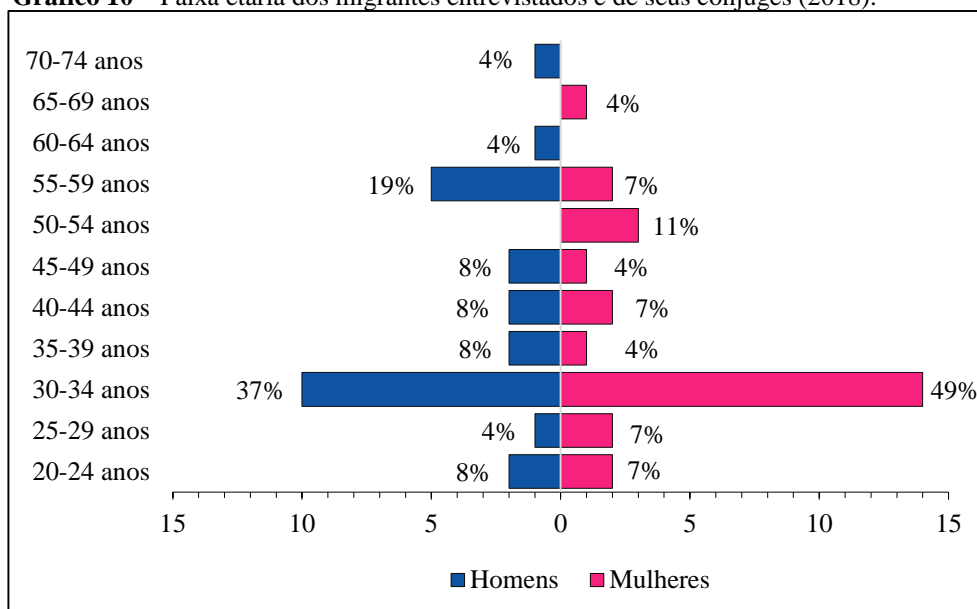
**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão. A. D. (2018).

No município de Ipameri, no final da década de 1980, a implantação do PRODECER acarretou, no decênio seguinte, a chegada de migrantes de todas as regiões do Brasil. Nesse contexto, foi expressivo o número de sulistas, paulistas e nordestinos que migraram à procura de terras com preço reduzido e disponíveis para a agricultura ou emprego na área rural. Assim, os trabalhadores oriundos dos estados do Nordeste, principalmente os maranhenses, ocuparam o serviço de boias-frias nas lavouras de algodão, batata, cebola e feijão. Parte desses boias-frias não tiveram registro na carteira de trabalho e previdência social, portanto não foram resguardados pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Mediante o exposto da relação existente entre as possibilidades de trabalho na área rural e a migração para Ipameri, é pertinente identificar a faixa etária do grupo de migrantes que constituem a amostragem desta pesquisa. Assim, para a elaboração do Gráfico 10, foram tratados os dados referentes ao ano de nascença da população entrevistada e dos seus cônjuges,

quando esses procederam da região Nordeste. Portanto, na porcentagem referente aos homens, estão inclusos os 17 entrevistados do sexo masculino e 9 esposos – das entrevistadas – que nasceram no Nordeste. Da mesma forma, na porcentagem concernente ao sexo feminino, estão incluídas as 21 mulheres entrevistadas e 7 cônjuges – dos entrevistados – oriundas do Nordeste.

**Gráfico 10** – Faixa etária dos migrantes entrevistados e de seus cônjuges (2018).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Em relação a faixa etária dos migrantes entrevistados e de seus cônjuges, 74% da população feminina possuem idade inferior aos 40 anos, do qual 49% têm entre 30 e 34 anos. Por outro lado, 29% das mulheres estão com mais de 40 anos de idade e, dessas, apenas 4% pertencem à faixa etária dos 65-69 anos. À vista disso, em tese, é possível concluir que 74% das mulheres migrantes se encontram com idade inferior aos 45 anos e não estavam aptas a garantir, no ano de 2018, o direito à aposentadoria por tempo de contribuição<sup>32</sup>.

Quanto a faixa etária da população masculina, 57% dos migrantes possuem idade inferior aos 40 anos, do qual 37% têm entre 30 e 34 anos. Em contrapartida, 43% estão com idade superior aos 40 anos e, desses, 19% pertencem a faixa etária de 55-59 anos. Portanto, em 2018, 73% dos migrantes não se adequavam ao perfil estabelecido para o sexo masculino para garantir o direito à aposentadoria por tempo de contribuição<sup>33</sup>.

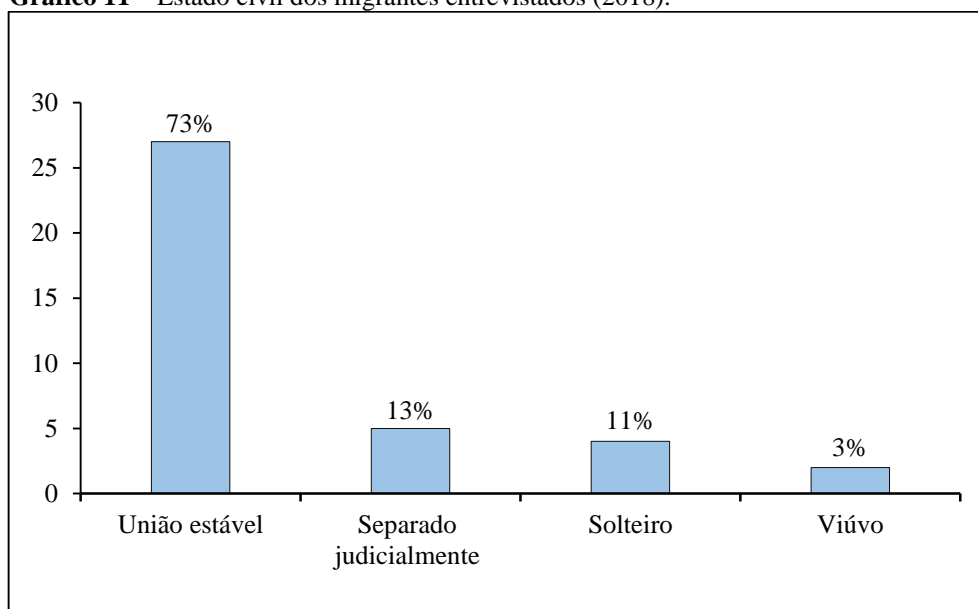
<sup>32</sup> Em 2018, a idade mínima para as mulheres garantir o direito à aposentadoria por tempo de contribuição é de 48 anos. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/>. Acesso em: 18 set. 2018.

<sup>33</sup> A idade mínima para a população do sexo masculino garantir o direito à aposentadoria por tempo de contribuição é de 53 anos, em 2018. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/>. Acesso em: 18 set. 2018.

Por meio da análise dos dados referentes ao sexo masculino e ao sexo feminino, do Gráfico 10, se pode inferir que, no município de Ipameri, cerca de 75% da população migrante de origem nordestina estão na idade adulta e, enquanto trabalhadores, promovem crescimento no índice de mão de obra disponível ao mercado de trabalho. Nesse sentido, os migrantes nordestinos estimulam a concorrência na busca por emprego.

No instante das entrevistas, 7 homens estavam casados com mulheres oriundas do Nordeste e 9 mulheres tinham esposos, também, procedentes do Nordeste, dessa forma, 42% da população, que fazem parte da amostragem desta pesquisa, têm migrantes nordestinos como parceiro matrimonial. Em relação ao estado civil de todos os migrantes entrevistados, 71% estão em união estável com seus parceiros, 13% se encontram separados judicialmente, 11% são solteiros e 5% são viúvos (Gráfico 11).

**Gráfico 11** – Estado civil dos migrantes entrevistados (2018).



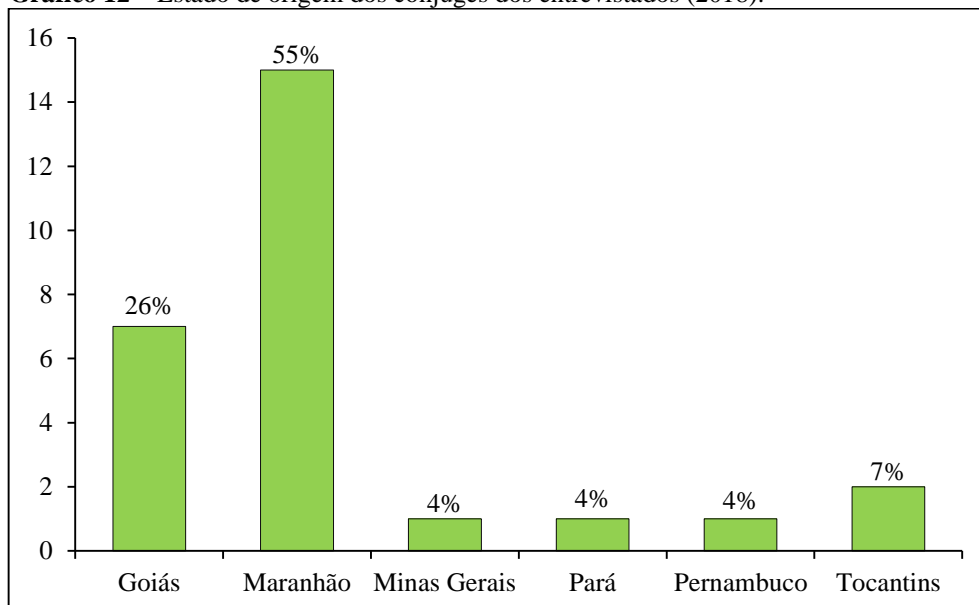
**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Dos casais formados por migrantes, 13% iniciaram o relacionamento em Ipameri. Durante a pesquisa de campo, ficou evidente que os migrantes mantêm laços afetivos entre si, mesmo quando não são oriundos do mesmo estado e município. Nesse aspecto, partilhar hábitos semelhantes, habitar o mesmo bairro e, até, trabalhar na mesma empresa produzem, entre aqueles que possuem suas trajetórias de vida marcadas pela migração, o sentimento de união.

Há, também, aqueles migrantes que se relacionam com goianos, em especial com ipamerinos, constituem suas famílias e, assim, não conservam desejo de retornar aos seus estados de origem. De acordo com o Gráfico 12, 55% dos cônjuges dos migrantes entrevistados são maranhenses, por sua vez, 26% são goianos, 7% tocantinense, 4% são mineiros, 4%

paraenses e 4% pernambucanos. Portanto, o município de Ipameri é território da chegada e de encontros de migrantes de todas as regiões do Brasil.

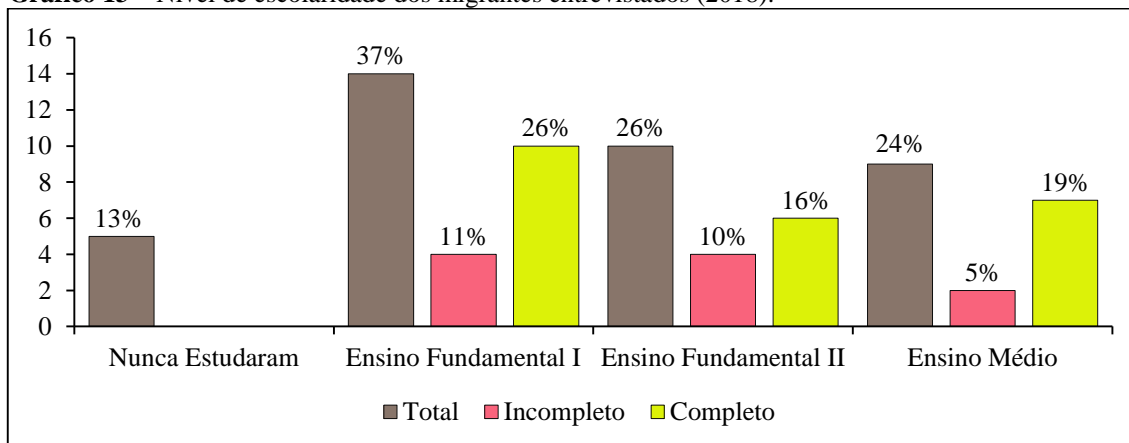
**Gráfico 12** – Estado de origem dos cônjuges dos entrevistados (2018).



Fonte: Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Outro aspecto importante para estabelecer o perfil do migrante nordestino residente em Ipameri, é o seu nível de escolaridade. Com efeito, a escolaridade está diretamente relacionada à formação da mão de obra para o mercado de trabalho, ao rendimento mensal e ao cargo ocupado por qualquer empregado, aos bens de consumo e de transporte usufruídos em determinada família e às condições de saúde de um grupo. Assim, por meio do nível de escolaridade da amostragem selecionada na pesquisa de campo (Gráfico 13), é possível realizar uma análise das condições de vida dos nordestinos em Ipameri e, também, em seus municípios de origem.

**Gráfico 13** – Nível de escolaridade dos migrantes entrevistados (2018).



Fonte: Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

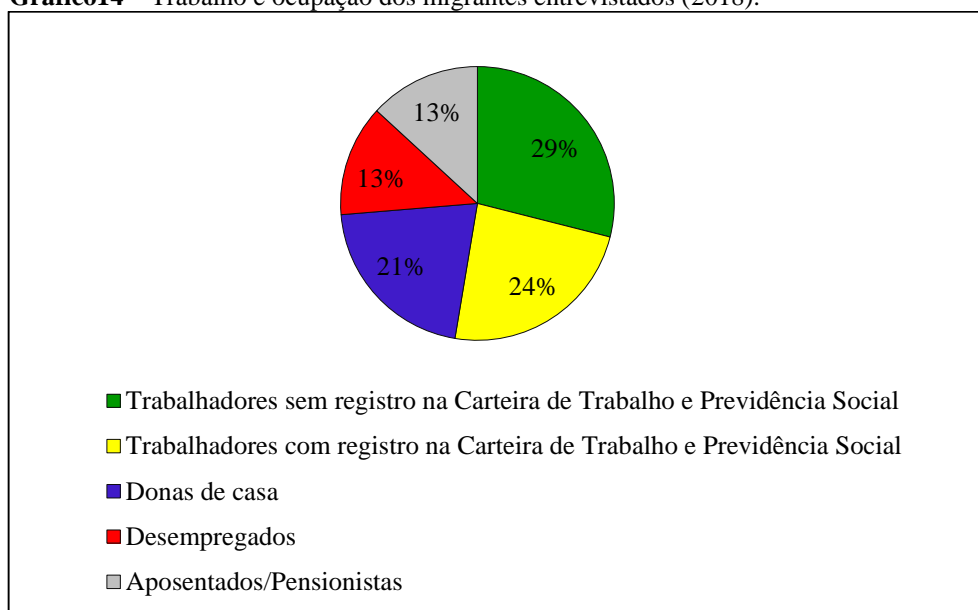
Conforme o Gráfico 13, dentre os entrevistados, 13% são analfabetos. Por sua vez, duas justificativas foram averiguadas na pesquisa de campo para explicar esse índice. A primeira foi a oposição feita por alguns pais à frequência de seus filhos na escola e, a segunda, foi a ausência de instituições de ensino na área rural e adjacências. Dessa forma, o desconhecimento de algumas famílias sobre a importância e a necessidade da educação e a carência de escolas públicas nas áreas interioranas dos estados da região Nordeste são responsáveis pelo analfabetismo da população migrante.

Por outro lado, 37% dos entrevistados cursaram apenas o Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano. Contudo, 26% completaram esse nível de ensino, enquanto 11% não conseguiram concluir todas as etapas dessa fase. As justificativas dos migrantes, para a formação somente no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, foram as mesmas expressas pelo grupo dos analfabetos, com acusações ao Estado, por sua ausência no papel de provedor do ensino público, e à família, pela descrença na educação.

Em relação ao Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano – 26% dos migrantes entrevistados cursaram esse nível de ensino. Ao passo que 10% não concluíram essa etapa, 16% conseguiram completar todas as suas fases. Quanto ao Ensino Médio – 1º ao 3º ano – 24% dos migrantes entrevistados fizeram essa etapa. Enquanto 5% não concluíram esse nível de ensino, apenas, 19% terminaram todos os anos de estudos da educação básica.

No tocante às causas que fizeram os migrantes entrevistados abandonar o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, os relatos foram parecidos com as justificativas do grupo de analfabetos e dos que não cursaram a segunda etapa do Ensino Fundamental, entretanto, foi acrescentado o fator trabalho. Na fase da adolescência e juventude, uma oportunidade de emprego pode representar alternativa melhor que os estudos, visto que o serviço assegura certa remuneração imediata.

Para o mercado de trabalho, a formação é primordial para determinar a função ocupada por um indivíduo, nesse sentido os migrantes entrevistados realizam atividades que não necessitam de cursos técnicos e conhecimentos científicos, visto que não possuem essa instrução. Dessa forma, 53% dos nordestinos realizam serviços braçais ou atividades que não necessitam de formação técnica, 13% estão aposentados e, assim, não desenvolvem atividades remuneradas, 13% se encontram desempregados e 21% são donas de casa e se dedicam, exclusivamente, ao trabalho doméstico (Gráfico 14).

**Gráfico14** – Trabalho e ocupação dos migrantes entrevistados (2018).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

De acordo com o Gráfico 14, dentre os entrevistados que realizam alguma atividade remunerada, 29% não têm registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Portanto, não estão resguardados pela Consolidação das Leis do Trabalho e não sentem segurança para exigir que os seus direitos sejam cumpridos. Por outro lado, 24% são registrados e possuem certa proteção social.

Quanto à função ocupada pela população que realiza algum tipo de atividade remunerada, a maior parte das mulheres são auxiliares de cozinha, camareiras ou domésticas e os homens se dedicam aos trabalhos que requer maior força física. Conforme a Tabela 9, as funções ocupadas pelos migrantes nordestinos exigem o conhecimento empírico que é adquirido cotidianamente ao observar a realidade e, também, passado de geração em geração. Assim, não necessita de formação técnica.

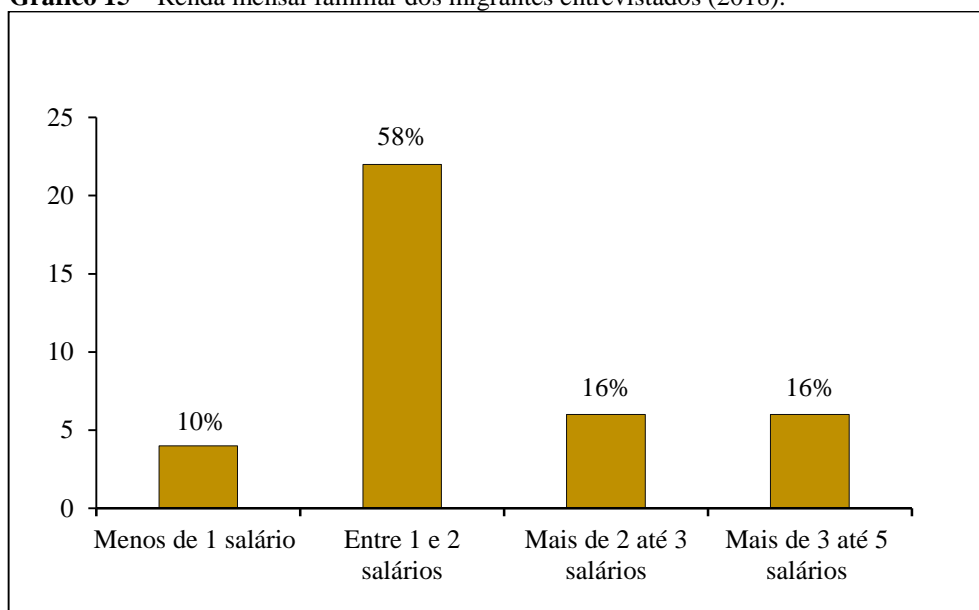
**Tabela 9** – Função ocupada pelos migrantes entrevistados (2018).

| Função                          | Números de migrantes ocupados |
|---------------------------------|-------------------------------|
| Auxiliar de cozinha             | 5                             |
| Auxiliar de produção            | 3                             |
| Camareira                       | 2                             |
| Chefe de núcleo                 | 1                             |
| Conservador de ferrovias        | 1                             |
| Doméstica                       | 1                             |
| Guarda                          | 1                             |
| Manicure                        | 1                             |
| Operador de máquinas e veículos | 1                             |
| Pedreiro                        | 1                             |
| Trabalhador rural (diarista)    | 2                             |
| Rasteleiro                      | 1                             |
| <b>Total</b>                    | <b>20</b>                     |

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

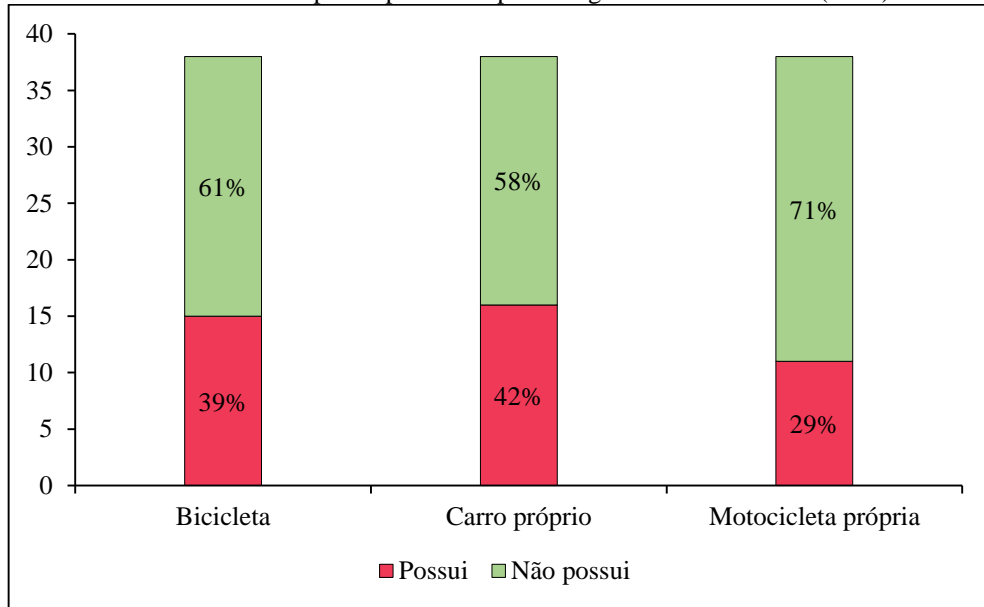
Em relação a renda mensal das famílias dos migrantes entrevistados, 58% obtêm entre 1 e 2 salários, 16% recebem mais de 2 até 3 salários, 16% ganham mais de 3 até 5 salários e, apenas, 10% não conseguem auferir 1 salário. Por sua vez, as famílias com menores rendimentos são aquelas que apenas um integrante realiza algum tipo de atividade remunerada e as famílias com maiores rendimentos são as que não ficam dependentes de apenas um integrante para prover a renda mensal (Gráfico 15).

**Gráfico 15** – Renda mensal familiar dos migrantes entrevistados (2018).



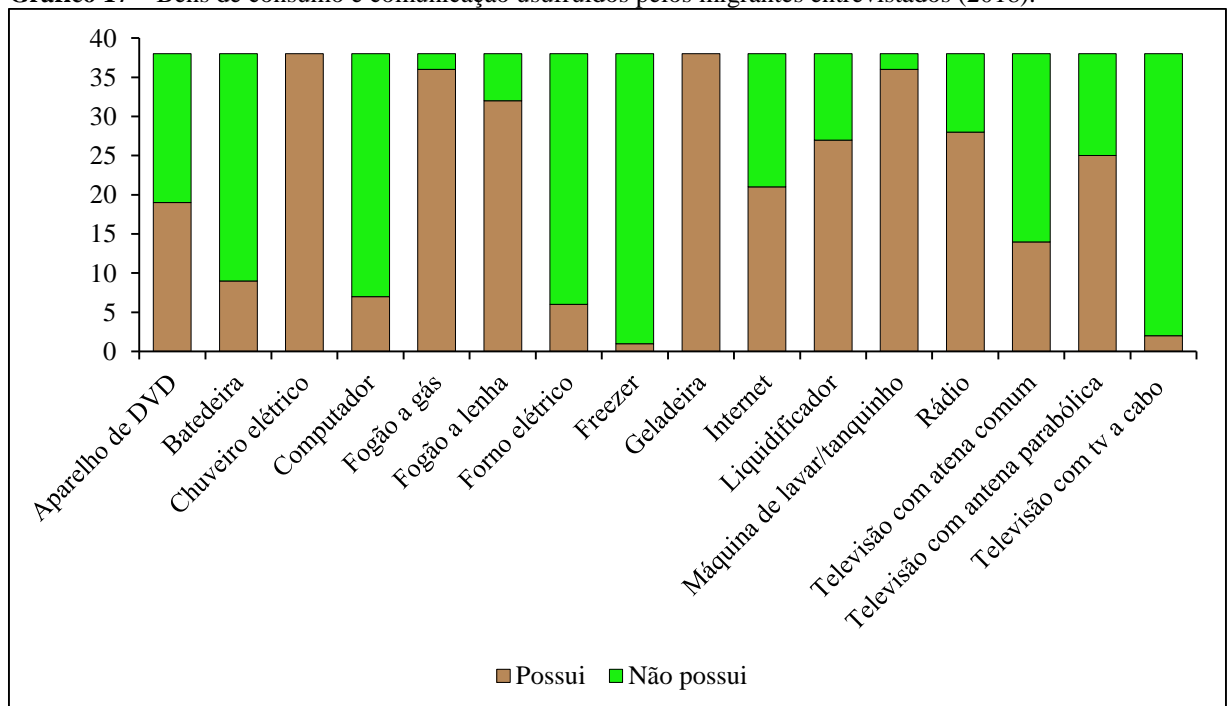
**Fonte:** Pesquisa de Campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

A renda mensal familiar está diretamente relacionada aos bens de consumo e comunicação possuídos pelos migrantes entrevistados. Assim, como a maior parte da amostragem possui rendimento entre 1 e 2 salários, são minorias as famílias que possuem meios de transportes próprios. De acordo com o Gráfico 16, 42% das famílias dos entrevistados têm carro, 29% usufruem do uso de motocicletas e 39% possuem, apenas, bicicleta. Parte dos entrevistados, também, não tem posse de nenhum meio de transporte, nessa situação é comum o uso dos serviços prestados por mototaxistas e taxistas, quando é necessário percorrer longas distâncias, e em situações cotidianas, quando os trajetos percorridos são próximos, o deslocamento é feito a pé.

**Gráfico 16** – Meios de transportes possuídos pelos migrantes entrevistados (2018).

Fonte: Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Em relação aos bens de consumo e comunicação usufruídos pelas famílias dos migrantes, esses são chuveiro elétrico, fogão a gás, geladeira, liquidificador, máquina de lavar roupa/tanquinho e televisão com antena parabólica. Conforme Gráfico 17, é possível afirmar que alguns bens de comunicação não possuem utilidade para o perfil do migrante entrevistado, como computador, internet e aparelho de televisão com tv a cabo, dessa forma, são minorias as residências que possuem esse tipo de bens.

**Gráfico 17** – Bens de consumo e comunicação usufruídos pelos migrantes entrevistados (2018).

Fonte: Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D. (2018).

Para finalizar, pode-se concluir que os nordestinos residentes em Ipameri são baianos, maranhenses, paraibanos, pernambucanos, potiguares e piauienses e, desses, 74% estão morando no estado de Goiás há mais de 10 anos. São adultos, 71% estão em uma união estável e 81% não concluíram a educação básica, assim, realizam atividades que não necessitam de formação técnica. Há, também, idosos aposentados, pensionistas e donas de casa dedicadas, exclusivamente, aos serviços domésticos. Por sua vez, as rendas mensais das famílias desses migrantes variam entre menos de 1 a 5 salários mínimos. E, o fator que tornou Ipameri área de atração desse pessoal, foi a frente pioneira para o alargamento da fronteira agrícola no estado de Goiás e a implantação do PRODECER na década de 1980. Assim, após caracterizar a amostragem da pesquisa, a subseção seguinte apresenta uma caracterização dos bairros onde foi realizada a pesquisa de campo.

#### **4.2 Territórios migrantes em Ipameri (GO): Conjunto Romeu de Carvalho, Loteamento Silvio Lombardi, Vila Dona Nilza e Vila Duque de Caxias**

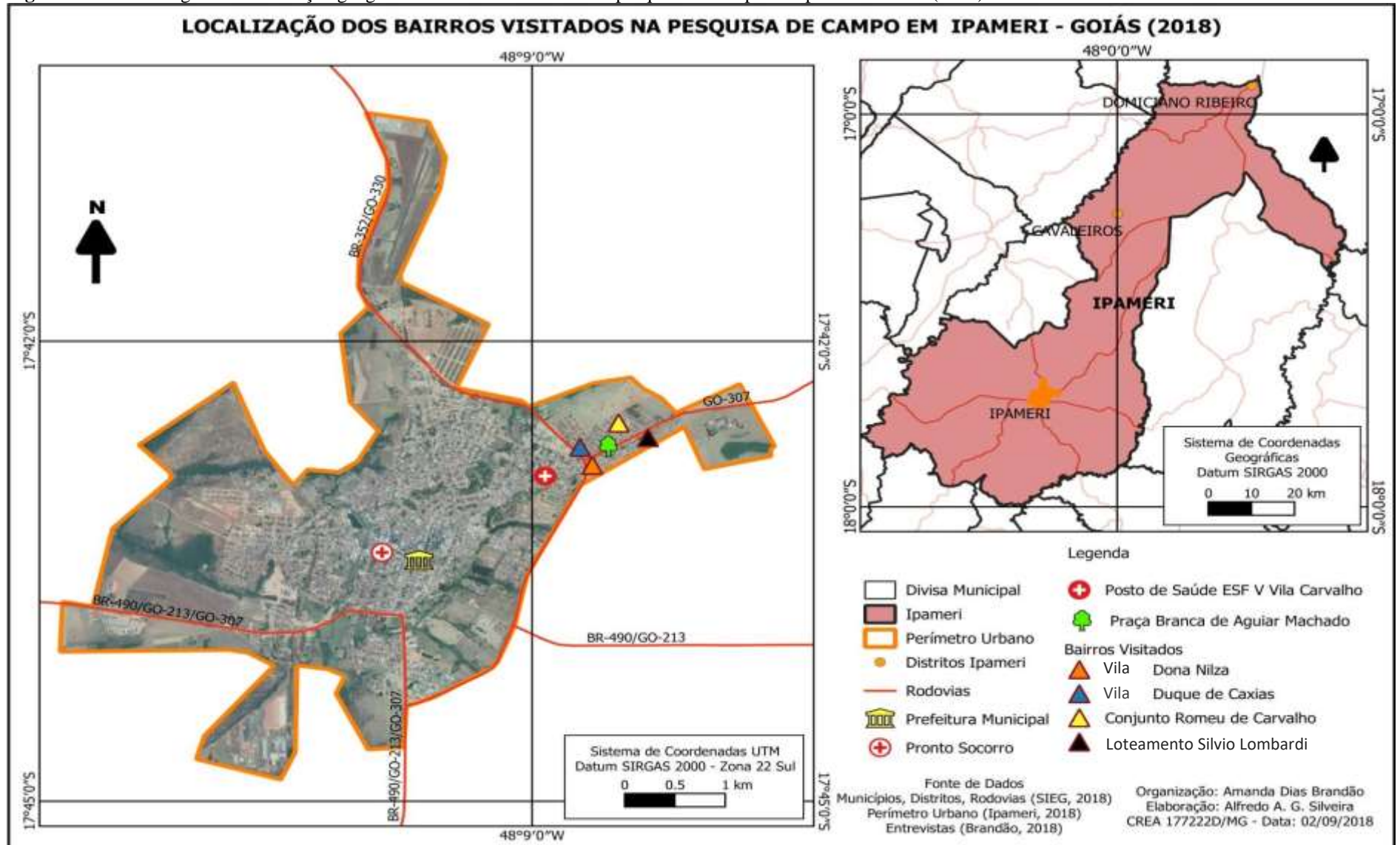
Apesar da existência de migrantes residentes em toda a área urbana e rural do município de Ipameri, nos bairros localizados no setor noroeste – Vila Dona Nilza, Vila Duque de Caxias, Conjunto Romeu de Carvalho e Loteamento Silvio Lombardi – há maior prevalência de moradores oriundos do Nordeste. Diante disso, o objetivo dessa subseção é de apresentar o local onde foi realizada a pesquisa de campo.

Localizados em um setor periférico (Mapa 3), conhecido pela população ipamerina como “saída da usina”, os bairros, onde residem a população entrevistada, são limítrofes à área rural e estão a cerca de 5km de distância da área central da cidade de Ipameri. Há nesses locais algumas mercearias e bares e os serviços de água, energia e coleta do lixo doméstico são oferecidos a todos os moradores. Em contrapartida, o esgoto doméstico não é coletado e tratado, assim, a fossa negra<sup>34</sup> é a solução encontrada para descartar os rejeitos residenciais. Nessa situação, ao caminhar pelas ruas dos bairros encontramos fossas em condição de desmoronamento (Foto 1), fossas com erosões (Foto 2), fossas com cobertura improvisada (Foto 3) e fossas sem cobertura (Foto 4).

---

<sup>34</sup>A fossa negra é um depósito de dejetos domésticos sem tratamento.

**Figura 1** – Carta imagem da localização geográfica dos bairros visitados na pesquisa de campo em Ipameri – Goiás (2018).



**Fonte:** Municípios, distritos, rodovias (SIEG, 2018); Perímetro urbano (Ipameri, 2018); Pesquisa de campo (2018). Org.: Brandão, A. D; Silveira, A. A. G.(2018).

**Foto 1** – Fossa negra em condição de desmoronamento no Loteamento Silvio Lombardi.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D.

**Foto 2** – Fossa negra com erosão lateral no Loteamento Silvio Lombardi.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D.

**Foto 3** – Fossa negra com cobertura improvisada no Loteamento Silvio Lombardi.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D.

**Foto 4** – Fossa negra, não utilizada e sem cobertura no Loteamento Silvio Lombardi.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D.

Em relação ao revestimento das ruas, na Vila Dona Nilza e na Vila Duque de Caxias, essas são pavimentadas, contudo estão em péssimas condições e o asfalto possui várias erosões. No Conjunto Romeu de Carvalho, existem ruas sem pavimentação asfáltica e as ruas pavimentadas, também, estão danificadas. No Loteamento Silvio Lombardi, o processo de pavimentação foi iniciado em dezembro do ano de 2017 e concluído no primeiro semestre de 2019.

A maior parte dos migrantes que residem nos bairros localizados no setor noroeste da cidade de Ipameri são maranhenses, piauienses e baianos. Por sua vez, é possível justificar a aglomeração dos nordestinos em uma área contígua por diversos fatores. Primeiramente, o valor do aluguel nesses bairros tem a média de R\$ 250,00 mensais, assim o preço da locação de alguns imóveis é um aspecto atrativo para os migrantes que não possuem casa própria e

necessitam economizar nas despesas familiares. Assim, na Vila Duque de Caxias (Foto 5), os migrantes entrevistados residiam com suas famílias em habitações alugadas.

Outra explicação para a quantidade de moradores oriundos do Nordeste no setor noroeste da cidade de Ipameri, é o fomento direcionado à população de baixa renda para a aquisição da casa própria. Nesse contexto, os migrantes residentes no Conjunto Romeu de Carvalho (Foto 6) foram beneficiados com subsídios e parcelamento especial do financiamento de suas habitações.

**Foto 5** – Vila Duque de Caxias (Rua 3).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D.

**Foto 6** – Conjunto Romeu de Carvalho (Rua 17).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D.

O preço de alguns imóveis e dos terrenos vazios, também, incentivaram a opção dos migrantes em residir no setor noroeste da cidade de Ipameri. Assim, segundo informação verbal do entrevistado do roteiro de entrevista 31, no ano de 2003 era possível comprar uma habitação na Vila Dona Nilza por cerca de R\$7.500,00. Por outro lado, a doação de terrenos no Loteamento Silvio Lombardi (Foto 8) pela Prefeitura Municipal de Ipameri provocou a aglomeração de nordestinos, principalmente de maranhenses, nesse bairro.

**Foto 7** – Vila Dona Nilza (Rua Guarani).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2019).

**Foto 8** – Loteamento Silvio Lombardi (Rua Alaídes).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

Por fim, além dos fatores relacionados ao preço do aluguel, dos imóveis e dos terrenos nos bairros mencionados, é importante destacar a rede de relações existentes entre familiares, amigos e até mesmo entre migrantes que se conheceram em Ipameri. Assim, a escolha por morar em bairros adjacentes representa o sentimento de comunhão dos migrantes nordestinos ao habitar o mesmo território e expressar suas multiterritorialidades.

### **4.3 A multiterritorialidade dos nordestinos residentes em Ipameri (GO)**

A partir do pressuposto de que todo processo de des-re-territorialização provoca a constituição de uma territorialidade híbrida que agrega característica do território da saída e do território da chegada, esta subseção tem o propósito de realizar uma análise da configuração da multiterritorialidade dos nordestinos residentes em Ipameri (GO). Assim, na qualidade de migrantes, esses indivíduos acionam suas experiências múltiplas em busca do estabelecimento em um novo território.

Por meio da interpretação do conceito de multiterritorialidade, Haesbaert (2006) afirma que ao migrar o indivíduo sofre a perda dos seus laços identitários-territoriais, mas experimenta a reconstituição de uma identidade híbrida que agrega novos elementos simbólicos e materiais. Nesse sentido,

mais do que ‘território’ unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou ‘multiterritorialidade’, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2007, p. 341, grifo do autor).

Portanto, os nordestinos residentes em Ipameri (GO) manifestam suas multiterritorialidades por meio de ações cotidianas. Dessa forma, ao longo da pesquisa de campo, foram verificadas situações que evidenciaram a experiência físico-natural, cultural, econômica e política de indivíduos que experimentaram múltiplos territórios. Nessa perspectiva a Foto 9 e a Foto 10 retratam fogões improvisados por alguns migrantes em busca de economizar gás de cozinha e nos gastos mensais.

**Foto 9** – Fogão a carvão improvisado na estrutura de antigo fogão a gás.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

**Foto 10** – Fogão a carvão improvisado por migrantes nordestinos.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

Segundo informação verbal dos entrevistados maranhenses, quando residiam no Nordeste, alguns não possuíam fogão a gás, nessa situação, cozinhavam seus alimentos no fogão feito de barro com cascas do coco de babaçu. Assim, em Ipameri, em busca de economizar nos gastos familiares, esses migrantes improvisam fogões e cozinham com carvão vegetal. Esse fato, representa a multiterritorialidade de indivíduos que vivenciaram diferentes situações econômicas em diferentes territórios.

Para além da multiterritorialidade expressada por aspectos econômicos, também existe a multiterritorialidade daqueles que foram agricultores no Nordeste e aproveitam o quintal de suas casas para cultivar alimentos típicos da região de origem. Desse modo, a Foto 11 retrata grãos de feijão típico do estado do Maranhão e a Foto 12 retrata grãos de fava, ambos alimentos foram plantados e colhidos por uma migrante na área urbana da cidade de Ipameri (GO).

**Foto 11** – Grãos de feijão plantados e colhidos por migrante nordestina no município de Ipameri (GO).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

**Foto 12** – Grãos de fava plantados e colhidos por migrante nordestina no município de Ipameri (GO).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

Outra característica da multiterritorialidade experimentada pelos migrantes nordestinos no município de Ipameri (GO), é representada pelas redes de descanso sempre expostas em suas residências. Alguns desses objetos, vieram diretamente da região de origem para Goiás, dessa forma agregam lembranças do território da saída (Foto 13, Foto 14).

**Foto 13** – Rede de descanso trazida do Nordeste para Ipameri por migrantes nordestinos.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

**Foto 14** – Rede de descanso trazida do Nordeste para Ipameri por migrantes nordestinos.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018). Autora: Brandão, A. D. (2018).

Assim, a multiterritorialidade dos nordestinos residentes no município de Ipameri (GO) é consequência dos fatores materiais e imateriais que promovem a desterritorialização e a reterritorialização desses sujeitos no espaço brasileiro. Dessa forma, enquanto fenômeno populacional, a migração tem múltiplos determinantes e, em relação a mobilidade da população da região Nordeste, pode-se destacar as condições físico-naturais da área delimitada como Semiárido, a implementação excludente de políticas públicas para as atividades agropecuárias, o desemprego, o almejo de alguns migrantes de melhores condições de vida e de estar próximos aos familiares que migraram da UF de origem.

Diante do exposto neste trabalho, pode-se afirmar que a análise da migração fundamentada em um viés territorial integrador permite conhecer as diversas causas desse fenômeno populacional. Assim, estão inseridos na análise da desterritorialização, da reterritorialização e da multiterritorialidade elementos físico-naturais, econômicos, políticos e culturais. Portanto, explicar a presença de nordestinos em Goiás e no município de Ipameri requer a uma análise que permite conciliar fatores estruturais e subjetivos e, dessa forma, ultrapassar as perspectivas do migrante como trabalhador forçado a mobilidade ou indivíduo anti-histórico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração é um fenômeno populacional impulsionado por fatores sociais e, junto as taxas de mortalidade e de natalidade/fecundidade, é responsável pela dinâmica demográfica de uma área. Em busca de interpretar, por um viés geográfico, a mobilidade espacial de um grupo humano, as condições histórico-sociais de dada sociedade são analisadas a fim de determinar a essência das causas de expulsão de uma população do seu território de origem. Assim, com objetivo de compreender a migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO), foi realizada uma investigação pautada na pesquisa teórica, na pesquisa documental e na pesquisa de campo com o intuito de discutir as causas físico-naturais, econômicas e políticas que suscitam na migração desses indivíduos pelo Brasil.

Sobretudo, enquanto fenômeno ocasionado por múltiplas causas, para compreender uma corrente migratória é necessária uma análise integradora dos fatores determinantes da saída de um grupo do seu território e da chegada desse grupo em novo território. Nessa perspectiva, neste trabalho, as causas verificadas para justificar a migração da população da região Nordeste foram: a) as condições naturais da área denominada como Semiárido; b) as dificuldades dos trabalhadores nordestinos em encontrar emprego; c) o direcionamento de políticas públicas à parcela minoritária da população nordestina; d) a incapacidade das atividades agropecuárias subsidiar as necessidades básicas das famílias nordestinas e e) o desejo de reencontrar familiares que experimentaram a migração para outras regiões brasileiras.

Por sua vez, os fatores determinantes do fluxo de nordestinos para o estado de Goiás estão contextualizados no alargamento da fronteira agrícola promovido, após a década de 1960, para áreas de Cerrado. Portanto, são causas da chegada de migrantes nordestinos no município de Ipameri (GO): a) a implementação de políticas públicas direcionadas a expansão das atividades agropecuárias nesse município e b) o aumento da mão de obra necessária para o trabalho na área rural. Nesse âmbito, os primeiros nordestinos chegaram em Ipameri a procura de trabalho na área rural e na condição de boias-frias e, posteriormente, com a mecanização da agricultura, passaram a realizar outras atividades – pedreiro, doméstica, camareira, auxiliar de cozinha, guarda, manicure, auxiliar de produção, chefe de núcleo, conservador de ferrovias, rasteleiro e operador de máquinas e veículos. Por sua vez, também, há aqueles nordestinos que migraram para Ipameri em busca de estar mais próximos dos seus familiares que já haviam migrado da região de origem.

Na condição de território da saída, a região Nordeste é área da desterritorialização da população nordestina e, na qualidade de território da chegada, o município de Ipameri (GO)

é área da reterritorialização desses migrantes. Nessa perspectiva, não há desterritorialização sem reterritorialização e o nordestino ao sofrer esses processos configura uma territorialidade híbrida. Assim, é um indivíduo multiterritorial e expressa sua multiterritorialidade por meio dos seus hábitos e das atitudes adotadas diante das adversidades cotidianas.

Em relação aos migrantes nordestinos residentes nos bairros Conjunto Romeu de Carvalho, Loteamento Silvio Lombardi, Vila Dona Nilza e Vila Duque de Caxias, esses são advindos do Maranhão (68%), da Bahia (11%), do Rio Grande do Norte (8%), de Pernambuco (5%), do Piauí (5%) e da Paraíba (3%). Desse total, 53% estão entre 10-20 anos, 29% estão a menos de 10 anos e 18% estão a mais de 20 anos a residirem em Ipameri (GO). No que diz respeito à faixa etária dos participantes da amostragem desta pesquisa, 76% entrevistados possuem entre 20-50 anos, portanto, estão na idade adulta e enquanto trabalhadores promovem, na sociedade ipamerina, o crescimento no índice da mão de obra disponível ao mercado de trabalho.

Ainda, 73% dos migrantes entrevistados não são originários dos municípios pertencentes a área denominada de Semiárido e 27% migraram de municípios pertencentes ao Semiárido. Desse total, quando decidiram sair do Nordeste, 53% se encontravam desempregados, 37% estavam ocupados em atividades da agricultura familiar e 10% eram trabalhadores autônomos. Com relação a escolaridade da amostragem da pesquisa, 37% cursaram apenas a primeira fase do ensino fundamental – 1º a 5º ano –, 26% cursaram a segunda fase do ensino fundamental – 6º a 9º ano –, 19% concluíram todas as etapas da educação básica e 13% nunca frequentaram a escola.

A respeito da pretensão dos entrevistados de continuar a residir ou de deixar de residir em Ipameri (GO), 89% desejam permanecer nesse município e 11% querem deixar esse município. Dessa forma, é possível concluir que quando migrantes constituem famílias e possuem vínculos de parentescos com outros migrantes no território da chegada, esses estão mais propensos a estabilidade em uma área. Entretanto, quando são indivíduos solteiros e não possuem laços de parentescos, os migrantes estão predispostos à mobilidade para outros territórios.

Para finalizar, é importante ressaltar que a análise proposta neste trabalho se assenta em uma perspectiva integradora e reflete, por meio de um viés territorial, a migração de nordestinos para o município de Ipameri (GO), no período estabelecido entre 1990-2018. Assim, as regularidades encontradas sobre esse fenômeno foram embasadas na metodologia, na problemática e nos objetivos definidos inicialmente. Portanto, em outras perspectivas, em outros períodos temporais ou em outros espaços, os resultados de uma pesquisa com mesma

temática serão diferentes. Bem como, enquanto processo em vigência, a migração de nordestinos para Goiás e para Ipameri pode adquirir nova configuração.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Adriana Melo. Preâmbulo. *In*: GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al.* (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 13-14.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil, século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. *In*: CUNHA, José Marcos José Pinto (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011. p. 71-93.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. São Paulo: Nacional, 1980.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Portaria n. 196, de 27 de maio de 2014**. Grupo de trabalho para a delimitação do Semiárido – relatório final. Brasília, 2017. Disponível em: [http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Item\\_1.6.6\\_-\\_Relat%C3%B3rio\\_final\\_do\\_GT\\_Delimita%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Semi%C3%A1rido.pdf](http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Item_1.6.6_-_Relat%C3%B3rio_final_do_GT_Delimita%C3%A7%C3%A3o_do_Semi%C3%A1rido.pdf). Acesso em: 23 out. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Mapa de delimitação do Semiárido**. Sudene, 2017. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Apresentação. *In*: CUNHA, José Marcos Pinto. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011. p. 7-15.
- DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos estudos Cebrap**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12-19, 1981.
- FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. *In*: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. (org.). **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente**. São Paulo: Blucher, 2014. p. 12-26.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GEORGE, Pierre. **População e povoamento**. São Paulo: Difel, 1975.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. São Paulo: Difel, 1981.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. *In*: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacceli. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton *et al.* (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico (2010)**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd\\_2010\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao\\_amostra.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf). Acesso em: 13 ago. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados do município de Ipameri** – infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2ymmkk>. Acesso em: 12 jul. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário (2017)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipameri/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 12 set. 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Banco de dados estatístico (BDE)**. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/bde/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Caderno de indicadores de Goiás**. Goiânia: Secretaria de gestão e planejamento, 2018. Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70&Itemid=21](http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=21). Acesso em: 19 ago. 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Estatísticas básicas quadrimestrais: estado de Goiás**. Goiânia: Secretaria de gestão e planejamento, 2018. Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=20&Itemid=190](http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=20&Itemid=190). Acesso em: 19 de ago. 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Estatísticas municipais: séries históricas**. Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91:estat%C3%](http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91:estat%C3%)

ADsticas-municipais-s%C3%A9ries-hist%C3%B3ricas&catid=30&Itemid=219. Acesso em: 19 ago. 2018.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **Dados meteorológicos:** estações convencionais. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/estacoesConvencionais>. Acesso em: 19 ago. 2018.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado.** 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócios Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LATRUBESSE, Edgardo Manuel; CARVALHO, Thiago Morato. **Geomorfologia do estado de Goiás e Distrito Federal.** Goiânia: Secretaria de indústria e comércio/superintendência de geologia e mineração, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais do município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. *In:* RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios migrantes:** transterritorialização e identidade em Francisco Beltrão/PR. Dourados: Editora da UFGD, 2012.

OLIVEIRA, Kleber F. *et al.* As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais. *In:* OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. (org.). **Migrações nordestinas no século 21:** um panorama recente. São Paulo: Blucher, 2014. p. 82-106.

PATARRA, Neide Lopes; CUNHA, José Marcos P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em perspectiva.** São Paulo, v. 01, n. 2, p. 32-35, 1987. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v01n02/v01n02\\_04.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v01n02/v01n02_04.pdf). Acesso em: 28. jan. 2018.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação do trabalho e mobilidade do capital.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. *In:* MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 117-134.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática (1993).

RAMIRIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em Geografia. *In:* MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa**

**qualitativa em geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 23-36.

RAVENSTEIN, Ernest George. The laws of migration. **Journal of the royal statistical society**, Londres, v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VIII, 1992, Campinas. **Anais [...]** Campinas: Abep, 1992. p. 119-144. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-95.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-222.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57- 73.

VAINER, Carlos B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacceli. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 251-274.

YOSHII, Kazuhiro. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, Kazuhiro; CAMARGO, Amábilio; ORIOLI, Álvaro Luiz. CAMARGO, Amábilio; ORIOLI, Álvaro Luiz. (org.). **Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas PRODECER**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2000. p. 27-34.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à geografia da população**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevista semiestruturada com migrantes nordestinos residentes em Ipameri (GO).

| 1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DA ENTREVISTA   |                      |                              |
|--|----------------------|------------------------------|
| 1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2018 |                      | 1.2 Número do roteiro: ..... |
| 1.4 Horário de início: .....               | 1.4.1 Término: ..... | 1.5 Bairro: .....            |

| 2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| 2.1 Profissão: .....   | 2.2 Data de nasc.: .....             |
| 2.3 Município e UF de origem: .....  |                                      |
| 2.4 Estado civil atual: ( ) solteiro ( ) casado ( ) concubinato/união estável ( ) viúvo ( ) separado judicialmente |                                      |
| 2.5 UF de origem do conjugue: .....  | 2.5 Data de nasc. do conjugue: ..... |
| 2.6 Relação do entrevistado com o chefe da família: ( ) Chefe ( ) Esposa ( ) Filho ( ) Pai ( ) Outros: .....       |                                      |
| 2.7 Tempo de residência em Ipameri: .....  |                                      |
| 2.8 Tempo de residência em Goiás: .....  |                                      |
| 2.9 Trabalha com carteira assinada: ( ) Sim ( ) Não  |                                      |

| 3 RENDA MENSAL FAMILIAR   |                                      |                                       |
|---|--------------------------------------|---------------------------------------|
| 3.1 Aposentadoria   |                                      |                                       |
| 3.1 Já possui aposentadoria? ( ) Sim ( ) Não - Qual o motivo? .....     |                                      |                                       |
| 3.2 Renda média mensal familiar em salários                             |                                      |                                       |
| ( ) Menos de 1 salário mínimo   | ( ) mais de 2 até 3 salários mínimos | ( ) mais de 5 até 10 salários mínimos |
| ( ) entre 1 e 2 salários mínimos  | ( ) mais de 3 até 5 salários mínimos | ( ) mais de 10 salários mínimos       |
| 3.3 Número de pessoas que contribuem com a renda mensal familiar: ..... |                                      |                                       |

| 4 CARACTERÍSTICAS DA RESIDÊNCIA                             |                      |                          |                          |
|---|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| <b>4 Características</b>                                    |                      |                          |                          |
| 4.1 Tipo de moradia   |                      |                          |                          |
| ( ) Adobe/ Tijolos  | ( ) Alvenaria        | ( ) Mista                | ( ) Não Possui           |
| ( ) Madeira   | ( ) Pau roliço       | ( ) Material aproveitado | ( ) Outros .....         |
| 4.2 Cobertura da residência                                 |                      |                          |                          |
| ( ) Telha de barro  | ( ) Laje de concreto | ( ) Palha                | ( ) Material improvisado |
| ( ) Telha de cimento amianto                                | ( ) Zinco            | ( ) Madeira aparelhada   | ( ) Outros .....         |
| 4.3 Revestimento:   |                      |                          |                          |
| ( ) piso porcelanato  | ( ) piso cerâmica    | ( ) cimento queimado     | ( ) cimento grosso       |
| ( ) terra batida  |                      |                          |                          |
| 4.4 Possui: ( ) Energia elétrica                            |                      |                          |                          |
| ( ) Água tratada  |                      |                          |                          |
| 4.5 Situação da moradia: ( ) Própria ( ) Cedida ( ) Alugada |                      |                          |                          |
| 4.6 Quantidade de pessoas que moram na residência: .....    |                      |                          |                          |
| 4.7 Quantidade de cômodos (quartos) da residência: .....    |                      |                          |                          |

|                                  |   |   |   |
|----------------------------------|---|---|---|
| 4.8 Esgotamento sanitário:       | <input type="checkbox"/> direto no terreno        | <input type="checkbox"/> córrego  | <input type="checkbox"/> fossa rudimentar |
|                                  | <input type="checkbox"/> fossa séptica            | <input type="checkbox"/> rede de coleta e tratamento de esgoto            |   |
| 4.9 Destino dos resíduos sólidos | <input type="checkbox"/> coletado pela prefeitura | <input type="checkbox"/> não coletado pela prefeitura, solução individual |   |

### 5 BENS DE CONSUMO, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

#### 5.1 Bens de consumo

|   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa/tanquinho | <input type="checkbox"/> Freezer        | <input type="checkbox"/> Computador        |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena comum       | <input type="checkbox"/> Telefone       | <input type="checkbox"/> Impressora        |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena parabólica  | <input type="checkbox"/> Forno elétrico | <input type="checkbox"/> Internet          |
| <input type="checkbox"/> antena por satélite/TV a cabo    | <input type="checkbox"/> Forno a gás    | <input type="checkbox"/> Ar condicionado   |
| <input type="checkbox"/> DVD                              | <input type="checkbox"/> Forno a lenha  | <input type="checkbox"/> Chuveiro elétrico |
| <input type="checkbox"/> Rádio                            | <input type="checkbox"/> Batedeira      | <input type="checkbox"/> Outros: .....     |
| <input type="checkbox"/> Geladeira                        | <input type="checkbox"/> Liquidificador | .....                                      |

#### 5.2 Meios de comunicação

|                                |                                    |                                   |                                  |   |  |
|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|---|--|
| <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Internet | <input type="checkbox"/> Jornais | <input type="checkbox"/> Revista especializadas | <input type="checkbox"/> Outros: ..... |
|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|---|--|

5.2.1 Quais são os mais utilizados? .....

#### 5.3 Meios de transporte

|  |                                      |  |   |                               |
|--|--------------------------------------|--|---|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Carro próprio | <input type="checkbox"/> Motocicleta | <input type="checkbox"/> Linha de ônibus | <input type="checkbox"/> Carro alugado (táxi) | <input type="checkbox"/> A pé |
| <input type="checkbox"/> Outros: ..... |                                      |  |   |                               |

### 6 SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| 6.1 Em quais Estados já morou? .....   |   |  |  |
| 6.2 Quando decidiu migrar do nordeste estava:  |   | <input type="checkbox"/> Empregado                         | <input type="checkbox"/> Desempregado      |
| 6.2.1 Em qual profissão? .....   |   |  |  |
| 6.3 No nordeste residia:   |   | <input type="checkbox"/> área urbana                       | <input type="checkbox"/> área rural        |
| 6.4 Renda média mensal familiar em salários mínimos – quando residia na região nordeste.                     |   |  |  |
| <input type="checkbox"/> Menos de 1 salário mínimo   | <input type="checkbox"/> mais de 2 até 3 salários mínimos | <input type="checkbox"/> mais de 5 até 10 salários mínimos |  |
| <input type="checkbox"/> entre 1 e 2 salários mínimos  | <input type="checkbox"/> mais de 3 até 5 salários mínimos | <input type="checkbox"/> mais de 10 salários mínimos       |  |
| 6.5 Você veio para Ipameri: <input type="checkbox"/> Acompanhado (a)   |   |  | <input type="checkbox"/> Sozinho (a)       |
| 6.5.1. De quem? .....  |   |  |  |
| 6.6 Alguém ajudou você a migrar? <input type="checkbox"/> Sim  |   |  |  |
| 6.6.1 Quem?  | <input type="checkbox"/> amigo                            | <input type="checkbox"/> familiar                          | <input type="checkbox"/> empregador        |
| 6.6.2 Como?  | <input type="checkbox"/> comprando passagem               | <input type="checkbox"/> com abrigo                        | <input type="checkbox"/> encontrar emprego |
| 6.7 Alguém te esperava em Ipameri quando chegou? <input type="checkbox"/> Sim                                |   | <input type="checkbox"/> Não                               |  |
| 6.7.1 Quem?  | <input type="checkbox"/> amigo                            | <input type="checkbox"/> familiar                          | <input type="checkbox"/> empregador        |
| 6.8 Ao chegar em Ipameri onde se instalou inicialmente? .....  |   |  |  |
| 6.9 Ajudou alguém a mudar para Ipameri? <input type="checkbox"/> Sim   |   |  |  |
| 6.9.1 Quem?  | <input type="checkbox"/> amigo                            | <input type="checkbox"/> familiar                          | <input type="checkbox"/> Não               |
| 6.9.2. Como?   | <input type="checkbox"/> comprando passagem               | <input type="checkbox"/> com abrigo                        | <input type="checkbox"/> encontrar emprego |
| 6.10 Mantém contato com pessoas residentes no nordeste? <input type="checkbox"/> Sim                         |   |  |  |
| 6.10.1. Com quem?  | <input type="checkbox"/> amigo                            | <input type="checkbox"/> familiar                          | <input type="checkbox"/> Não               |
| 6.10.2 Tipo de contato:  | <input type="checkbox"/> carta                            | <input type="checkbox"/> telefone                          | <input type="checkbox"/> internet          |
| 6.11 Envia dinheiro para pessoas residentes no nordeste? <input type="checkbox"/> Sim                        |   | <input type="checkbox"/> Não                               |  |
| 6.11.1 Para quem? .....  |   |  |  |
| 6.12 Pensa em trazer para Ipameri algumas pessoas que estão na sua terra natal? <input type="checkbox"/> Sim |   | <input type="checkbox"/> Não                               |  |
| 6.12.1 Quem?   | <input type="checkbox"/> amigo                            | <input type="checkbox"/> familiar                          |  |
| 6.13 Você tem o hábito de ir à terra natal? <input type="checkbox"/> Sim                                     |   | <input type="checkbox"/> Não                               |  |

|  |  |              |
|--|--|--------------|
| 6.13.1 Com que frequência? .....   |  |              |
| 6.14 Quando retorna traz alguma coisa da região de origem? ( ) Sim                       |  |              |
| 6.14.1 O que traz? .....   |  | ( ) Não      |
| 6.15 Sofreu ou sofre preconceito por ser migrante nordestino? ( ) Sim                    |  |              |
| 6.15.1 Qual? .....   |  | ( ) Não      |
| 6.16 Como é atendido pelos serviços públicos de Ipameri:<br>( ) Bem ( ) Razoável ( ) Mal |  |              |
| 6.17 Participa de festas/convívios organizados na sociedade ipamerina? ( ) Sim           |  | ( ) Não      |
| 6.18 Possui parentes próximos: ( ) Em Ipameri ( ) Nas cidades vizinhas                   |  | ( ) em Goiás |
| 6.18.1 Grau de parentesco: .....   |  |              |
| 6.19 Pretende continuar morando em Ipameri? ( ) Sim                                      |  | ( ) Não      |

### 7 SOBRE O MIGRANTE

|   |
|---|
| 7.1 Qual foi o sentimento de deixar a sua terra natal?<br>.....<br>.....                                  |
| 7.2 Sua família te apoiou na decisão de migrar?<br>.....  |
| 7.3 Como era sua vida no nordeste?<br>.....<br>.....  |
| 7.4 Comente sobre o processo de saída do nordeste até a chegada em Ipameri?<br>.....<br>.....             |
| 7.5 Quais eram suas expectativas com a migração?<br>.....<br>.....  |
| 7.6 Por que escolheu vir para Ipameri?<br>.....<br>.....  |
| 7.7 Quais foram as dificuldades encontradas na chegada e adaptação ao município de Ipameri (GO)?<br>..... |
| 7.8 Quais foram as consequência positivas na sua mudança para Ipameri?<br>.....<br>.....                  |
| 7.9 Quais foram as consequências negativas na sua mudança para Ipameri?<br>.....<br>.....                 |
| 7.10 Sua situação financeira melhorou com a migração?<br>.....  |
| 7.11 Você gosta demorar em Ipameri? Por que?<br>.....<br>.....  |
| 7.12 Você sente saudade da sua terra natal?<br>.....<br>.....   |

7.13 Você mantém algum hábito cultural da terra natal? Qual?

.....  
.....

7.14 Você quer voltar definitivamente para sua terra natal? Por que?

.....  
.....

## ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** MOBILIDADE POPULACIONAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: migração de nordestinos para Ipameri (GO) 1990-2018

**Pesquisador:** AMANDA DIAS BRANDAO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 83522118.6.0000.5083

**Instituição Proponente:** Campus Catalão

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.576.053

**Apresentação do Projeto:**

Aborda a mobilidade de indivíduos no território nacional, tendo como objeto de investigação o processo migratório proveniente da região nordeste do país para o município de Ipameri, situado no estado de Goiás, no período estabelecido entre 1990 e 2018. Nesse sentido, propõe metodologia pautada em pesquisa teórica, documental e de campo, com realização de entrevistas a fim de determinar o perfil do migrante, as causas da migração e do estabelecimento dos indivíduos na cidade de Ipameri (GO). O recorte temporal proposto estabelece como marco inicial do estudo a última década do século XX, período de incentivo à modernização da atividade agrícola no sudeste goiano e de forte atração de migrantes para o cultivo e demais atividades nas áreas de lavoura da região, encerrando-se em 2018, ano previsto para a qualificação da dissertação de mestrado e em que serão elaboradas as considerações finais da pesquisa. Ressalta-se que a escolha do tema está relacionado à naturalidade da pesquisadora, nascida e criada em Ipameri (GO), justificando-se sua importância científica e social com base na natureza recente e em gestão do fenômeno na área pesquisada, envolvendo elementos subjetivos, estruturais e conjunturais, com intrínseca relação entre o município e os locais de origem dos migrantes.

Endereço: Prédio da Retoria Térreo Cx. Postal 131  
 Bairro: Campus Samambala CEP: 74.001-970  
 UF: GO Município: GOIANIA  
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpl.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.576.053

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **Objetivo Primário:**

A pesquisa tem como objetivo principal compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização de nordestinos para a cidade de Ipameri (GO), no período estabelecido entre 1990 e 2018.

##### **Objetivos Secundários:**

Enquanto objetivos específicos elencam-se

- a) Estabelecer um aporte teórico do conceito de migração e de perspectivas capazes de explicar a mobilidade de nordestinos para Ipameri (GO);
- b) Identificar as motivações que impulsionam a migração e a escolha do referido município para o estabelecimento dos migrantes nordestinos;
- c) Determinar as características socioeconômicas dos migrantes, suas naturalidades e as trajetórias percorridas até Ipameri (GO);
- d) Analisar a desterritorialização e a reterritorialização dos migrantes nordestinos, com o fito de verificar se estes identificam-se com Ipameri (GO) e se pretendem continuar a residir nesse município.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

##### **Riscos:**

Prevê-se a eventual possibilidade de desconforto emocional associada à participação no processo de entrevistas, potencialmente decorrente de lembranças de fatos vividos pelos migrantes em sua região de origem, bem como durante o processo de sua saída até chegada e permanência em Ipameri (GO). Todavia informa-se com clareza o caráter facultativo da participação e a possibilidade de interrupção, sem ônus, pelo entrevistado quando o mesmo julgar pertinente.

##### **Benefícios:**

Destacam-se como benefícios potenciais da pesquisa:

- a) Contribuir com a representatividade dos migrantes nordestinos;
- b) Divulgar em âmbito local e regional as trajetórias e dramas dos migrantes, com o intuito de mitigar o preconceito social vivido pelo migrante no território da migração;
- c) Produzir dados científicos sobre o município de Ipameri (GO) e sobre a migração, a fim contribuir com informações bibliográficas para futuras pesquisas;

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131  
 Bairro: Campus Samambala CEP: 74.001-970  
 UF: GO Município: GOIANIA  
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.576.053

d) Informar às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, sobre os resultados obtidos tendo-se em vista fomentar políticas voltadas à melhoria das condições de vida da coletividade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trabalho de dissertação de mestrado desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, regional Catalão.

A pesquisa busca compreender dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais decorrentes/associadas ao recente processo de migração populacional de nordestinos para o município goiano de Ipameri. Trata de tema relevante, apresentando o estudo um forte potencial de contribuição para a discussão e proposição de políticas públicas e para um melhor entendimento das dinâmicas regionais e institucionais envolvidas no processo migratório em análise.

Prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com migrantes originários da região nordeste do país. O período previsto para o trabalho de campo, conforme contemplado no cronograma apresentado, se estende de maio a novembro de 2018. Número previsto de 70 participantes, todos maiores de 18 anos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- Folha de rosto, devidamente assinada pela pesquisadora e por responsável pela instituição proponente.
- Termo de anuência da Secretaria Municipal de Saúde, vinculada à Prefeitura de Ipameri(GO), que assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da pesquisa mediante autorização da coleta de dados durante os meses de maio de 2018 até novembro do mesmo ano.
- Apresenta Termo de Compromisso, assinado.
- Roteiro de entrevista semi-estruturada.
- TCLE, busca ser rigorosamente informativo, sobre a natureza, objetivos e aspectos, metodológicos do estudo, esclarecendo os eventuais riscos, os benefícios e garantias aos participantes da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após análise, somos de parecer favorável, s.m.j. deste Comitê.

|  |                    |                                |  |
|--|--------------------|--------------------------------|--|
| Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131 |                    |                                |  |
| Bairro: Campus Samambala                           |                    | CEP: 74.001-970                |  |
| UF: GO   | Município: GOIANIA |                                |  |
| Telefone: (62)3521-1215                            | Fax: (62)3521-1163 | E-mail: cep.prpl.ufg@gmail.com |  |



UFG - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.576.053

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 486/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para maio de 2019.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor               | Situação |
|---|---|------------------------|---------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1073148.pdf | 23/02/2018<br>11:35:10 |                     | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | projeto_pesquisa.pdf                          | 23/02/2018<br>11:27:40 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| Cronograma  | cronograma.pdf                                | 23/02/2018<br>09:50:02 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| Orçamento   | planilha_custos.pdf                           | 23/02/2018<br>09:28:18 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| Outros  | entrevista.pdf                                | 23/02/2018<br>09:22:53 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | termo_de_consentimento_livre_esclarecido.pdf  | 23/02/2018<br>09:16:13 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | termodecompromisso.pdf                        | 17/02/2018<br>16:53:47 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| Outros  | termo_de_anuencia.pdf                         | 17/02/2018<br>16:52:14 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |
| Folha de Rosto  | folhaderosto.pdf                              | 17/02/2018<br>16:49:20 | AMANDA DIAS BRANDAO | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Prédio da Retoria Térreo Cx. Postal 131  
 Bairro: Campus Samambala CEP: 74.001-970  
 UF: GO Município: GOIANIA  
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpl.ufg@gmail.com